



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA
INFORMAÇÃO

TASSYARA ONOFRE DE OLIVEIRA

**PSEUDOMEMÓRIAS: entre a força infomemorial de
Mnemosyne e as águas do *Lethe* no período pandêmico da *covid-19***

João Pessoa
2022



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA
INFORMAÇÃO

TASSYARA ONOFRE DE OLIVEIRA

**PSEUDOMEMÓRIAS: entre a força infomemorial de
Mnemosyne e as águas do *Lethe* no período pandêmico da *covid-19***

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Ciência da Informação (PPGCI) da Universidade
Federal da Paraíba (UFPB) para obtenção do título
de Doutora.

Linha de pesquisa: Informação, Memória,
Sociedade

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira

João Pessoa
2022

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

048p Oliveira, Tassyara Onofre de.
Pseudomemórias : entre a força infomemorial de Mnemosyne e as águas do Lethe no período pandêmico da covid-19 / Tassyara Onofre de Oliveira. - João Pessoa, 2022.
226 f. : il.

Orientação: Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira.
Tese (Doutorado) - UFPB/CCSA.

1. Memória - Informação - Covid-19. 2. Memórias individuais. 3. Memórias coletivas. 4. Pseudomemórias. 5. Fake news - Desinformação. 6. Covid-19 - Fake news. I. Oliveira, Bernardina Maria Juvenal Freire de. II. Título.

UFPB/BC

CDU 82-94:007:578.834(043)

TASSYARA ONOFRE DE OLIVEIRA

PSEUDOMEMÓRIAS: entre a força infomemorial de Mnemosyne e as águas do *Lethe* no período pandêmico da *covid-19*

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) para obtenção do título de doutora.

Linha de pesquisa: Informação, Memória, Sociedade

Aprovado em: 30 de setembro de 2022.

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 BERNARDINA MARIA JUVENAL FREIRE DE OLIVEIRA
Data: 09/11/2022 15:26:48-0300
Verifique em <https://verificador.itl.br>

Profa. Dra. Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira
Presidenta da Banca Examinadora/Orientadora – PPGCI/UFPB

Documento assinado digitalmente
 HENRY PONCIO CRUZ DE OLIVEIRA
Data: 17/01/2023 10:26:31-0300
Verifique em <https://verificador.itl.br>

Prof. Dr. Henry Poncio Cruz de Oliveira
Examinador Interno – PPGCI/UFPB

Documento assinado digitalmente
 IZABEL FRANÇA DE LIMA
Data: 09/11/2022 18:07:04-0300
Verifique em <https://verificador.itl.br>

Profa. Dra. Izabel França de Lima
Examinadora Interna – PPGCI/UFPB


Profa. Dra. Ana Cláudia Cruz Córdula
Examinadora Externa – DCI/UFPB

Documento assinado digitalmente
 ANA CLAUDIA MEDEIROS DE SOUSA
Data: 13/11/2022 09:15:43-0300
Verifique em <https://verificador.itl.br>

Profa. Dra. Ana Medeiros de Sousa
Examinadora Externa – PPGCI/UFBA

Prof. Dr. Edvaldo Carvalho Alves
Suplente interno – PPGCI/UFPB

Documento assinado digitalmente
 ROSILENE PAIVA MARINHO DE SOUSA
Data: 09/11/2022 22:48:14-0300
Verifique em <https://verificador.itl.br>

Profa. Dra. Rosilene Paiva Marinho de Sousa
Suplente Externa – PPGOA/UFPB

*Quando as pernas deixarem de andar, caminharemos
pelas memórias.*

*Quando as pernas deixarem de andar e os olhos
deixarem de ver, caminharemos pelas memórias e
essas serão nítidas.*

*Quando as pernas deixarem de andar e os olhos
deixarem de ver e os ouvidos deixarem de ouvir,
caminharemos pelas memórias e essas serão nítidas e
vozes esquecidas contarão tudo de novo.*

(Susana Moreira Marques.)

RESUMO

A informação pode determinar a continuidade ou a descontinuidade das atividades de uma organização, de um Estado ou de um povo. Na sociedade em rede, o poder da ciência foi posto à prova pelas *fake news* e, enquanto o vírus circula pelo mundo físico, outras ameaças no mundo virtual praticam a desinformação. O objetivo desta pesquisa foi de analisar como as *fake news* interferem no movimento cíclico de construção da memória individual e coletiva e na emergência das pseudomemórias. Para isso, buscamos apresentar uma abordagem sobre as *fake news*, sua historicidade e os principais usos no contexto da sociedade em rede; caracterizar a relação entre elas e as memórias individuais e coletivas; investigar como propiciam o ciclo da desinformação e a construção de pseudomemórias; analisar as estratégias de desinformação praticadas durante a pandemia de covid-19 e como têm potencial para interferir no campo da memória. No percurso metodológico, adotamos a pesquisa documental durante toda a escrita, sob a perspectiva dos critérios taxonômicos do historiador Júlio Aróstegui, no livro 'A Pesquisa Histórica' (2006), em combinação com o método do paradigma indiciário proposto por Carlo Ginzburg (1990). Por fim, analisamos casos concretos ocorridos no período de 2020 a 2022, decurso da pandemia do covid-19, com o propósito de compreender como as *fake news* se convertem em pseudomemórias.

Palavras-chave: Memória; Pseudomemórias; *Fake news*; Covid-19; Pandemia.

ABSTRACT

The information can determine the continuity or discontinuity of the activities of an organization, a State or a people. In the network society, the power of science has been put to the test by fake news and, while the virus circulates in the physical world, other threats in the virtual world practice misinformation. The objective of this research was to analyze how fake news interfere in the cyclic movement of construction of individual and collective memory and in the emergence of pseudo-memories. For this, we seek to present an approach on fake news, its historicity and the main uses in the context of the network society; characterize the relationship between them and individual and collective memories; investigate how they facilitate the cycle of disinformation and the construction of pseudo-memories; to analyze the disinformation strategies practiced during the covid-19 pandemic and how they have the potential to interfere in the field of memory. In the methodological path, we adopted documental research throughout the writing, from the perspective of the taxonomic criteria of the historian Júlio Aróstegui, in the book "Historical Research" (2006), in combination with the evidentiary paradigm method proposed by Carlo Ginzburg (1990). Finally, we analyze concrete cases that occurred in the period from 2020 to 2022, during the covid-19 pandemic, with the purpose of understanding how fake news becomes pseudo-memories.

Keywords: Memory; Pseudo-memories; *Fake news*; Covid-19; Pandemic.

RESUMEN

L'information peut déterminer la continuité ou la discontinuité des activités d'une organisation, d'un État ou d'un peuple. Dans la société en réseau, le pouvoir de la science a été mis à l'épreuve par les fake news et, tandis que le virus circule dans le monde physique, d'autres menaces dans le monde virtuel pratiquent la désinformation. L'objectif de cette recherche était d'analyser comment les fake news interfèrent dans le mouvement cyclique de construction de la mémoire individuelle et collective et dans l'émergence de pseudo-mémoires. Pour cela, nous cherchons à présenter une approche sur les fake news, son historicité et les principaux usages dans le contexte de la société en réseau ; caractériser la relation entre eux et les mémoires individuelles et collectives ; enquêter sur la manière dont ils facilitent le cycle de la désinformation et la construction de pseudo-mémoires ; analyser les stratégies de désinformation pratiquées pendant la pandémie de covid-19 et comment elles ont le potentiel d'interférer dans le domaine de la mémoire. Dans le chemin méthodologique, nous avons adopté la recherche documentaire tout au long de l'écriture, du point de vue des critères taxonomiques de l'historien Júlio Aróstegui, dans le livre 'Recherche historique' (2006), en combinaison avec la méthode du paradigme probatoire proposée par Carlo Ginzburg (1990). Enfin, nous analysons des cas concrets survenus dans la période de 2020 à 2022, lors de la pandémie de covid-19, dans le but de comprendre comment les fake news deviennent des pseudo-souvenirs.

Mots-clés: Mémoire; Pseudo-mémoires; Fausses nouvelles; Covid-19; Pandémie.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Fases da pesquisa.....	30
Fonte: Elaborado pela pesquisadora com base em Arostegui (2006)	34
Figura 3: Taxonomia arosteguiana	39
Figura 4: Esquema do paradigma indiciário	40
Figura 5: Entidades analisadas	52
Figura 6: Os 6Ds do rompimento tecnológico	71
Figura 7: A Verdade saindo do poço.....	98
Figura 8: Busto do Pasquino	106
Figura 9: Título do nº 2 do Canard Enchaîné (16 de julho de 1916)	107
Figura 10: O Correio da Manhã noticia o Plano Cohen, em sua edição de 1º de outubro de 1937.	109
Figura 11: Matéria sobre doença desconhecida pela população - O Globo, em 2 de agosto de 1971	111
Figura 12: Circulares proibindo a divulgação de dados sobre a meningite em 1972.....	112
Figura 13: Tipos de desinformação.....	144
Figura 14: Caminho da desordem informacional.....	145
Figura 15: Ciclo da desinformação	156
Figura 16: Jair Bolsonaro segura uma caixa de cloroquina do lado de fora do Palácio da Alvorada	174
Figura 17: Tabela encontrada na Nota Técnica nº 2/2022-SCTIE/MS publicada pelo Ministério da Saúde.....	178
Figura 18: Publicações no twitter oficial do Ministério da Saúde divulgando o Tratecov.....	181
Figura 19: Formulário clínico - Tratecov	182
Figura 20: Exemplar do 'kit covid'	183
Figura 21: Imagem de divulgação do app Tratecov no Facebook oficial do Ministério da Saúde.....	184
Figura 22: Nota do Conselho Federal de Medicina (CFM)	185
Figura 23: Página do Ministério da Saúde que recomendava 'tratamento precoce' sai do ar no dia 21/01/2021	186

Figura 24: Imagem da página TrateCOV no dia 21/01/2021, espaço que orientava a posologia dos fármacos	187
Figura 25: Nota técnica nº. 53/2022-CGZV/DEIDT/SVS/MS – Sobre o desabastecimento de cloroquina	190
Figura 26: Captura de tela da transmissão ao vivo do Presidente Jair Bolsonaro do dia 21 de outubro de 2021.....	194
Figura 27: Tela capturada de publicações no Twitter em 24 de outubro de 2021	195
Figura 28: Jornal britânico The Guardian disse que governo brasileiro foi acusado de totalitarismo e censura ao mudar metodologia de números de covid-19	199
Figura 29: Jornal espanhol EL PAÍS.....	200
Figura 30: Print da página covid.saude.gov.br/ fora do ar	200

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Taxonomia arosteguina e conceitos.....	34
Quadro 2: Objetivos específicos e estratégias utilizadas	44
Quadro 3: Categorias para escolha de documentos.....	45
Quadro 4: Trabalhos relevantes selecionados.....	47
Quadro 5: Eixos analíticos.....	51
Quadro 6: Expressões e aplicações – Web 2.0	66
Quadro 7: Diferença entre Web 1.0, Web 2.0 e Web 3.0	73
Quadro 8: Histórico das redes sociais	76
Quadro 9: Mensageiros instantâneos	78
Quadro 10: Síntese histórica das notícias falsas.....	99
Quadro 11: Tempo x Identidade x Memória.....	120
Quadro 12: Análise do Caso I.....	180
Quadro 13: Análise do Caso II.....	192
Quadro 14: Análise do Caso III	197
Quadro 15: Análise do Caso IV	204

SUMÁRIO

1 EM MEIO À PANDEMIA, ENCONTRANDO O OBJETO	12
1.1 DELIMITANDO O OBJETO	19
1.2 OBJETIVOS.....	25
1.2.1 Objetivo geral.....	25
1.2.2 Objetivos específicos	25
2 PORTAS METODOLÓGICAS.....	27
2.1 ABORDAGEM PARA EXPLORAR O FENÔMENO DAS <i>FAKE NEWS</i>	30
2.2 CARACTERÍSTICAS DA PESQUISA	43
2.3 CARACTERÍSTICAS DOS DOCUMENTOS	44
2.3.1 Critérios de escolha dos documentos.....	45
2.3.1.1 <i>Da análise</i>	50
3 SOCIEDADE EM REDE E AS <i>FAKE NEWS</i>	57
3.1 Redes sociais: a nova sociedade e a reconstrução do espetáculo.....	74
3.2 ASTROTURFING	82
3.3 BOLHAS E FAZENDAS.....	84
3.4 A VERDADE	91
3.5 A PSEUDOVERDADE.....	97
3.5.1 O Plano Cohen	109
3.5.2 A meningite na ditadura militar: uma epidemia secreta	111
4 DESVELANDO O SENTIDO DAS MEMÓRIAS INDIVIDUAIS E COLETIVAS	115
4.1 A MEMÓRIA E SEUS LUGARES	117
4.1.1 Tempo, identidade e memória	120
4.2 A MEMÓRIA E AS REDES SOCIAIS.....	125
4.3 MEMÓRIA COMUNICACIONAL.....	133
5 O CICLO DA DESINFORMAÇÃO: A GÊNESE DAS PSEUDOMEMÓRIAS	136
5.1 AGIR COMUNICATIVO E A DESINFORMAÇÃO	138
5.2. ASSIMETRIA INFORMACIONAL	141

5.3 DESCONSTRUINDO A DESINFORMAÇÃO	143
5.3.1 Negacionismo e revisionismo	156
5.3.2 Memória: pseudomemórias	159
6 IMPACTOS E ANÁLISES	165
6.1 ESTELIONATO MEDICINAL E A COVID-19 NO BRASIL	166
6.2 DA ANÁLISE: OS CASOS	175
6.2.1 Caso I - Hidroxicloroquina funciona e vacina não, diz Ministério da Saúde	177
6.2.1.1 <i>Análise do Caso I</i>	180
6.2.2 Caso II: Aplicativo TrateCov recomendava tratamento precoce para covid-19	181
6.2.2.1 <i>Análise do Caso II</i>	191
6.2.3 Desinformação sobre imunizantes contra covid-19 relacionada à transmissão de HIV	193
6.2.3.1 <i>Análise do Caso III</i>	197
6.2.4 Governo do Brasil oculta dados sobre crise de coronavírus	198
6.2.4.1 <i>Análise do Caso IV</i>	203
6.4 MEMÓRIA COMUNICACIONAL FALHA E A CONTRIBUIÇÃO PARA PSEUDOMEMÓRIAS	204
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	207
REFERÊNCIAS	213

1 EM MEIO À PANDEMIA, ENCONTRANDO O OBJETO

No meio do caminho, tinha uma pandemia, tinha uma pandemia, no meio do caminho. Ela se alastrou, atormentou... Nunca esquecerei de que, no meio do caminho, tinha uma pandemia, tinham mortos, sobreviventes, tinha tudo, inclusive mentiras... (Bernardina Freire, março de 2020).

Ao ingressar no Doutorado, estávamos em tempos “normais”. Pouco depois, fomos acometidos de covid 19, o que se constituiu em uma pedra no meio do caminho. Era preciso lidar com vários fatores: isolamento social, mortes, sobreviventes e o medo que nos circulou e continua a circular. Ao analisar os trágicos efeitos provocados pela pandemia Coelho, Feldhaus e Lima (2021, p. 5) afirmaram:

As milhões de vítimas fatais e de vítimas cotidianas das experiências de sofrimento, da exposição ao risco sanitário, da asfixia do sistema de saúde e do desemprego e fome impõem fazer da pandemia um tema privilegiado de reflexão, crítica e discussão. É muito intensa e dolorosa a nossa experiência coletiva, à luz de tudo que testemunhamos e aprendemos a partir do início de 2020.

Os autores sugerem que precisamos nos preocupar com os outros, conosco mesmos e com nosso devir no mundo, um conceito filosófico que revela as transformações pelas quais passam as coisas. Um mundo marcado pelo excesso de desinformação, pelo negacionismo e por todo tipo de intolerância. Nesse aspecto, Coelho, Feldhaus e Lima (2021) alertam sobre o papel dos pesquisadores, dos filósofos, dos cientistas e dos intelectuais no combate à desinformação e seus derivantes no que tange à tragédia sanitária. Por outro lado, o dever de combater extrapola

o leviatã sanitário, porque, apesar de todo esse conjunto de eventos indesejáveis, observa-se um aumento exponencial de *fake news*, ou seja, informações inverídicas que levaram à morte milhares de pessoas¹. O poder da ciência foi posto à prova pelas *fake news*, e enquanto o vírus circula pelo mundo físico, outras ameaças no mundo virtual praticam a desinformação. Nesse contexto, a cobertura vacinal foi diminuindo. Não só a vacina contra a covid-19, já que outras doenças praticamente extintas voltaram à ativa. O sarampo², a febre amarela e outras doenças infecciosas chegaram a ter suas notificações reduzidas ou até mesmo consideradas erradicadas. Todo esse caos pareceu tomar conta das pessoas e seu estado de razão. Muitos se tornaram replicadores dessas *fake news*. Isso, de certo modo, influenciou, inclusive, a mudança do tema desta pesquisa.

Ao longo do processo de minha formação acadêmica e profissional em Direito, sempre me interessaram os debates a respeito dos problemas que dizem respeito à propriedade intelectual, em que se inserem os direitos do autor relativos à propriedade industrial e à proteção dos *Sui Generis* – e o mais importante, a veracidade e a fidedignidade das informações. Embora não seja um tema explorado com profundidade no Curso de Direito, muitas vezes, nenhuma matéria específica é oferecida na matriz curricular da graduação relativa ao tema - nem como optativa. Tive a oportunidade de ser apresentada ao conteúdo apenas pela reflexão associada aos estudos de outras disciplinas. Sempre me chamavam a atenção as leituras que envolviam o Direito Civil, o Direito Comercial e o Direito Internacional - não os bens propriamente tangíveis,

¹ 623 mil mortes por *covid*, no Brasil, até 22 de janeiro de 2022. Fonte: JHU CSSE COVID-19 Data. Disponível em: <<https://github.com/CSSEGISandData/COVID-19>>

² <https://portal.fiocruz.br/noticia/sarampo-de-volta-ao-mapa>

mas os intangíveis, associados aos produtos de informação. Consecutivamente essas leituras nos revelavam como são importantes as leis e as questões éticas e jurídicas sobre o tema.

Com estudos mais aprofundados já no Mestrado e no Doutorado, principalmente na linha de pesquisa 'Memória, informação e sociedade', pudemos ter mais contato com novos objetos de estudo, que ampliaram nossa compreensão e nos motivaram a desenvolver a proposta deste trabalho, principalmente sobre o papel fundamental da informação na sociedade contemporânea, no âmbito social e no econômico. Isso se justifica porque as mudanças tecnológicas ocorrem repentinamente, e o que é inovador, logo se torna obsoleto.

Com a velocidade do compartilhamento de informações não é diferente. No cenário atual, caracterizado por um mundo globalizado e altamente tecnológico, surgem novas trajetórias, modos e distintas formas de aprender, em função das inovações ocorridas na construção, no compartilhamento e na difusão do conhecimento. Essas transformações não possibilitaram somente uma nova maneira de se ter acesso à informação, como também modificações profundas nos costumes e nas culturas de vários povos, que ultrapassaram os limites locais e romperam as barreiras transnacionais.

Devido à capacidade de realizar tratamento e de armazenar dados, o valor e o papel da informação perante a sociedade são crescentes, sobretudo nesse momento pandêmico. Não existem mais territórios, dependemos dos dispositivos móveis que se utilizam da Internet, porque são práticos, acompanham-nos o tempo todo e nos auxiliam com suas funções e seus aplicativos. Essa nova onda de conectividade vai além de *laptops* e *smartphones*, pois envolve carros, residências inteligentes,

wearables, cidades inteligentes e serviços de saúde. São muitos os exemplos de IOT (*Internet of things*, ou em português, Internet das coisas) em nosso dia a dia. Estamos sempre conectados em rede, seja para o trabalho, estudar ou simplesmente nos divertirmos.

Controlar o compartilhamento de circulação de dados e informações pessoais, saber quem os usa e com qual finalidade, poder acessá-los a qualquer tempo, editá-los e removê-los são atos que, de algum modo, significam ter poder sobre si mesmo e sobre outros na sociedade da informação (CASTELLS, 2013). Somos os nossos dados, que nos determinam e nos rotulam por meio de nossos acessos e escolhas. Uma rede que não é apenas só virtual, porque se confunde com o real, e o ambiente se funde em uma só esfera, como concepções de espaço (desterritorialização) e de tempo (desprendimento do aqui e agora). O acesso a dados pessoais ultrapassa o poder de escolha, que delimita e define a esfera pessoal de cada ser humano, desnudando o mais íntimo de forma avassaladora. Vivemos em uma realidade onde tudo de que necessitamos é arquitetado, inventado, desenvolvido, produzido e vendido por empresas, ou seja, estamos, cada vez mais, à mercê dos algoritmos e de suas decisões a nosso respeito. Por muitas vezes, sabem mais de nossas preferências do que nós mesmos. As inovações tecnológicas foram impulsionadas pelo processo de globalização. A popularização da Internet possibilitou uma ampla difusão de informações entre as empresas e as instituições financeiras, ligando os mercados do mundo.

Hoje, ao se preencher um cadastro em algum *site*, diariamente, os consumidores informam às empresas dados como estado civil, nome dos pais, telefone, local de trabalho, e-mail e, algumas vezes, até sua renda

mensal. O simples uso do celular gera dados pessoais que são capturados pelas empresas e pelo governo. Dias e Vieira (2013, p. 176) afirmam que

um indivíduo que utilize um smartphone deixa uma trilha de dados por onde quer que passe. Um smartphone gera informações de localização que podem ser captadas pela operadora de celular e eventualmente pelas aplicações instaladas no dispositivo, sendo possível assim traçar um mapa de deslocamento do usuário.

A maioria não sabe que esses dados podem estar sendo comercializados sem consentimento algum dos usuários da rede. O valor de nossos dados nunca foi tão subestimado por nós. Beal (2009) já alertava sobre a importância deles, que não são apenas de um amontoado de bytes, mas um conjunto de dados organizados e classificados corretamente para que pessoas ou uma empresa possam utilizar conforme for necessário. Quando são ordenados de maneira lógica e racional, passam a ser informações muito preciosas, com nossas preferências, gostos e opiniões. Essas informações trazem conhecimentos sobre cada indivíduo, consequentemente, tê-las nas mãos faz com que quem as detém nos direcione às “verdades” que gostamos de ouvir /ler/saber e que nem sempre é a realidade ou necessidade.

A informação pode determinar a continuidade ou a descontinuidade das atividades de uma organização, um Estado ou de toda uma sociedade, principalmente na condução da memória. A informação é um patrimônio que agrega e desagrega valor. Por isso, é fundamental a tutela jurídica para os que confiam nas informações compartilhadas pelas entidades públicas ou privadas, visto que essas informações têm um valor econômico e social. Portanto, resguardar a fidedignidade das informações que são compartilhadas é um artifício

fundamental para assegurar a liberdade, a cidadania e a igualdade e preservar a memória.

Com a democratização da Internet, os meios de comunicação e as redes sociais começaram a fazer parte da vida da população, incluindo-se os benefícios e os malefícios, ou seja, os dois lados da moeda. Dentre os malefícios, destaca-se o compartilhamento de falsas informações, que, no Brasil, encontrou um terreno fértil. Como consequência, a velocidade e a frequência com que as *fake news* estão sendo compartilhadas sem a devida averiguação, em alguns casos, são devastadoras.

Por esse motivo, é necessário falar sobre desinformação, informações falsas, pós-verdade e *fake news*. Nenhuma das expressões citadas é, necessariamente, novidade. Nova é a forma como é feito o compartilhamento. Isso nos chama a atenção em razão do espaço complexo onde ela está inserida, sem regulação e cheio de pessoas “que acham” que estão fazendo o certo. Os aplicativos de mensagens instantâneas, principalmente o *Whatsapp*, são terrenos férteis para a transmissão de inverdades. Existem estudos da autoria de Branco Di (2019), Rais (2020) e Mello (2020) dos quais nos apropriamos ao longo dos demais capítulos, que revelam que as notícias falsas sobre determinados temas (política, religião, saúde) são mais compartilhadas do que as verdadeiras.

O argumento dos autores mencionados denota que predomina o compartilhamento dessas falsas informações e, certamente, sua apropriação. Almeida Júnior (2021, p. 12) defende “[...] que a maior parte das informações de que nos apropriamos dá-se de maneira inconsciente”. Esse ato “inconsciente” também nos conduzirá a estabelecer pseudomemórias - ou memórias falsas - sobre a realidade.

Tal argumento nos conduz a pensar que nossa História pode estar sendo escrita sobre artifícios de memórias irreais, ou melhor, de criações representadas, alimentadas e retroalimentadas por *fake news*, objeto de estudo desta tese - as pseudomemórias.

Como já falado, este texto foi escrito em meio a um conjunto de crises sanitárias, políticas, financeiras, bélicas e sociais. Isso mudou a escolha do tema inicial do projeto de tese para o que será tratado. Como pesquisadores da informação, interessa-nos o ato básico de informar, sem ruídos internos ou externos na mensagem que possam intervir no processo de comunicação entre o emissor e o receptor, sem interferências ambientais, pessoais ou de linguagem. É importante ressaltar que a informação não é útil somente na área da Ciência da Informação, mas também em outras áreas que possam se interessar pelo tema investigado, para que este texto seja lido no dia seguinte de sua publicação ou anos depois, e o leitor possa conceber o que se passa no momento de sua escrita. Assim, traz uma memória verdadeira para ficar registrada, e não, pseudomemórias.

Mnemosýne (*Μνημοσύνη*) é uma palavra grega que, em português, significa memória. O vocábulo tem uma relação com o verbo *mimnísko* (*μυμνήσκω*), também de origem grega, e que significa recordar. Na mitologia grega, *Mnemosyne* é filha de Gaia e Urano, deuses da Terra e do Céu, respectivamente. De acordo com Hesíodo (2007, p. 58),

memória é uma potência cósmica, que nasce da cópula do Céu e da Terra, esses fundamentos inabaláveis dos Deuses e de Tudo, assim como deles é que nascem a Visão (Théia), a Fluência (Rhéia), a Luminosidade (Phoíbe) e a Instauradora-Nutriz (Téthys). Memória, que mantém as ações e os seres na luz da Presença enquanto eles se dão como não-esquecimento (a-létheia), gera de Zeus Pai as Forças do Canto, cuja função é nomear-presentificar-gloriar tanto quanto a de deixar cair no

Oblívio e assim ser encoberto pelo noturno Não-Ser tudo o que não reclama a luz da Presença.

Mnemosýne era a divindade que mantinha vivos os fatos relativos aos perigos da infinitude e do esquecimento o que, na cosmogonia grega, explica a origem do universo e aparece como um rio, o *Lethe*, que, metaforicamente, significa um dos rios situado no Hades, na morada dos mortos, cuja função era de provocar uma espécie letal de esquecimento, sobretudo para os que bebessem suas águas ou apenas tocassem nelas (BRANDÃO, 2001). No decorrer do texto, percorremos o caminho de luz infomemorial da *Mnemosyne*, algumas vezes, arriscadamente, andando nas ribanceiras das águas do *Lethe*, especialmente, quando transitamos na linha tênue entre os espaços que tanto se confundem, a realidade e a virtualidade, derivadas da sociedade em rede.

1.1 DELIMITANDO O OBJETO

A expressão Sociedade em Rede (CASTELLS, 2013) está diretamente vinculada ao processo de expansão da Internet bem como à emergência do ciberespaço, termo que é empregado frequentemente nas discussões sobre ambientes virtuais ou espaços de tecnologias digitais. Com o advento da Internet, desde a década de 1970, foram criados modos de fazer, ser, estar e produzir, que a transformaram em espaço de comunicação, de liberdade de expressão e circulação, compondo um fenômeno.

O fato indiscutível é que vivemos em um mundo híbrido, onde o real e o digital se misturam o tempo todo. Assim como ocorre no metaverso, um espaço que, além de oferecer uma experiência avançada, não limitada aos jogos ou à gamificação, é capaz de integrar os mais

variados contextos de experimentação e convívio (LONGO; TAVARES, 2022).

As ações que são estimuladas pelo mundo virtual, mas que não permanecem restritas a ele, vão sendo ampliadas e influenciam os contextos sociais diversos. Destarte, Berger e Luckmann (2004) falam sobre a importância das interações sociais para a construção da sociedade:

O veículo mais importante da conservação da realidade é a conversa. Pode-se considerar a vida cotidiana do indivíduo em termos do funcionamento de um aparelho de conversa, que continuamente mantém, modifica e reconstrói sua realidade subjetiva. A conversa significa principalmente, sem dúvida, que as pessoas falam umas com as outras. Isto não nega o rico halo de comunicação não verbal que envolve a fala. Entretanto a fala conserva uma posição privilegiada no aparelho total da conversa. É importante acentuar, contudo que a maior parte da conservação da realidade na conversa é implícita, não explícita. A maior parte da conversa não define em muitas palavras a natureza do mundo. Ao contrário, ocorre fendo por pano de fundo um mundo que é tacitamente aceito como verdadeiro (BERGER; LUCKMANN, 2004, p. 202).

A dinamicidade e a influência presentes no mundo virtual e atual empreendem transformações nas próprias ferramentas tecnológicas utilizadas pela sociedade.

O homem é biologicamente predestinado a construir e habitar um mundo com os outros. Esse mundo torna seu para ele a realidade dominante e definitiva. Seus limites são estabelecidos pela natureza, mas, uma vez construído, esse mundo atua de retorno sobre a natureza. Na dialética entre a natureza e o mundo socialmente construído, o organismo humano se transforma. Nessa mesma dialética o homem produz a realidade e com isso produz a si mesmo. (BERGER; LUCKMANN, 2004, p. 240-241).

Esse novo tipo de social construído em rede tem como características principais: comunicação digitalizada; ideia de

atemporalidade; espaços de lugar e de fluxos desterritorializados, que resultam em contato social e em relações econômicas e de poder. Essa rede é “[...] a forma organizacional predominante em todos os campos da atividade humana [...]” (CASTELLS, 2002, p. 35), pois geram interações diversificadas entre atores sociais ocasionando mudanças concomitantes em qualquer categoria que perpassa a interação humana.

A sociedade em rede cria práticas inteligentes de cooperação e cenários de aprendizagem mais abertos e multifacetados, que consolidam possibilidades de trocas culturais e simbólicas que reorientam os modos de falar e de agir. A complexa forma de interação de discursos nas redes digitais faz emergirem ações comunicativas mais coerentes e intersubjetivamente construídas que otimizam a potência humana de inteligência coletiva.

Castells (2018; 2013; 2008; 2002) refere que, embora a formação de redes seja uma prática humana antiga, ganhou vida nova nas últimas décadas do século XX, quando as redes de informação foram energizadas pela Internet. As redes digitais potencializam mundos associativos virtuais e diversas variedades de arquiteturas de redes de informação nas esferas econômica, política e/ou social. Nesse contexto, dinâmicas sociais reconfiguram ricos ambientes de trocas simbólicas, que possibilitam mixagens cognitivas complexas e cooperativas de agentes cognitivos humanos, quebrando a linearidade do processo de aprendizagem social, pois vêm maximizando as possibilidades que as pessoas têm de interagir, adquirir e produzir conhecimentos cooperativamente.

Nessa rede, a comunicação é o espaço público, cognitivo, em que as pessoas recebem informação e formam seus pontos de vista, por meio

do processamento de sinais da sociedade. É uma nova estrutura social constituída de redes em todas as dimensões fundamentais da organização da prática social (CASTELLS, 2018). A convergência digital transforma a maneira como a informação, na constituição das redes de comunicação humana, é expressa e os métodos que são usados para gerenciá-la e disseminá-la. Esse processo ocasiona mudanças que estimulam alterações importantes na maneira como as pessoas criam, armazenam, usam e disseminam a informação e a transformam em conhecimento. A convergência digital possibilita a emergência de redes de saberes nunca antes conhecida e cria e fortalece novas relações sociais, novas instituições, organizações econômicas e políticas, interfaces de comunicação e novos ambientes cognitivos, o que favorece modos de conhecimentos distintos: mitos, teorias e simulações. Esse novo espaço possibilita conexões e sinergias entre inteligências individuais, interesses e competências e o encontro de módulos cognitivos comuns.

Quando as pessoas utilizam os artefatos tecnológicos em rede, desfrutam do contato com uma infinidade de interações e informações, por meio das quais atribuem novos significados, funcionalidades e formas de expressar, que vão gerando mecanismos e interfaces cada vez mais familiares à convergência tecnológica das mídias. A convergência nos moldes atuais proposta por Jenkins (2009) não seria apenas um processo tecnológico que juntaria diversos serviços ou funcionalidades no mesmo equipamento, mas um processo ainda mais dinâmico, que envolve aparelhos e pessoas em uma interconectividade atuante, por meio de uma poderosa inteligência coletiva proporcionada, entre outras coisas, pelas mudanças ocorridas na própria cultura.

O uso intensivo das tecnologias digitais nos processos de evolução social proporciona um alcance mais global da informação e abre um novo espaço público, em que as mídias interativas e as comunidades virtuais possibilitam a eclosão das liberdades de expressão até então não vivenciadas pelas sociedades. O processo de virtualização da vida em sociedade, ao traçar um novo paradigma para as práticas sociais, estabelece novas implicações para as práticas de linguagem. Sob a bandeira da democratização, do acesso irrestrito a todo e qualquer tipo de informação, instaurou-se uma nova temporalidade de velocidade e efemeridade, que afeta diretamente a existência dos sujeitos. Com a pandemia, o campo digital, no âmbito de empresas e de pessoas, emergiu de forma mais rápida do que era esperado. O ciberespaço, espaço da virtualização da vida cotidiana, tem sido alvo de estudo em diferentes áreas, com vários tipos de abordagem, tanto em Ciências Humanas quanto em diversos campos do conhecimento. O advento da virtualização da cultura inaugurou novas práticas de interação social.

A reprodução da informação por parte do homem, como seu interlocutor, emerge na instância em que a informação é reconhecida, incluindo o homem não só como indivíduo, mas também como ser e ator social. A participação indispensável do homem na construção informacional pode estar relacionada à visão da informação considerada como artefato (PACHECO, 1995), no sentido de ser um produto de confecção humana, sem existência própria na natureza, já que ela é uma ferramenta concebida pelo homem como um dos elementos primordiais para a construção do conhecimento. Aos cientistas da informação não interessa apenas demonstrar omissões, injúrias e calúnias, mas também ressaltar as verdades que essas “notícias ou informações disseminadas”

se esforçam para produzir. No futuro da pesquisa, não só os problemas de autenticidade se apresentarão, mas também, sobretudo, os interpretativos e os teóricos.

Cada tipo de memória exerce uma função diferente no cérebro humano. As noções complexas de falso e verdadeiro estarão em jogo. Como havemos de nos ver no futuro em relação aos documentos produzidos nesse contexto e com a necessidade de compreender em profundidade os processos imbricados? Quais os “efeitos de real” de que o que parece hoje uma novidade, no passado, foram notícias falsas e “mentiras” similares? Neste trabalho, pretendemos mostrar como as *fake news* repercutem, seja pela viralização, seja pelo compartilhamento, na circulação em rede, como a memória individual e a coletiva são afetadas pelas notícias falsas e de que modo elas são significadas e interpretadas. Nessa esteira de raciocínio, indagamos: *Como as notícias falsas afetam o movimento cíclico da construção da memória individual e da coletiva?*

Nesse aspecto, defendemos que a informação, com sua característica mutável, inconclusa e camaleônica, é a matéria-prima que alimenta as memórias individual e coletiva por meio de um movimento cíclico que envolve diversas interferências sociais, econômicas e históricas e que pode se multiplicar e alimentar-se de modos diversos nessas *fake news*, que contribuem para impulsionar e fortalecer o surgimento das pseudomemórias, cuja natureza é visivelmente presente na construção de uma falsa memória cujo efeito interferirá na condição histórica.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo geral

Analisar como as *fake news* interferem no movimento cíclico de construção da memória individual e da coletiva e na emergência das pseudomemórias.

1.2.2 Objetivos específicos

- Compreender as *fake news*, sua historicidade e os principais usos no contexto da sociedade em rede;
- Caracterizar a relação entre as *fake News* e as memórias individuais e as coletivas;
- Investigar como as *fake news* propiciam o ciclo da desinformação e a construção de pseudomemórias;
- Analisar as estratégias de desinformação praticadas durante a pandemia de covid-19 e como possuem potencial para interferir no campo da memória.

Para entender o fluxo de construção da pesquisa, estruturamos a tese em seis capítulos. No capítulo 1, intitulado **Em Meio à Pandemia: encontrando o objeto**, apresentamos ao leitor o tema central da pesquisa e a tese que norteou a investigação.

No capítulo 2, intitulado **Portas Metodológicas**, apresentamos os objetivos gerais e os específicos, com elementos metodológicos que viabilizaram o estudo e os caminhos percorridos para alcançar os objetivos propostos.

No capítulo 3, chamado de **Sociedade em Rede e as Fake News**, tecemos algumas considerações **acerca** da historicidade e dos principais

usos no contexto da sociedade em rede, principalmente a respeito das redes sociais.

No capítulo 4 - **Desvelando o Sentido das Memórias Individuais e Coletivas** - definimos as memórias coletivas e individuais e suas inferências à sociedade ao longo da história, principalmente quando resultam em pseudomemórias.

O capítulo 5, intitulado **O Ciclo da Desinformação: a Gênese das Pseudomemórias**, intencionamos investigar como as *fake news* são capazes de se firmar na memória e na história e compreender o ciclo da desinformação e de que forma surgem as pseudomemórias.

No capítulo 6 - **Impactos e Análises** - visamos reconhecer as influências provocadas pelo compartilhamento de *fake news* na sociedade por parte de autoridades, analisar casos concretos e apurar os impactos negativos promovidos pela desinformação.

2 PORTAS METODOLÓGICAS

*Nesse corredor
Portas ao redor
Querem escolher, olha só
Uma porta só*

*Uma porta certa
Uma porta só
Tentam decidir a melhor
Qual é a melhor*

*Não importa qual
Não é tudo igual
Mas todas dão em algum lugar...*

(Marisa Monte)³

Neste capítulo, descrevemos os caminhos percorridos para alcançar os objetivos propostos. As pesquisas cujos fenômenos de análise são as informações produzidas e compartilhadas no ciberespaço representam um desafio metodológico, devido à forma dinâmica como o ambiente se comporta. Fragoso *et al.* (2011) explicam que, em razão de sua dinamicidade, esse campo analítico exige do pesquisador novas formas de observar e a fabricação de lentes e instrumentos próprios que lhes possibilitem novas formas de olhar, reconhecer e enxergar o fenômeno.

Considerando que é complexo analisar o fenômeno das *fake news* e construir a memória individual e a coletiva, nesta pesquisa, não foi adotado um método específico, mas a junção de possibilidades metodológicas que colaboraram para se entender o objeto na construção

³ MARISA MONTE. Portas. Sony Music: 2021 MP3: 3:15min. Disponível em: <
https://www.youtube.com/watch?v=n_b0v9cjAQw>

de pseudomemórias, especialmente quando são produzidas, compartilhadas e apropriadas em espaço digitais, ou melhor, no mundo da virtualidade, tendo em vista que os sujeitos, ao mesmo tempo em que produzem, partilham e se apropriam de *fake news*, embora esse fenômeno não seja novo, considerando também que mentiras sempre existiram, todavia ganham força em suas mobilidades, quando ocorrem mediadas pela vertiginosa celeridade impulsionada pelas tecnologias.

Os processos informacionais e os sujeitos envolvidos estão em constante estado de reconfiguração (FRAGOSO; RECUERO; AMARAL, 2011). Ao se tratar de *fake news*, é inevitável que a pesquisa seja realizada com suporte de elementos oriundos do ciberespaço. E mesmo que esse ambiente não tenha sido a gênese do seu advento, é o *locus* em que o fenômeno tem se apresentado em proporções nunca antes conhecidas.

Tendo em vista a complexidade do ciberespaço, convém considerar várias possibilidades de pesquisa. Para Aróstegui (2006, p. 475), “não há possibilidade de uma boa pesquisa sem uma definição clara dos problemas pesquisados”. Sobre as técnicas de pesquisa, o autor assinala que elas não podem ser ensinadas meramente por sua descrição, mas, obrigatoriamente, pela estreita relação entre teoria, prática e pressupostos. Sobre isso, o autor esclarece:

Quando falamos de técnicas de pesquisa, é imperioso não esquecer a estreita relação, necessária e insubstituível, que, em uma disciplina, sempre liga a teoria, o método e as técnicas. Por isso, raramente se fala de técnicas de pesquisa sem estabelecer primeiro essa clara hierarquização entre o conceitual, os pressupostos do método e as habilidades das técnicas (ARÒSTEGUI, 2006, p. 514).

Nessa esteira compreensiva, não existe aplicação de certa metodologia capaz de circunscrever a realidade em sua totalidade, seja

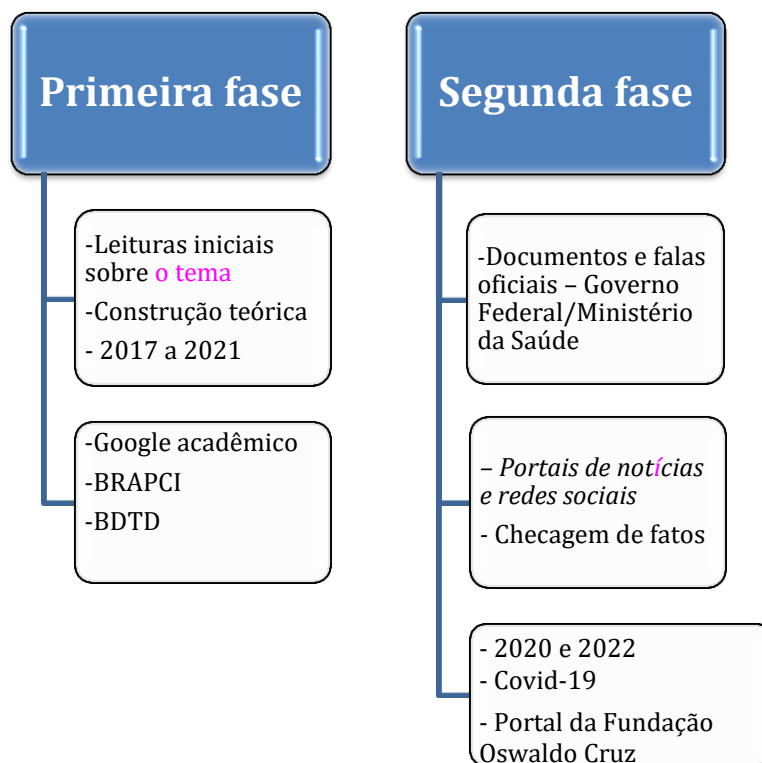
ela real ou virtual. Logo, o pesquisador deve estabelecer os meios necessários para a consecução dos objetivos propostos. Porém, adotar um bom método significa saber aplicar também as técnicas de trabalho mais apropriadas para obter os resultados esperados na tese pretendida. Por isso todo cientista social deve buscar os as técnicas e os métodos adequados para seu trabalho.

Existem muitas técnicas de manipulação orientadas para a pesquisa científica e seu número aumenta a cada dia, mas todas possuem certos traços comuns. As técnicas se agrupam segundo suas características em práticas delimitadas, e coerentes - por exemplo: técnicas gráficas, técnicas estatísticas, técnicas documentais, técnicas de arquivo, de pesquisa, de amostragem, etc. - que estão a serviço do método, ou de alguma de suas fases, na pesquisa científica (AROSTEGUI, 2006, p. 146).

No mundo da pesquisa, as técnicas são fundamentais na coleta e na análise dos dados. Para atender às particularidades do fenômeno analisado nesta pesquisa, adotamos vários procedimentos e uma tessitura de possibilidades metodológicas que se iniciaram desde a identificação e a exploração de informações com vistas a configurá-las, como as *fake news* e suas possíveis metamorfoses.

Para percorrer os labirintos das falsas notícias, ancoramo-nos na pesquisa documental e na histórica, e para analisar os dados, empregamos o Método Indiciário. Primeiramente realizamos a pesquisa bibliográfica, em busca de aportes teóricos sobre os temas memória, ciberespaço, *fake news*, desinformação, redes sociais, sociedade em rede, entre outros, para embasar o estudo.

Figura 1: Fases da pesquisa



Fonte: Elaborado pela pesquisadora

Do ponto de vista dos objetivos, a pesquisa se caracteriza como exploratória e explicativa. No cerne da análise documental, analisamos notícias e orientações compartilhadas no período de 2020 e 2022 sobre o tema pandemia da covid-19, tomando como fonte principal de nossa investigação o Portal da Fundação Oswaldo Cruz, também conhecida como Fio Cruz, instituição reconhecida no Brasil e no mundo. Desse portal, foram extraídos os principais conteúdos para a checagem de notícias, que foram comparados com outras notícias divulgadas na rede.

2.1 ABORDAGEM PARA EXPLORAR O FENÔMENO DAS FAKE NEWS

Para trabalhar com a informação e seus constantes fenômenos emergentes, é necessário entender suas peculiaridades mutáveis e

incontornáveis. A memória individual e a coletiva também são mutáveis, dinâmicas e fortemente relacionadas a contextos de caráter particular, familiar e social. A velocidade com que os fenômenos se modificam, conseqüentemente, altera todo o contexto social de forma particular. Quanto mais esclarecedor o fenômeno, mais colaborativo e se torna um alimento de construção da história. Bosi (1994) argumenta que é através da memória e de seus segredos que os fios da história podem ser tecidos e desvelar a articulação entre o indivíduo e a coletividade.

É nas memórias construídas coletivamente que a memória individual se revela e se fortalece por meio dos laços sociais. Para Halbwachs (1990, p. 51), “cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva”. O historiador Jacques Le Goff (2004, p. 469) assevera que a memória coletiva

[...] faz parte das grandes questões das sociedades desenvolvidas e das sociedades em vias de desenvolvimento, das classes dominantes e das classes dominadas, lutando, todas, pelo poder ou pela vida, pela sobrevivência e pela promoção [...] A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia. Mas a memória coletiva é não somente uma conquista, é também um instrumento e um objeto de poder (GOFF, 2004, p. 469).

Ao refletir sobre os aspectos coletivo e institucional na constituição de uma memória, Assmann (2011, p. 19) refere que, “[...] enquanto os processos de recordação ocorrem espontaneamente no indivíduo e seguem regras gerais dos mecanismos psíquicos, no nível coletivo e institucional, esses processos são guiados por uma política específica de recordação e esquecimento.” Dessa maneira, o pensamento da autora nos impulsiona a refletir de forma crítica a respeito do papel

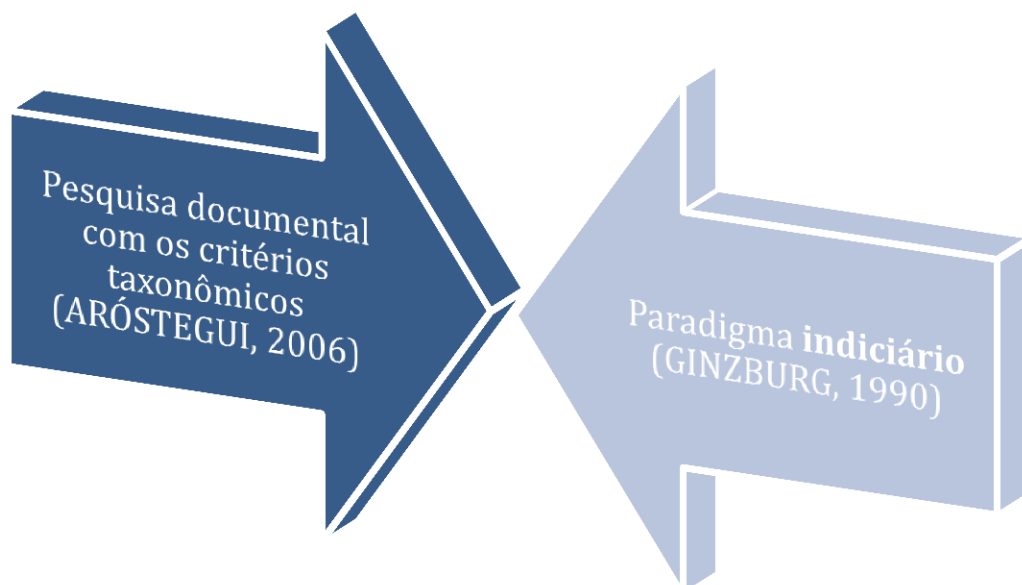
das instituições memorialísticas e dos profissionais da informação com a responsabilidade de garantir ao máximo a veracidade das informações materializadas em seus documentos.

Para entender bem mais a desinformação, exploramos os conceitos de desordem informacional e desinformação, na perspectiva de Wardle e Derakhshan (2017), o de assimetria das informações, sob o ponto de vista de Akerlof (1970), e a Teoria do Agir Comunicativo, em sua validação discursiva, com o auxílio de Habermas (1997).

Desvelamos enunciados sobre o fenômeno por meio de categorias basilares, e fizemos uma interpretação particular de cada documento. Por meio da análise documental, criamos um campo teórico-analítico para compreender os discursos emergentes dos documentos e do imbricamento entre as diferentes materialidades encontradas.

No percurso metodológico, adotamos a pesquisa documental, durante toda a escrita, sob a perspectiva dos critérios taxonômicos do historiador Júlio Aróstegui, em seu livro 'A Pesquisa Histórica (2006)', em combinação com o método do paradigma indiciário proposto por Carlo Ginzburg (1990).

Figura 2: A pesquisa histórica e o método do paradigma indiciário



Fonte: Elaborado pela pesquisadora

Ambos os autores estabelecem uma forma de raciocinar baseada em indícios e detalhes e de deixar claro que nenhum documento é elaborado de forma neutra. Estamos nos referindo a todos os tipos de documento e suas diversas formas, que são sempre frutos da ideologia e da posição de quem o produziu. A respeito da avaliação das fontes, Aróstegui (2006, p. 506) diz que “a ideia de crítica das fontes pode ser substituída hoje de forma vantajosa pela análise documental”. O autor acrescenta que

[...] a análise documental é algo mais do que a clássica crítica em seus aspectos de autenticidade, veracidade e objetividade, em seus aspectos de críticas “externa” e “interna”, e, mais ainda, substitui a velha distinção entre heurística, metódica e sistemática” (ARÓSTEGUI, 2006, p. 506).

Para promover essa análise, Aróstegui recomenda uma taxonomia por um motivo significativo. Não se trata de um esforço trivial de

erudição ou um capricho para classificar. Na parte de seu livro que se refere a “uma nova taxonomia das fontes históricas” (2006, p. 495), ele explica que uma taxonomia precisa ter utilidade para a própria indagação das fontes. O autor explica que “a análise documental poderia ser definida como um conjunto de princípios e de operações técnicas que permite estabelecer a fiabilidade e a adequação de certo tipo de informação para estudar e explicar determinado processo histórico” (Ibidem, 2006, p. 508). Baseando nisso, Aróstegui (2006) desenvolveu sua própria taxonomia.

Quadro 1: Taxonomia arosteguina e conceitos

Posicional	Trata-se da posição que a fonte descritora ou embasada ocupa em relação ao objeto histórico ou realidade investigada, inclusive, em relação ao problema proposto e sua conjuntura. É dividida em diretas e indiretas.
Intencionalidade	Uma fonte histórica pode ser produzida voluntária ou involuntariamente. Existem algumas consequências em uma dessas situações. “O critério intencional é provavelmente o de maior interesse, o que se presta a maiores sutilezas críticas e o que permite conhecer melhor as possibilidades de informação correta que as fontes contêm.” O fato cujas fontes tenham uma natureza autoral pode envolver a posição ideológica em relação aos fatos e à produção da informação e apresentar o maior número de problemas interpretativos. Essa intencionalidade pode ser voluntária ou não voluntária.
Quantitativo	Para Aróstegui (2006, p. 504), fonte seriada é “aquela, material ou cultural, que é composta de muitas unidades ou elementos homogêneos, suscetíveis de serem ordenados, numericamente ou não”. Enquanto a fonte singularizada ou não seriáveis “seriam essencialmente as qualitativas”.
Qualitativo	Nesse critério, o autor destaca os novos tipos de fontes disponíveis para o pesquisador, que são: as digitalizadas e as multimídias. Para tal, ele denomina de “revolução tecnológica” a parcela excessiva de fontes no tempo presente. Podem ser culturais e materiais. Existe uma terceira classificação, que é a imaterial, mas não cabe em nossa análise.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora com base em Arostegui (2006)

Os documentos são fontes, bases para uma investigação. Muitos estão longe de se enquadrar em uma verdade absoluta ou uma mentira completa. Essa é, basicamente, a lógica da desinformação. Os registros, em muitas circunstâncias, dão-nos pistas, os indícios que podem indicar o caminho para onde conduzir uma checagem de fatos. Carlo Ginzburg, com a premissa do seu método do paradigma indiciário, recupera a figura de um caçador que "lê" nas pistas pelo caminho e compreende uma narrativa de forma coerente a partir dos rastros encontrados. O autor diz que, "quando as causas não são reprodutíveis, só resta inferi-las a partir dos efeitos" (1990, p. 169). O indício, a minúcia e a pista nos fazem construir um diagnóstico e seus efeitos e podem ser aplicados em várias ciências, como a Medicina, a Criminalística, a Antropologia etc., o que não poderia ser diferente com a Ciência da Informação.

O texto escrito passa a ter autoridade e estatuto de permanência. Uma maneira de analisar, ao longo dos processos civilizatórios, as memórias individual e coletiva começa a ter força na cadeia de construção de tradições. Nesse contexto, a memória individual emerge de forma culturalmente construída, em que o indivíduo se institui e se autoriza como herói da própria narrativa, que é justificada por ações e contradições dos valores e das morais e baseada em escolhas pessoais.

Já a memória coletiva e a institucional requerem novos aportes interpretativos, um novo olhar para o passado que o problematiza. Nesse sentido, são essenciais estudos que mostrem procedimentos analíticos que relacionam materialidade, discurso e memória e possam remeter aos intradiscursos e aos interdiscursos. Para dar corpo analítico ao estudo das relações entre as *fake news* e a memória individual ou

coletiva, adotamos a pesquisa documental, sob a perspectiva de Júlio Aróstegui, em seu livro *A Pesquisa Histórica* (2006, p. 493), principalmente em razão de o autor adotar uma ampliação do conceito de fontes históricas propondo “uma nova taxonomia das fontes históricas” (2006, p. 495). Para o autor,

[...] é preciso encontrar critérios de classificação que permitam referir-se globalmente a todas as fontes possíveis seja qual for sua procedência, suporte e aspecto, mas, sobretudo, é preciso que tais critérios sejam úteis para algo que resulta ser imprescindível em todo o tratamento das fontes históricas.

Partindo desse entendimento, o autor defende que uma taxonomia deve possibilitar ao pesquisador interrogar sobre prismas distintos a fonte a ser adotada. Em sua visão, a adoção de critérios classificatórios ou taxonômicos envolve diretamente a “natureza interna das fontes e não meramente com a forma em que serão ‘lidas’, ou seja, pela forma como dela é extraída a informação” (ARÓSTEGUI, 2006, p. 494). Para o autor, os critérios taxonômicos são: o posicional, o de intencionalidade, o qualitativo e o quantitativo.

O critério **posicional** é aquele cujo cerne se institui na relação direta com a posição ocupada pela fonte histórica em relação ao objetivo ou à realidade histórica, ou seja, seu contexto imediato. Barros (2019, p. 134) acrescenta que a posição da fonte envolve diretamente quatro aspectos:

[...] a posição em relação aos fatos ou ao processo histórico que está sendo especificamente examinado; a posição ideológica em relação aos acontecimentos narrados pelo autor da fonte (para o caso de fontes autorais); a posição da fonte em relação ao problema tratado pelo historiador. Será útil refletirmos sobre isso de modo a adotar a proposta mais conveniente.

Por outro lado, Aróstegui (2006) rompe com a dicotomia fonte primária e secundária, mas as relaciona ao campo das intermediações que possam ocorrer no processo informativo ou de sua produção, de seu compartilhamento ou da apropriação.

O critério de **intencionalidade** é o que o autor relaciona ao modo voluntário ou não de sua produção. Marc Bloch, em sua obra ‘Apologia da História’ (2001), classificou como “fontes voluntárias e fontes não voluntárias”. Independentemente da nomenclatura adotada nesse critério taxonômico, Aróstegui (2006, p. 497) estabelece que conhecer a “[...] forma de produção de um documento é, naturalmente, essencial em qualquer análise da informação que transmite”, ou seja, tem um caráter indagador e crítico sobre a fonte analisada, independentemente de suas características intrínsecas. Para o autor, “o critério intencional é provavelmente o de maior interesse, o que se presta a maiores sutilezas críticas e o que permite conhecer melhor as possibilidades de informação [...]” (ARÓSTEGUI, 2006, p. 491). E quando aplicado à investigação de *fake news*, o critério de intencionalidade se torna fundante, sobretudo, quando se considera o aspecto da intencionalidade voluntária, que traz em si mesma a finalidade de atingir outrem, conforme nos alerta Barros (2019, p. 141): “Se o autor elabora um texto sob o signo da intencionalidade, visando determinado fim com relação a determinado aspecto encaminhado pelo seu texto, o seu pensamento estará atuando diretamente no mesmo”.

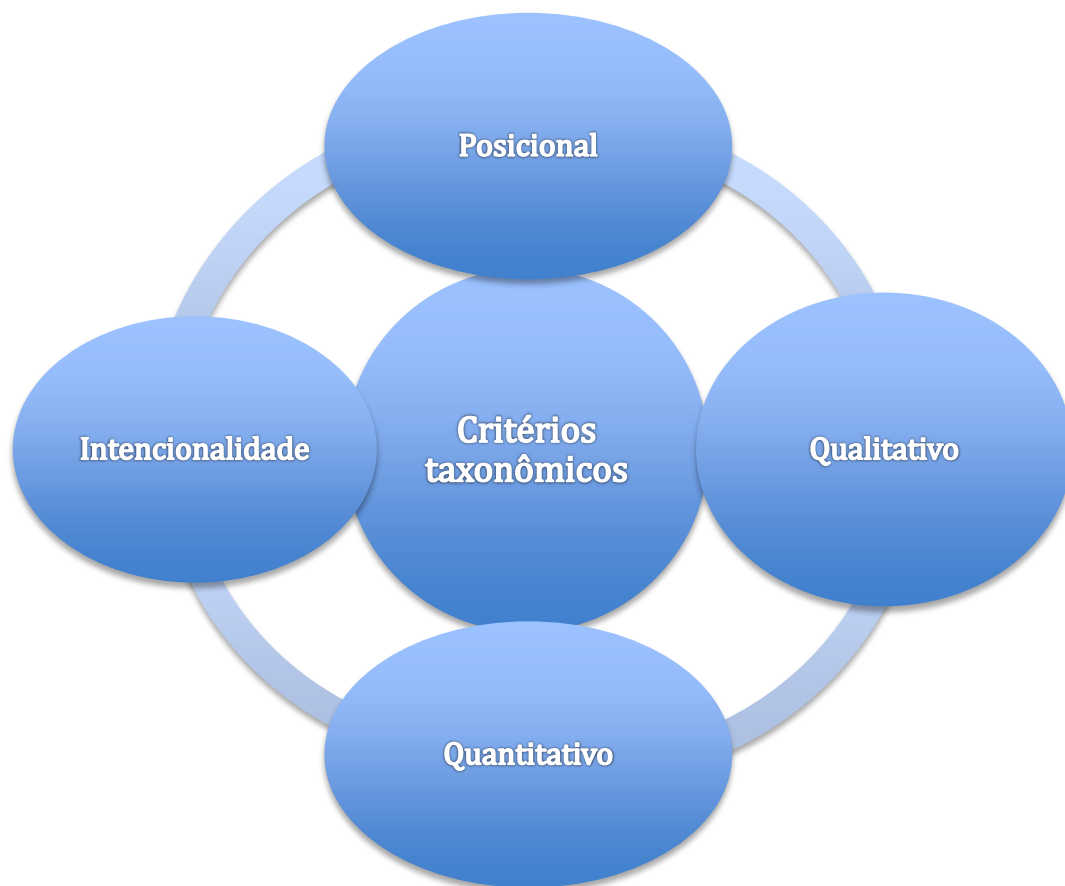
O critério **qualitativo** é, segundo Aróstegui (2006), um dos mais complexos, em razão da diversidade de fontes do conteúdo, do suporte, do campo etc. Isso posto, o que está em foco nesse critério é o tipo de

leitura que pode derivar deles. Assim, nas fontes, existem dois elementos que podem ser considerados: a materialidade e a mensagem. O autor facilita a compreensão ao estabelecer a distinção entre fontes materiais ou arqueológicas e as culturais ou filológicas. Estas últimas são o objeto desta investigação.

Os documentos culturais são, sem dúvida, um amplo tipo de fontes onde se incluem todas aquelas nas quais é possível separar um 'suporte' de um 'conteúdo' da informação. Fontes culturais são, portanto, praticamente todas as existentes que não são fontes arqueológicas, todas aquelas, escritas, faladas, simbólicas ou audiovisuais que transmitem uma mensagem em linguagem mais ou menos formalizada (ARÓSTEGUI, 2006, p. 500).

O critério **quantitativo**, na taxonomia arosteguiana (2006), diz respeito à produção em meio digital que assola as comunicações e a outros tipos de suporte não verbal, como, por exemplo, fotografia, filmes, gravações em áudio, entre outros. Por outro lado, e apesar do quantitativo, nesta pesquisa, priorizamos, como fonte de análise, os textos produzidos digitalmente e disponibilizados na rede cujo teor se caracterize, comprovadamente, como inverídico, ou seja, independentemente da estrutura física, seu teor é falso.

Figura 3: Taxonomia arosteguiana



Fonte: Adaptado de Aróstegui (2006)

Para esta investigação, consideramos a taxonomia arosteguiana (Figura 1). Portanto, a pesquisa se caracteriza como documental histórica. Cellard (2008, p. 295) assevera que

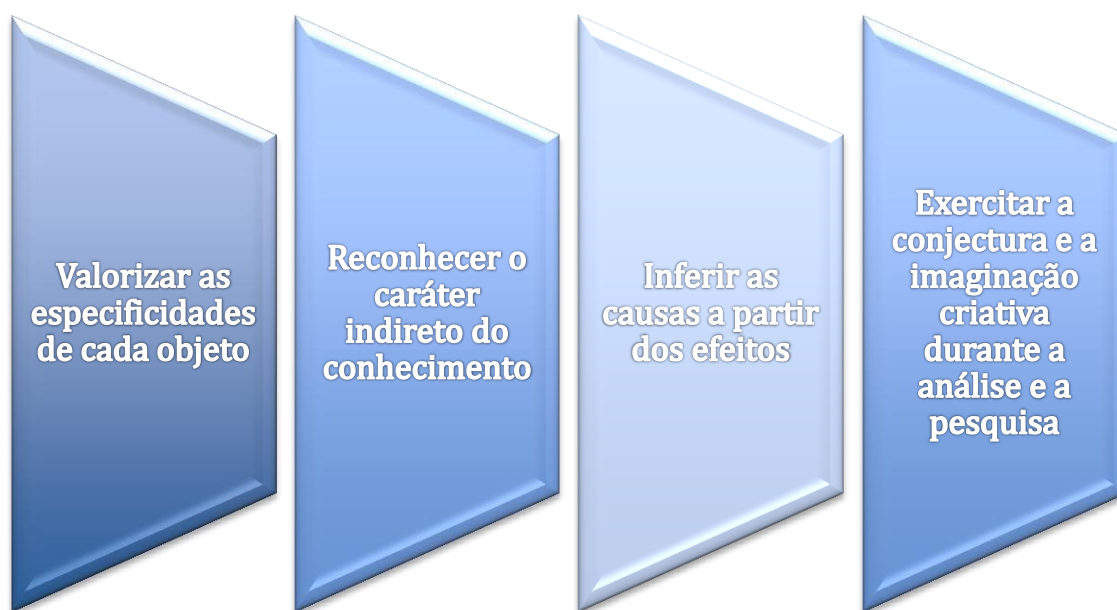
[...] o documento escrito constitui uma fonte extremamente preciosa para todo pesquisador nas ciências sociais. Ele é, evidentemente, insubstituível em qualquer reconstituição referente a um passado relativamente distante, pois não é raro que ele represente a quase totalidade dos vestígios da atividade humana em determinadas épocas. Além disso, muito freqüentemente, ele permanece como o único testemunho de atividades particulares ocorridas num passado recente.

Pádua (1997) define a pesquisa documental como a que é realizada em documentos contemporâneos ou retrospectivos,

considerados cientificamente autênticos, ou seja, não fraudados. Lakatos e Marconi (2012) referem que a pesquisa documental possibilita que os dados sejam coletados em documentos escritos ou não.

Ao comungar dos princípios e das características da pesquisa documental, os autores não fixam o tipo de suporte no qual o conteúdo do documento foi materializado, mas prioriza seu teor, o que reforça sua utilização e aplicação também em documentos disponibilizados no ciberespaço como aqui analisado, sem desconsiderar sua dimensão temporal e social. A análise documental favorece a interpretação dos fatos sociais em estudos sobre indivíduos, grupos, conceitos, conhecimentos, comportamentos, mentalidades, práticas, entre outros.

Figura 4: Esquema do paradigma indiciário



Fonte: Adaptado de Ginzburg (1990)

A técnica escolhida para suporte interpretativo foi o paradigma indiciário (figura 4) proposto por Carlo Ginzburg (1990), visto que essa técnica possibilita ao pesquisador reconhecer os elementos mais

relevantes para alcançar os objetivos propostos, “[...] o minucioso reconhecimento de uma realidade talvez ínfima, para descobrir pistas de eventos não diretamente experimentáveis pelo observador” (GINZBURG, 1990, p. 152).

O fato de que a adivinhação se voltava para o futuro, e a decifração, para o passado (talvez um passado de segundos). Porém a atitude cognoscitiva era, nos dois casos, muito parecida; as operações intelectuais envolvidas - análises, comparações, classificações - formalmente idênticas. (GINZBURG, 1990, p. 153)

Os registros de jornais, periódicos e livros servem como bases para a investigação e estão bem distantes de serem uma verdade absoluta ou uma mentira completa. Esses registros em diversos momentos se enquadram como indícios de um caminho para a pesquisa.

De acordo com Ginzburg (1990, p. 167), “quando as causas não são reprodutíveis, só resta inferi-las a partir dos efeitos”. Desse modo, a homogeneidade – de resto, sempre parcial – da cultura de determinada sociedade é vista como ponto de partida, e não, como ponto de chegada.

Em todo caso, essas formas de saber eram mais ricas do que qualquer codificação escrita; não eram aprendidas nos livros, mas a viva voz, pelos gestos, pelos olhares; fundavam-se sobre sutilezas certamente não-formalizáveis, frequentemente nem sequer traduzíveis em nível verbal constituía o patrimônio, em parte unitário, em parte diversificado, de homens e mulheres pertencentes a todas as classes sociais. (GINZBURG, 1990, p. 169)

Segundo Bravo (1991), documentos são todas as realizações produzidas pelo homem que se mostram como indícios de sua ação e podem revelar suas ideias, opiniões e formas de atuar e de viver. Nessa concepção, é possível apontar vários tipos de documentos: os escritos; os

numéricos ou estatísticos; os de reprodução de som e imagem; e os documentos-objeto.

Por fim, contemplamos a possibilidade de usar uma pesquisa de viés histórico, baseada na obra do historiador, Júlio Aróstegui, 'A pesquisa histórica: teoria e método' (2006).

A ciência social, em seu conjunto, e cada uma das disciplinas em particular têm problemas metodológicos que são objeto de contínuo tratamento e de contínua reconsideração. Nem é preciso dizer que a historiografia participa de muitos, ou de todos, desses problemas genéricos e tem também alguns outros particulares. (AROSTEGUI, 2006, p. 431)

No trecho de seu livro, o autor descreve a forma como seu método pode ser utilizado nas Ciências Sociais, área que atravessa o campo interdisciplinar da Ciência da Informação e em que se encaixa esta pesquisa.

A pesquisa social não deixou de se colocar, sobretudo depois do desenvolvimento crescente dos meios técnicos postos à sua disposição, a verdadeira relação que existe entre uma grande capacidade de reunir dados sobre a vida social - averiguações, censos, estatísticas de todo tipo, meios de comunicação, documentação histórica e uma capacidade mais limitada de explicar todos os fenômenos de uma forma *teórica* satisfatória, de uma forma que excluía cada vez mais, as interpretações enviesadas, as manipulações da informação, etc. Isso se relaciona estreitamente com o problema geral da medição dos fenômenos sociais. (AROSTEGUI, 2006, p. 434)

Nessa perspectiva, o fio condutor que norteou a metodologia deste trabalho consistiu em questionar as memórias disseminadas nos processos históricos recentes no Brasil, por meio da análise das narrativas que envolvem notícias falsas a respeito da pandemia, em especial, as que têm como foco o tema vacina.

2.2 CARACTERÍSTICAS DA PESQUISA

Do ponto de vista de seus objetivos, esta pesquisa se caracteriza como exploratória e explicativa. Exploratória, porque, de acordo com Gil (2017, p. 41), o planejamento das pesquisas exploratórias tende a ser mais flexível, já que visam observar e compreender os mais variados aspectos relativos ao fenômeno estudado pelo pesquisador. Devido à necessidade de compreender bem mais as *fakes news* e discernir o processo de construção das pseudomemórias, Júlio Aróstegui (2006), no âmbito de seu campo de exploração em sua absoluta complexidade, propõe modelos para torná-lo mais inteligível.

A função explicativa ou compreensiva da ciência. O problema é extremamente complicado para que possa ser resolvido em poucos parágrafos e, ademais, voltaremos mais à frente à questão da explicação da História. O que cabe agora dizer é que a capacidade explicativa das ciências sociais foi sempre uma questão discutida, não só no sentido de que sejam capazes ou não de fazê-lo, como também no de que esse seja seu objetivo e não outro. A pergunta chave é, em' último caso, a que se refere à própria possibilidade de estabelecer teorias para explicar conjuntos de fenômenos sociais, o que nos leva à questão também central da possibilidade de se estabelecer leis sociais no sentido estrito. (AROSTEGUI, 2006, p. 69)

Já a escolha pela pesquisa explicativa se justifica porque esse tipo de pesquisa visa identificar fatores e suas relações com a ocorrência de fenômenos, com a finalidade de explicar a razão das coisas. Também possibilita definir melhor cada um dos fenômenos comparados, que podem estabelecer a contento as “causas” ou a relação entre fenômenos (AROSTEGUI, 2006), e se propõe a fornecer explicações fundamentadas para determinados fenômenos informacionais emergentes, como as *fake News*, e como elas podem interferir no campo da História.

Para cumprir o objetivo geral desta pesquisa: Analisar como as *fakes news* interferem no movimento cíclico de construção da memória individual e coletiva e na emergência das pseudomemórias, elaboramos o Quadro 2.

Quadro 2: Objetivos específicos e estratégias utilizadas

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	CAPÍTULO	ESTRATÉGIAS UTILIZADAS
Compreender as <i>fake news</i> , sua historicidade e principais usos no contexto da sociedade em rede.	3	Mapear o que se tem escrito e discutido sobre o tema.
Caracterizar a relação entre as <i>fake news</i> e as memórias individuais e as coletivas.	4	Detalhar, a partir da análise das memórias individuais e coletivas, a vinculação e a manifestação entre as <i>fake news</i> .
Investigar como as <i>fake news</i> propiciam o ciclo da desinformação e a construção de pseudomemórias.	5	Compreender de que forma as <i>fake news</i> conseguem se firmar na memória e na história, com o ciclo da desinformação, resultando nas pseudomemórias.
Analisar as estratégias de desinformação praticadas durante a pandemia de covid-19 e como têm potencial para interferir no campo da memória.	6	Verificar, através de casos concretos e atualizados, os efeitos causados pela prática de compartilhamento de <i>fake news</i> no Brasil.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora

2.3 CARACTERÍSTICAS DOS DOCUMENTOS

Como já referimos, a pesquisa se caracteriza como bibliográfica. Muitos documentos eletrônicos (que apresentam subsídios para análise, busca de estudos e serviços que tratam das possibilidades de detectar as notícias falsas) foram coletados e sistematizados com a finalidade de cumprir os objetivos específicos propostos na pesquisa.

Inicialmente, foi necessário compreender o aporte teórico por meio da pesquisa bibliográfica para fundamentar as categorias escolhidas e estabelecer a busca do que constitui nossa análise.

2.3.1 Critérios de escolha dos documentos

Para fazer uma triagem dos documentos a serem buscados, estabelecemos critérios para facilitar o processo de escolha.

Aróstegui (2006, p. 491) explica que as fontes documentais envolvem “todo aquele material, instrumento ou ferramenta, símbolo ou discurso intelectual, que procede da criatividade humana, através do qual se pode inferir algo acerca de determinada situação social no tempo”. Para desenvolver a pesquisa, procedemos à construção teórica. Depois de fazer as leituras iniciais sobre o tema, selecionamos descritores para delimitar a pesquisa, conforme demonstrado no quadro 3.

Quadro 3: Categorias para escolha de documentos

CATEGORIAS CONTEMPLADAS EM BUSCAS	
Conceitos mais relevantes	MEMÓRIA
	<i>FAKE NEWS</i>
	COVID-19
	PSEUDOMEMÓRIAS
	REDES SOCIAIS
	INFORMAÇÃO
	DESINFORMAÇÃO
	VERDADE
	COMPARTILHAMENTO

Fonte: Elaborado pela pesquisadora

Depois de selecionar as categorias, fizemos as pesquisas e priorizamos os descritores mais relevantes, conforme demonstrado no Quadro 3. Realizamos as buscas nas seguintes bases de dados:

- Artigos e livros publicados no **Google acadêmico**;
- Periódicos da área da Ciência da Informação e Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (**BRAPCI**);
- Dissertações e teses defendidas no mesmo período na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (**BDTD**);

► **Google acadêmico** ⁴

O Google Acadêmico funciona de um jeito bastante semelhante ao buscador Google convencional. Isso quer dizer que ele apresenta os resultados das buscas de acordo com sua relevância. O sistema oferece ferramentas específicas para que pesquisadores busquem e encontrem literatura acadêmica. Artigos científicos, dissertações de Mestrado ou teses de Doutorado, livros, resumos, bibliotecas de pré-publicações e material produzido por organizações profissionais e acadêmicas. Para isso, ele leva em conta itens como o autor, a publicação em que a pesquisa foi divulgada, a frequência com que é citada em outras pesquisas e o texto integral do artigo em questão.

► **BDTD - Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações**⁵

O Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) criou e coordena a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), que integra os sistemas de informação de teses e dissertações existentes nas instituições de ensino e pesquisa do Brasil e

⁴ <https://scholar.google.com.br/?hl=pt>

⁵ <https://bdtd.ibict.br/vufind/>

estimula o registro e a publicação de teses e dissertações em meio eletrônico. A BDTD, em parceria com as instituições brasileiras de ensino e pesquisa, possibilita que a comunidade brasileira de C&T publique e difunda suas teses e dissertações produzidas no Brasil e no exterior, dando mais visibilidade à produção científica nacional.

► BRAPCI - Base de Dados em Ciência da Informação⁶

A BRAPCI - Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação - é o produto de informação do projeto de pesquisa 'Opções metodológicas em pesquisa: a contribuição da área da Informação para a produção de saberes no ensino superior', cujo objetivo é de subsidiar estudos e propostas na área de Ciência da Informação, fundamentando-se em atividades planejadas institucionalmente. Com esse propósito, foram identificados os títulos de periódicos da área de Ciência da Informação (CI) e indexados seus artigos, constituindo-se a base de dados referenciais. A Brapci amplia o espaço documentário permitido ao pesquisador, facilita a visão de conjunto da produção na área e revela especificidades do domínio científico (2010).

Como resultado das buscas, foram listados (Quadro 4) os trabalhos por importância encontrados nas plataformas que nos auxiliaram na parte inicial deste texto, o que resultou no levantamento para a construção teórica e a base inicial para a pesquisa.

Quadro 4: Trabalhos relevantes selecionados

Nº	TIPO	ANO	INSTITUIÇÃO	TÍTULO	AUTORES
01	ARTIGO	2019	UFPB	Hipertrofia da	Denise Braga

⁶ <https://brapci.inf.br/index.php/res/>

				informação sob a ótica dos conceitos de verdade e pós-verdade	Sampaio Henry Poncio Cruz de Oliveira Maria da Luz Olegário
02	ARTIGO	2018	UNAM	La posverdad y las noticias falsas: el uso ético de la información	Estela Morales Campos
03	ARTIGO	2020	UFPB	Pós-verdade e o Futuro da Filosofia e da democracia: entre o realismo e a imaginação	Leonardo Jorge da Hora Pereira
04	ARTIGO	2019	UNISC	A era da pós-verdade: como a informação tem sido relativizada	Bruno Almir Scariot Alves Iuri Bolesina
05	ARTIGO	2019	UFSC	O paradigma social da ciência da informação: O fenômeno da pós-verdade e as <i>fake news</i> nas mídias sociais	Mirela Souza Tobias Elisa Cristina Delfini Corrêa
06	ARTIGO	2017	Harvard University	The True History of <i>fake news</i>	Robert Darton
07	ARTIGO	2021	UFScar	Verdade, pós-verdade, notícias falsas e poder: Foucault e as <i>fake news</i>	Felipe Luiz
08	DISSERTAÇÃO	2020	UFRGS	É <i>fake news</i> ?: como elementos do jornalismo são utilizados para a elaboração de “notícias falsas”	Luiz Ricardo Goulart Huttner
09	DISSERTAÇÃO	2018	UFRGS	Ensino de História do tempo presente na era das redes sociais	Vanessa dos Reis Domingues
10	TESE	2020	UFRGS	Polarização, fragmentação, desinformação e	Felipe Bonow Soares

				intolerância: dinâmicas problemáticas para a esfera pública nas discussões políticas no <i>Twitter</i>	
11	TESE	2021	PUC-MINAS	Apreensão das relações de poder instauradas por meio da linguagem tomando como corpus as <i>fake news</i>	Emerson Lázaro Sebastião de Andrade
12	TESE	2019	PUC-SP	<i>Fake news</i> contra a vida: desinformação ameaça vacinação de combate à febre amarela	Adriana Teixeira
13	TESE	2021	UFRGS	Comunicação pública e memória comunicacional: revelações e apagamentos sobre o governo da presidenta Dilma Rousseff	Ana Javes Andrade Luz

Fonte: Elaborado pela pesquisadora

Os textos foram escolhidos devido à importância de seus temas para o desenvolvimento da pesquisa. Para isso, lemos títulos, palavras-chave e resumos. O recorte temporal foi de **2017 a 2021**, por ser mais atualizado diante de um conteúdo tão dinâmico.

A pesquisa foi baseada na checagem de fatos (*fact-checking*). Trata-se de um processo que visa verificar, às vezes, informações factuais, a fim de promover a veracidade e a correção dos relatórios. Esse tipo de verificação pode ser executado antes (*ante hoc*) ou depois (*post hoc*) de o texto ser publicado ou compartilhado por outro meio. A verificação interna de fatos é a feita internamente pelo editor. Quando a verificação

é feita por terceiros, o processo é denominado de verificação externa de fatos. Para checar os fatos (*fact-checking*), foram selecionados alguns sites/agências:

- Agência Lupa⁷;
- Fato ou fake⁸;
- E-farsas⁹;
- Fake Check¹⁰.

A escolha pelas agências de checagem foi realizada a partir da International Fact-Checking Network – IFCN¹¹ (Aliança Internacional de Checagem de Fatos), uma rede de verificação de notícias criada em 2015 pelo Instituto Poynter, uma escola de jornalismo e pesquisa. A entidade reúne canais de comunicação do mundo inteiro. A aliança tem como objetivo principal promover uma rede de trocas, boas práticas e diretrizes na área de checagem de fatos ao redor do mundo.

2.3.1.1 Da análise

Analizamos notícias e orientações compartilhadas no período de **2020 a 2022**. A escolha se justifica por causa dos dois anos em que a pandemia do covid-19 se instalou no Brasil e do decurso em que a vacinação chegou e foi aplicada no país. Sobre os elementos de análise

⁷https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/?utm_source=Search&utm_medium=cpc&utm_campaign=lupa5anos

⁸ <https://g1.globo.com/fato-ou-fake/>

⁹ <https://www.e-farsas.com/>

¹⁰ <https://nilc-fakenews.herokuapp.com/>

Esse site é uma demonstração dos resultados obtidos no projeto ‘Detecção Automática de Notícias Falsas para o Português’, financiado pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) do CNPq e pela CAPES. O projeto visa estudar métodos para detectar automaticamente notícias falsas utilizando o Processamento de Linguagem Natural (PLN) e o Aprendizado de Máquina (AM).

¹¹ <https://www.poynter.org/ifcn/>

(figura 5), foram realizados a partir da relação de informações a respeito da vacinação contra o covid-19. Como suporte para nos auxiliar a responder as questões, coletamos informações retiradas do Portal da Fundação Oswaldo Cruz (instituição científica), do Ministério da Saúde (instituição do Estado) e de sites/redes sociais (instituição sociedade), conforme o percurso da análise apresentado no quadro 5:

Quadro 5: Eixos analíticos

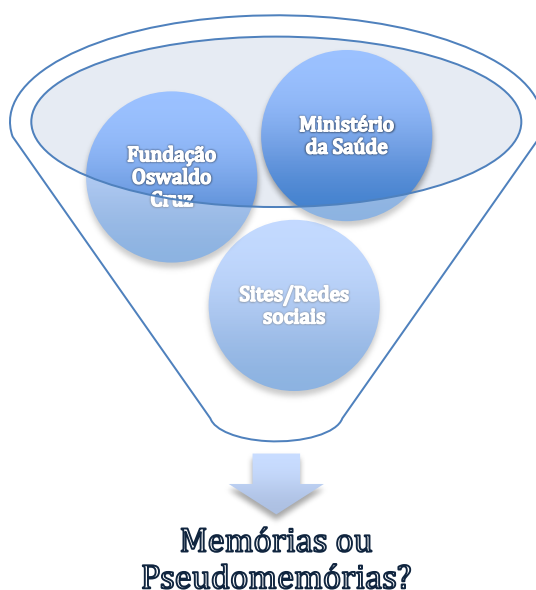
Questão central: Como as <i>fake news</i> interferem no movimento cíclico de construção da memória individual e da coletiva e na emergência das pseudomemórias?		
<i>Entidades</i>	<i>Fontes documentais</i>	<i>Objetivos de análise</i>
Governo Federal: Ministério da Saúde (instituição do Estado)	Emissões de comunicações, pronunciamentos, resoluções e notas técnicas.	Verificar a autenticidade
Fundação Oswaldo Cruz (instituição científica)	Boletins, estatísticas, estudos, artigos etc.	Comprovar a verdade através da ciência.
Sites e redes sociais (instituição sociedade)	Pronunciamentos feitos por autoridades que compõem o Governo Federal	Investigar notícias vinculadas e repercussões.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora

As *fake news* repercutem, seja por meio da viralização ou do compartilhamento, em meio à circulação em rede, assim como a memória individual e a coletiva são afetadas por elas e de que modo elas são significadas e interpretadas, pois nossa história pode estar sendo

escrita sob artifícios de memórias irreais, ou melhor, de criações representadas, alimentadas e retroalimentadas por *fake news*. Nesta tese, o principal objeto de estudo são as pseudomemórias.

Figura 5: Entidades analisadas



Fonte: Elaborado pela pesquisadora

Selecionamos o **Portal da Fundação Oswaldo Cruz**, também conhecida como Fio Cruz, instituição de pesquisa e desenvolvimento em ciências do Brasil. A Fundação é uma instituição pública brasileira de pesquisa e desenvolvimento de produtos biológicos com 122 anos. É muito importante em diversos aspectos, tanto para o Brasil quanto para a comunidade científica global. Foram pesquisadores dessa instituição que resolveram diversas crises sanitárias, como a varíola e a febre amarela, descreveram a doença de Chagas e produziram diversos medicamentos e vacinas para a população. Sua sede, localizada no Rio de Janeiro, é constituída de 16 unidades técnico-científicas espalhadas em dez estados brasileiros. A Fiocruz está vinculada ao Ministério da Saúde (MS), e sua

atuação é pautada em “Promover a saúde e o desenvolvimento social, gerar e difundir conhecimento científico e tecnológico, ser um agente da cidadania”. Com a pandemia de covid-19, a Fiocruz passou a ser mais visibilizada devido à parceria que estabeleceu com a Universidade de Oxford, Inglaterra, e a empresa farmacêutica AstraZeneca para produzir a vacina Covishield. A vacina contra o vírus da covid-19 foi aprovada para uso emergencial em 17 de janeiro de 2021¹², e para uso definitivo, em 12 de março de 2021¹³. Desde o começo da vacinação, no Brasil, tem sido aplicada na população. A Fiocruz também é produtora de uma vacina contra a covid-19, fabricada 100% no Brasil, através do Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos (Bio-Manguinhos/Fiocruz) desde fevereiro de 2022¹⁴. Por esses e outros motivos, a Fundação que nos oferece segurança como uma instituição renomada no Brasil e no mundo é digna de fazer parte para a coleta de dados em nossa pesquisa.

A fundação criou, em seu portal, uma aba exclusiva para o covid-19¹⁵, no ano de 2020, em que foi feito um levantamento e extraído o principal conteúdo para checar notícias que envolvem a pandemia, em especial, a vacinação contra a covid-19, em comparativo com outras divulgadas na rede.

Os sites que compõem o Governo Federal e o Ministério da Saúde também foram nosso objeto de análise. As informações foram

¹² <https://agencia.fiocruz.br/anvisa-autoriza-uso-emergencial-da-vacina-da-fiocruz>

¹³ <https://portal.fiocruz.br/noticia/fiocruz-recebe-primeiro-registro-da-anvisa-para-vacina-covid-19-produzida-no-brasil>

¹⁴ CONASEMS, C. Fiocruz lança vacina contra a Covid-19 100% fabricada no Brasil. Disponível em: <<https://www.conasems.org.br/fiocruz-lanca-vacina-contr-a-covid-19-100-fabricada-no-brasil/>>. Acesso em: 30 ago. 2022.

¹⁵ <https://portal.fiocruz.br/Covid19>

encontradas em sites oficiais, principalmente no portal¹⁶ que trata de informações sobre vacinas, criado desde o início da pandemia, onde estão hospedados os documentos oficiais relativos à vacina da covid-19, como: informes técnicos, notas técnicas, notas informativas e ofícios circulares. A escolha se deve ao fato de o Ministério ser o órgão do Poder Executivo Federal responsável pela organização e pela elaboração de planos e políticas públicas voltadas para promover, prevenir e dar assistência à saúde dos brasileiros mediante a integração e a construção de parcerias com os órgãos federais, as unidades da Federação, os municípios, a iniciativa privada e a sociedade, contribuindo para melhorar a qualidade de vida e para o exercício da cidadania. Também tem como função oferecer condições para promover, proteger e recuperar a saúde da população, reduzir as enfermidades, controlar as doenças endêmicas e parasitárias e melhorar a vigilância à saúde, visando melhorar a qualidade de vida do brasileiro.

Nossa Carta Magna, em seu Artigo 196 e seguintes, estabelece: “A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”.

Por ser um órgão oficial, que faz os registros oficiais e, conseqüentemente, da história do país, quando se trata de saúde no Brasil, o Ministério da Saúde é imprescindível em nossa pesquisa. Tendo em vista todos os fatores citados anteriormente, cremos que é uma entidade comprometida com a verdade.

¹⁶ <https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus/vacinas/plano-nacional-de-operacionalizacao-da-vacina-contra-a-covid-19>

Por último, e não menos importante, recortamos algumas notícias veiculadas em sites e nas redes sociais, particularmente as divulgadas por autoridades e suas falas, devido à importância e à serventia para a sociedade atual com tais veículos de comunicação, transmissores de informações. Um estudo da Kaspersky¹⁷, em 2021, constatou que sete, em cada dez brasileiros, usam as redes sociais como fonte de informação. As conclusões são do estudo 'Infodemia e os impactos na vida digital' da Kaspersky, em parceria com a empresa de pesquisa Corpa. Sete de dez (71%) internautas brasileiros, entre 20 e 65 anos de idade, recorreram a redes sociais para se informar nos últimos 12 meses. No Brasil, as mulheres (72%) têm uma ligeira preferência pelas plataformas em comparação com os homens (70%). Os especialistas da empresa aproveitam esses dados para alertar sobre potenciais riscos à privacidade, à reputação e ao bem-estar geral, considerando os efeitos da infodemia¹⁸ que foram desencadeados durante a pandemia. O estudo também apresentou que 83% dos brasileiros cuidaram da saúde embasados nas informações que leram nas redes sociais. Além disso, 88% disseram que utilizaram as redes sociais para se manterem informados sobre o funcionamento de serviços (públicos e comerciais) durante a pandemia.

Assim, tendo em vista o que foi explicado e justificado para a escolha de cada entidade como objeto de análise, utilizamos o suporte interpretativo (ARÓSTEGUI, 2006) associado a princípios do método

¹⁷ <https://www.kaspersky.com.br/blog/pesquisa-infodemia-impactos-vida-digital/17467/>

¹⁸ Podemos definir a infodemia como o aumento na exorbitante quantidade de informações relacionadas a um determinado tema, multiplicadas em um curto período de tempo devido a um determinado evento (como a pandemia atual do vírus covid-19).

indiciário (GINZBURG, 1990), que servirá como norte para o percurso da pesquisa, conforme já contemplado nos itens anteriores.

3 SOCIEDADE EM REDE E AS FAKE NEWS

*Banalizam a violência e a coerência some
Já não sabem se são homens ou são ratos
Dominados por aquilo que consomem
Acreditam mais nas "fake news" do que nos próprios fatos*

(Gabriel, O Pensador)¹⁹

O capítulo tem o objetivo de compreender a historicidade e os principais usos no contexto da sociedade em rede, principalmente a respeito das redes sociais. Para falar de ambientes virtuais, é necessário trazer alguns conceitos e diferenciações sobre o tema. Primeiramente, diferenciar comunidade de sociedade para compreender como a Internet funciona e como tem evoluído no mundo.

Comunidade e sociedade são dois conceitos construídos igualmente à forma como é construído o método dos tipos-ideais. Porém não é nem um nem outro, mas correspondências rigorosas com a realidade empírica, com conceitos racionalmente e previamente concebidos. Para entender bem mais esses conceitos, alicerçamo-nos em autores como Zygmunt Bauman (2003), Howard Rheingold (1993) e Manuel Castells (2003, 2013).

Bauman, por causa de sua capacidade de analisar a dimensão histórica desse conceito e problematizá-lo em nossos dias; Rheingold (1993), por ser o autor de um dos primeiros trabalhos sobre relacionamentos online, apresentar o conceito de comunidade para a

¹⁹ GABRIEL, O pensador. Um Só. HIPHOP:2018. MP3: 3:55min. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=xEHn1S0oOXQ>>

Internet e defender a participação em comunidades virtuais como um estímulo à formação de inteligências coletivas às quais os indivíduos podem recorrer para trocar informações e conhecimentos; e Castells (2013), por apresentar, através de uma leitura dos movimentos sociais em rede, outra possibilidade de discutirmos sobre as redes de indignação como um tipo de comunidade dos nossos tempos: as comunidades instantâneas de prática transformadora, geradas como um espaço híbrido entre as redes sociais da Internet e o espaço urbano ocupado. Além disso, traz o conceito de “sociedade em rede”, pautado nas relações de produção, consumo e experiência.

O termo comunidade nos remete a uma "sensação de aconchego", "paraíso perdido", porém o contexto vigente é de intensa individualização e desintegração dos laços humanos dos nossos tempos, sem alicerces sociais e relacionais firmes e previsíveis, em que prevalece uma forma de "comunidade estética" e com laços superficiais (BAUMAN, 2003). O projeto comunitário se vê assim na possibilidade de incrementar a condição que, idealmente, procura corrigir. Somos convocados (...) a buscar soluções biográficas para contradições sistêmicas e procuramos salvação individual de problemas compartilhados (BAUMAN. 2003, p. 129). São duas as tarefas que a comunidade deve pleitear para fazer frente às patologias da sociedade atual: a igualdade dos recursos necessários para transformar o destino dos indivíduos de jure em indivíduos de fato e um seguro coletivo contra incapacidades e infortúnios individuais (BAUMAN. 2003, p. 133).

As primeiras comunidades surgiram para garantir a vida e a autopreservação dos indivíduos. Para permanecer ao longo do tempo, esses grupos humanos estabeleceram formas de se expressar, valores

morais e culturais compatíveis com cada época. A escrita, como forma de comunicação, surgiu para preservar e perpetuar a cultura e os valores do ser humano. O modo um indivíduo, um grupo ou uma nação se comunicam define sua identidade. Nesse cenário globalizado, constatado por Bauman, se existir uma comunidade no mundo dos indivíduos, só poderá ser uma comunidade tecida em conjunto, a partir do compartilhamento e do cuidado mútuo. O autor alerta para uma comunidade de interesse e responsabilidade em relação aos direitos que temos de ser iguais e de lutar em defesa deles (Bauman, 2003). A realização dessas tarefas requer um agir coletivo, e a Saúde Pública não escapa disso, principalmente quando se começa a discutir sobre a universalização da assistência versus a focalização. Teremos sempre em mente a dimensão política do termo comunidade, a compreensão de que o individualismo é um entrave para o fortalecimento dos laços sociais e que eles são conflitivos numa sociedade capitalista.

De fato, Howard Rheingold foi o primeiro autor a difundir o conceito de comunidade virtual, termo que ele criou em 1993, mesma época em que a Web estava nascendo. Levando em consideração as condições materiais de vida, os seres humanos se organizaram e se reuniram em comunidades onde os próprios integrantes tinham alguns interesses e traços em comum. Com o surgimento da Internet e das mídias digitais, foram criados espaços de interação online entre as pessoas, e novos laços foram estabelecidos entre elas. O autor define a comunidade virtual como uma agregação cultural formada pelo encontro sistemático de um grupo de pessoas no ciberespaço. Esse tipo de comunidade é caracterizada pela coatuação de seus participantes, que compartilham valores, interesses, metas e posturas de apoio mútuo por

meio de interações no universo on-line. Ele percebeu que as comunidades virtuais são lugares onde as pessoas se encontram, mas são, igualmente, um meio para atingirem diversos fins. “As mentes coletivas populares e seu impacto no mundo material podem tornar-se uma das questões tecnológicas mais surpreendentes da próxima década” (RHEINGOLD, 1993, p.142), antecipava. Também defendeu a participação em comunidades virtuais como um estímulo à formação de inteligências coletivas, às quais os indivíduos podem recorrer para trocar informações e conhecimentos. A inteligência coletiva é uma inteligência distribuída por toda parte, incessantemente valorizada, coordenada em tempo real, que resulta em uma mobilização efetiva das competências. Fundamentalmente, ele entende o papel das comunidades como o de filtros inteligentes que nos ajudam a lidar com o excesso de informação e como um mecanismo que nos abre para as visões alternativas de uma cultura. Uma rede de pessoas interessadas pelos mesmos temas é não só mais eficiente do que qualquer mecanismo de busca. Rheingold também se mostra profundamente convencido de que, quando uma comunidade virtual é convenientemente organizada, representa uma importante riqueza em termos de conhecimento distribuído, de capacidade de agir e de potência cooperativa. São características da inteligência coletiva a interatividade, as comunidades virtuais, os blogs e os wikis para construir e disseminar saberes baseados no acesso à informação e sua constante atualização.

Com Castells (2003, 2013), consideraremos as “comunidades instantâneas”, formadas por meio dos movimentos sociais de rede, o que sinaliza o surgimento de espaços híbridos, pois são construídos entre as redes sociais da Internet e o espaço urbano ocupado por essas redes de

indignação. “Comunidades são redes de laços interpessoais que proporcionam sociabilidade, apoio, informação, um senso de integração e identidade social” (CASTELLS, 2003, p. 106). Castells (2013) discute sobre os movimentos sociais em rede, sua formação, sua dinâmica, seus valores e perspectivas de transformações sociais.

A principal distinção entre os conceitos de comunidade e sociedade diz respeito às dimensões do grupo de pessoas a que cada um se refere. O termo sociedade é, por definição, mais amplo e engloba uma diversidade maior de indivíduos que partilham alguns aspectos em comum, como uma cultura, um território e, até mesmo, um sistema de leis e valores. A comunidade, por outro lado, é um grupo menor de indivíduos, que apresentam relações mais próximas e partilham interesses e projetos. Esses conceitos importam para diferenciar os objetivos da transmissão da informação, por isso é tão importante suscitar as definições no texto.

Enquanto, na sociedade, os sujeitos estão mais dispersos, na comunidade, há uma conexão maior entre eles. Esse agrupamento de pessoas pode ser entendido como um grupo dentro de um grupo maior, que é a sociedade. O conceito de comunidade envolve um compromisso com a construção de relações e redes de convivência mais solidárias e humanas, um desafio de que podemos nos apropriar no discurso e em nossos fazeres.

Para explicar esses conceitos, é preciso falar sobre a ‘Web’ e suas fases. Muitos defendem que elas não existem. Porém, para entender bem mais o tema, consideramos a necessidade de desvelar os ciclos que, até então, vivemos na Internet.

A história da Internet, a chamada WEB 1.0, começou depois dos eventos da Segunda Guerra Mundial²⁰. Esse momento de intensa disputa e de influências sobre todos os outros países foi responsável por um grande desenvolvimento armamentista e tecnológico. Nesse contexto, a URSS lançou, em 1957, o Sputnik, o primeiro programa de satélites artificiais. Devido a isso, os EUA apostaram no desenvolvimento da informática (OLIVEIRA, 2011). O objetivo dessa agência era de criar um sistema interno de comunicação eficiente e confiável para que os centros de pesquisa pudessem se comunicar com segurança, velocidade e sem interferências externas.

Esse novo sistema de comunicação precisou ser descentralizado para que a informação fosse redirecionada de um centro para outro sem precisar de uma ação humana específica. Afinal, se algo acontecesse com qualquer base científica em função da ameaça constante das armas nucleares, as informações não podiam parar de circular pelos Estado Unidos da América (EUA). O que importava aqui era a segurança nacional e travar a influência soviética pelo mundo. No fim dos anos 60, a Universidade da Califórnia começou a fazer testes com protocolos de comunicação e conectaram os computadores locais em uma rede local privada - a ARPAnet - Rede da Agência de Pesquisas Avançadas. Ainda primitiva, foi o primeiro ensaio do surgimento da Internet como a conhecemos atualmente. A ideia era de interligar as bases estratégicas e potencializar a troca de informações sigilosas sobre

²⁰ A vitória dos Aliados (Estados Unidos, Reino Unido e União Soviética) sobre o grupo do Eixo (Alemanha, Itália e Japão), em 1945, causou uma ruptura global na forma como diversos países passaram a conduzir seus sistemas econômicos, políticos e sociais. No grupo dos Aliados, Estados Unidos (capitalismo) e União Soviética (comunismo), as superpotências da época começaram um embate ideológico, político e econômico em um episódio histórico que ficou conhecido como Guerra Fria.

novas tecnologias armamentistas e planos de combate e identificar ameaças estrangeiras. Nos anos seguintes, a Rede da Agência de Pesquisas Avançadas inspirou a criação de uma rede global que possibilitaria interligar computadores de qualquer lugar do mundo através de várias conexões simultâneas (OLIVEIRA, 2011). Essa ideia, conhecida inicialmente pelo termo *Internetworking* - a prática de conectar várias redes de computadores para formar redes maiores - foi fundamental para o surgimento da Internet e o estabelecimento da futura rede mundial de computadores (DEMENTSHUK; HENRIQUES, 2019).

Nos anos seguintes, a patente de criação desses protocolos passou a ser de uso público. Como consequência disso, centros de pesquisa, acadêmicos, laboratórios de engenharia aeroespacial, desenvolvedores e programadores puderam ter um amplo acesso a essa nova forma de comunicação sem fronteiras geográficas.

O cientista de computação britânico, Tim Berners-Lee, criou o primeiro servidor web e o primeiro navegador web gráfico em 1990, enquanto trabalhava na CERN - Organização Europeia de Pesquisa Nuclear, na Suíça. Ele batizou sua nova janela para a Internet de 'WorldWideWeb', o WWW²¹. O WWW também era o conceito aplicado para ser uma teia gigantesca de informações entrelaçadas por links em textos acessados pelo usuário de qualquer local conectado a um servidor de rede virtual (OLIVEIRA, 2011). Posteriormente, o navegador foi **renomeado de Nexus**, para evitar ambiguidades entre conceitos.

Nos anos 80 a 90, as páginas da Web 1.0 com poucos recursos tecnológicos foram completamente substituídas pela interatividade, pela

²¹ <https://sites.google.com/site/historiasobreossitesdebusca/historia-dos-navegadores-de-Internet>

conectividade social e pelo conteúdo gerado pelo usuário da Web 2.0. “Quando tudo ainda era mato” no ciberespaço e usuários estavam chegando à rede com processos de afinidade. Como tudo era novo, as pessoas tinham o objetivo de aprender e apreender o que poderia ser feito e as possibilidades e os limites naquele espaço. O sentimento de comunidade havia aflorado nos usuários. Foi a partir da década de 90 que a Internet causou uma transformação na sociedade contemporânea, e o cotidiano das pessoas foi remodelado pela derrubada das fronteiras geográficas e pelo encurtamento dos fusos horários (DEMENTSHUK; HENRIQUES, 2019). A Web 2.0 possibilita que o conteúdo gerado pelo usuário seja visualizado virtualmente por milhões de pessoas em todo o mundo em um instante. Com esse alcance inigualável, esse tipo de conteúdo explodiu nos últimos anos.

O cotidiano foi aperfeiçoado em relação à agilidade como essas mesmas pessoas passaram a se comunicar e a consumir informações, conhecimentos, produtos, serviços, cultura e entretenimento. Os primeiros provedores de webmail são grandes responsáveis por essa revolução. Entre eles, estão o Hotmail (1996, atualmente, Outlook), o BOL (1996, com destaque no Brasil), o Yahoo! (1997) e o ZipMail (1998). O Gmail só foi aparecer em 2004. As salas de bate-papo e os fóruns também surgiram nessa época. Um dos casos mais expoentes, durante a história da Internet no Brasil, foi o UOL (1996), que inaugurou janelas para conversação e comunidades online organizadas por temas, tópicos e faixas etárias. Inspirados nas salas de bate-papo, surgiram os programas de Instant Messanging (mensageiros instantâneos). Os mais populares no país foram o mIRC (1995), o ICQ (1997) e o MSN Messenger (1999). Mais à frente, no Quadro 8, detalharemos melhor sobre isso.

Concomitantemente surgiram as redes sociais, a respeito das quais também nos aprofundaremos nos itens a seguir deste mesmo capítulo. Do mesmo modo surgiram, as Wikis, devido à necessidade dos usuários do ciberespaço de trocarem informações e de terem conexão. Um wiki é um site projetado para que grupos de pessoas capturem e compartilhem ideias rapidamente, criando páginas simples e vinculando-as umas às outras. As páginas comunitárias na Internet podem ser alteradas por todos os usuários que têm direitos de acesso (AFONSO, 2020). Usadas na Internet pública, essas páginas comunitárias geraram fenômenos como a Wikipedia,²² uma enciclopédia online escrita pelos próprios leitores. Por exemplo, as wikis são uma das maneiras fáceis de um grupo de trabalhadores envolvido em um projeto trocar ideias.

A evolução da Web 2.0 foi impulsionada por inovações importantes, como o acesso à Internet móvel e redes sociais, bem como a quase onipresença de dispositivos móveis poderosos, como iPhones e dispositivos com Android. Na segunda década desse milênio, esses desenvolvimentos possibilitaram o domínio de aplicativos que expandiram bastante a interatividade e a utilidade online – por exemplo, Airbnb, Facebook, Instagram, TikTok, Twitter, Uber, WhatsApp e YouTube, para citar alguns (AFONSO, 2020).

O crescimento fenomenal da receita dessas plataformas dominantes fez com que muitas das empresas centradas na Web 2.0 – como a Apple, a Amazon, o Google, a Meta (anteriormente Facebook) e a Netflix – estivessem entre as maiores empresas do mundo por capitalização de mercado.

²² https://pt.wikipedia.org/wiki/Wikip%C3%A9dia:P%C3%A1gina_principal

São muitas as expressões e aplicações que surgiram da Web 2.0. No Quadro 6, apresentamos algumas delas:

Quadro 6: Expressões e aplicações – Web 2.0

AdSense	Um plano de publicidade do Google que ajuda criadores de sites, entre os quais, os blogs, a ganharem dinheiro com seu trabalho. Tornou-se a mais importante fonte de receita para as empresas Web 2.0. Ao lado dos resultados de busca, o Google oferece anúncios relevantes para o conteúdo de um site, gerando receita para o site cada vez que o anúncio é clicado.
Ajax	Um pacote amplo de tecnologias usado a fim de criar aplicativos interativos para a Web. A Microsoft foi uma das primeiras empresas a explorar a tecnologia, mas a adoção da técnica pelo Google, para serviços como mapas on-line, mais recente e entusiástica, é que fez do Ajax (abreviação de "JavaScript e XML assíncrono") uma das ferramentas mais quentes entre os criadores de sites e serviços na Web.
Blogs	De baixo custo para publicação na Web disponível para milhões de usuários, os blogs estão entre as primeiras ferramentas de Web 2.0 a serem usadas amplamente.
Mash-ups	Serviços criados pela combinação de dois diferentes aplicativos para a Internet. Por exemplo, misturar um site de mapas on-line com um serviço de anúncios de imóveis para apresentar um recurso unificado de localização de casas que estão à venda.
RSS	Abreviação de "really simple syndication" [distribuição realmente simples], é uma maneira de distribuir informação por meio da Internet que se tornou uma poderosa combinação de tecnologias "pull" - com as quais o usuário da web solicita as informações que deseja - e tecnologias "push" - por meio das quais as informações são enviadas a um usuário automaticamente. O visitante de um site que funcione com RSS pode solicitar que as atualizações lhe sejam enviadas (processo conhecido como "assinando um feed"). O presidente do Conselho da Microsoft, Bill Gates, classificou o sistema RSS como uma tecnologia essencial, 18 meses atrás, e determinou que fosse incluída no software produzido por seu grupo.
Tagging [rotulação]	Uma versão Web 2.0 das listas de sites preferidos, que oferece aos usuários uma maneira de vincular palavras-chaves a palavras ou imagens que consideram interessantes na Internet, ajudando a categorizá-las e a facilitar sua obtenção por outros usuários. O efeito colaborativo de muitos milhares de usuários é um dos pontos centrais de sites como o del.icio.us e o flickr.com. O uso on-line de tagging é classificado também como "folksonomy", já que cria uma distribuição classificada, ou

	taxonomia, de conteúdo na web, reforçando sua utilidade.
Wikis	Páginas comunitárias na Internet que podem ser alteradas por todos os usuários que têm direitos de acesso. Usadas na Internet pública, essas páginas comunitárias geraram fenômenos como a Wikipedia, que é uma enciclopédia on-line escrita por leitores. Usadas em empresas, as wikis estão se tornando uma maneira fácil de trocar ideias para um grupo de trabalhadores envolvidos em um projeto.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora

Essas plataformas e aplicativos também estimularam e inovaram bastante o crescimento da economia, ao possibilitar que milhões de pessoas ganhassem renda em meio período ou período integral dirigindo, alugando suas casas, entregando alimentos e mantimentos ou vendendo bens e serviços online. A Web 2.0 também foi tremendamente disruptiva para certos setores, a ponto de ser uma ameaça existencial para alguns deles. Esses são setores que não conseguiram se adaptar ao novo modelo de negócios centrado na Web ou demoraram a fazê-lo, com varejo, entretenimento, mídia e publicidade entre os mais atingidos.

A Web 3.0 deve manter a existência das redes sociais, mas elas devem ter um protagonismo maior do que na versão anterior. Se, antes, as plataformas eram usadas para entretenimento descompromissado, impulsionar vendas ou fortalecer a reputação digital de marcas, agora, as mídias sociais adotam um caráter de dependência social. A próxima fase da evolução da web/Internet potencialmente pode ser tão disruptiva e representar uma mudança de paradigma tão grande quanto a Web 2.0. A Web 3.0 é construída sobre os conceitos centrais de descentralização, abertura e mais utilidade do usuário (AFONSO, 2020). Um fator

interessante dessa Internet futurística é a relação de posse de bens digitais.

Berners-Lee, não tão recentemente, em seu livro, *Weaving the Web* (1999), já expôs alguns desses conceitos, apresentados abaixo:

Descentralização: Nenhuma permissão de uma autoridade central é necessária para postar qualquer coisa na Web e não há um nó central de controle, portanto, nenhum ponto único de falha e nenhum 'kill switch' (botão desligar). Isso também implica liberdade de censura e vigilância indiscriminadas.

Design bottom-up (debaixo para cima): Em vez de o código ser escrito e controlado por um pequeno grupo de especialistas, ele foi desenvolvido à vista de todos, incentivando a máxima participação e experimentação.²³

Em um artigo de 2001, Berners-Lee discutiu sobre o conceito que ele chamou de Web Semântica.²⁴ Os computadores não têm uma maneira confiável de processar a semântica da linguagem (descobrir o contexto real em que uma palavra ou frase é usada). A visão de Berners-Lee para a Web Semântica era de trazer estrutura para o conteúdo significativo das páginas da Web e habilitar softwares que realizariam tarefas sofisticadas para os usuários. A Web 3.0 foi muito além do conceito original de Web Semântica, como conceituado por Berners-Lee em 2001. Isso ocorre, em parte, porque é muito caro e monumentalmente difícil converter a linguagem humana - com todas as suas nuances e variações sutis - em um formato que pode ser facilmente compreendido por

²³ <https://webfoundation.org/about/vision/history-of-the-web/>

²⁴ Scientific American. "The Semantic Web"

<https://web.archive.org/web/20171010210556/https://pdfs.semanticscholar.org/566c/1c6bd366b4c9e07fc37eb372771690d5ba31.pdf>

computadores e porque a Web 2.0 já evoluiu substancialmente nas últimas duas décadas.

Deixemos 2001 para trás e nos situemos em nossa realidade. Os algoritmos evoluíram a ponto de antecipar demandas e resolver problemas antes que eles surjam, o que deve facilitar a vida das pessoas. Os conteúdos online serão dispostos de forma mais personalizada para cada usuário, sites e aplicações inteligentes, e a publicidade deve ser ainda mais baseada no comportamento online. Não precisaremos de sistemas operacionais complexos ou muito espaço de armazenamento, já que tudo será focado na nuvem, como a evolução de um momento que já existe. É provável que os computadores não precisem evoluir tanto com a implementação, porque o processamento não será mais feito localmente.

É impossível falar de Web 3.0 sem falar do engenheiro britânico Gavin Wood, conhecido como o “pai do Ethereum²⁵”, a segunda moeda digital mais popular do mundo. Ele foi o criador do protocolo de código aberto Polkadot²⁶, que deu origem à arquitetura para descentralizar serviços, que originou a tão falada blockchain, que trouxe muito mais escalabilidade²⁷ para os processos. Como consequência, constroem-se as bases da nova Internet. Nesse contexto, o blockchain²⁸ tem um papel fundamental, visto que, por meio da tecnologia, é possível criar blocos para o trânsito de cadeias de dados de modo seguro, anônimo e independente. Apesar de se apresentar associada normalmente às

²⁵ <https://ethereum.org/en/>

²⁶ <https://polkadot.network/>

²⁷ A escalabilidade é a capacidade que uma empresa ou sistema **tem** de crescer atendendo às demandas sem perder as qualidades que lhe agregam valor.

²⁸

Blockchain é uma base compartilhada de dados que faz registra e valida transações digitais e trocas de informações processadas por usuários de uma rede descentralizada de computadores.

criptomoedas, apontadas por muitos como as sucessoras do dinheiro físico, a blockchain terá um papel fundamental no futuro da web. Diversos são os estudos voltados para a funcionalidade do uso dessa tecnologia para as transações financeiras, segurança corporativa e governança de empresas e de órgãos governamentais.

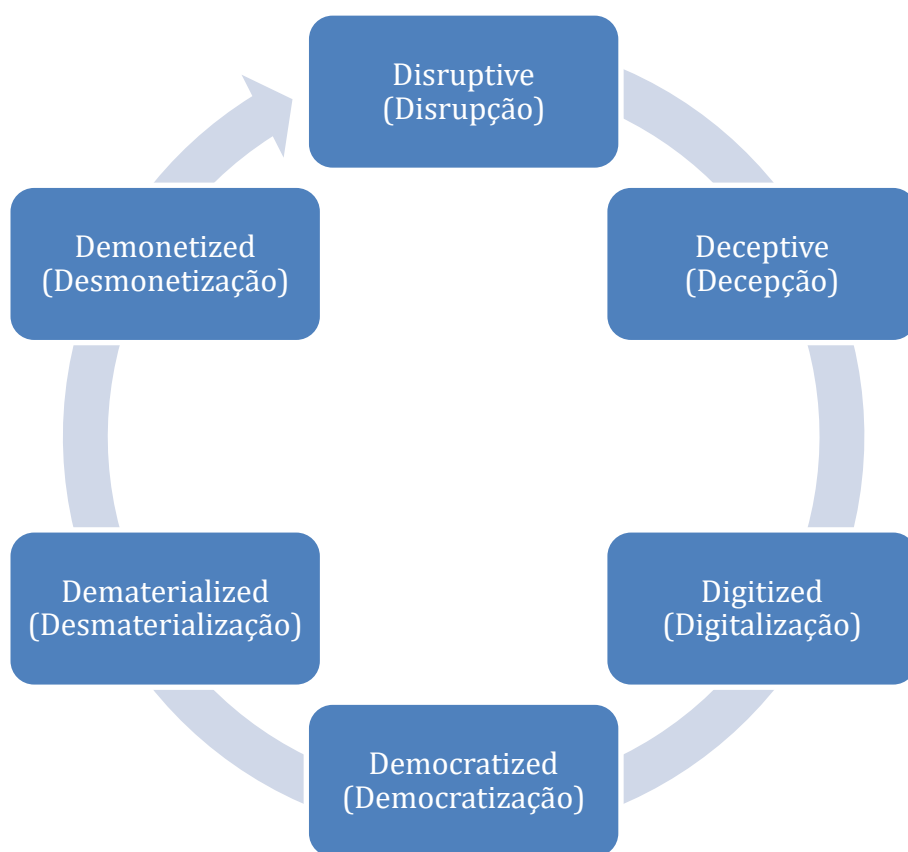
Por esse motivo, todos esses elementos trabalham em colaboração com a chamada descentralização: ao invés de guardar seus arquivos em servidores da Amazon ou do Google, os usuário poderão armazená-los em sites criados para operar em redes da blockchain. Por influência disso, emergem os fenômenos das propriedades via NFTs, em que se armazenam tokens, itens e ativos em carteiras próprias.

Em outubro de 2021, foi anunciada a mudança do nome Facebook para “Meta”. A empresa é uma das primeiras a prometer investimentos bilionários na criação de um universo digital com o uso de Realidade Virtual (VR), marca do metaverso. Com o auxílio de óculos de RV, as possibilidades são diversas: imergir nos mundos tridimensionais para realizar conferências a distância no trabalho; conversar com parentes distantes, como se estivessem próximos; assistir a conteúdos de entretenimento ou se divertir com games online; visitar museus; procurar um apartamento para alugar deitado ou fazer um *test drive* em um veículo sem precisar sair de casa.

O efeito da digitalização vem em diferentes etapas e, como tal, deve ser apresentado individualmente. Várias partes de nossas vidas estão sendo digitalizadas ainda mais, mesmo em áreas que já estão altamente saturadas de tecnologia. Existem muitas áreas óbvias em que a digitalização está mostrando seu impacto, mas também outras que são menos conhecidas ou inimitáveis.

Peter Diamandis, fundador e presidente da X Prize Foundation²⁹, vai mais além e tem um conceito que ele chama de 6Ds do rompimento tecnológico. Esse conceito é amplamente baseado na observação de Ray Kurzweil, *The Law of Accelerating Returns*, que explica o crescimento exponencial da tecnologia da potencial tecnológico. Na Figura 6, resumir os 6Ds aplicados à Web 3.0:

Figura 6: Os 6Ds do rompimento tecnológico



Fonte: Elaborado pela pesquisadora

1) Digitalização: já explorada anteriormente, é qualquer coisa que se torne digitalizada e entra no mesmo crescimento exponencial que vemos na computação. A informação digital é fácil de acessar,

²⁹ https://vimeo.com/126866987?embedded=true&source=video_title&owner=2591128

compartilhar e distribuir. Pode se espalhar na velocidade da Internet. E como algo pode ser representado em zeros e uns – da música à biotecnologia – é uma tecnologia baseada em informação e entra em crescimento exponencial.

2) Decepção: quando algo começa a ser digitalizado, seu período inicial de crescimento é enganoso porque as tendências exponenciais não parecem crescer muito rápido no início. Dobrar apenas 0,01 só leva a 0,02, depois 0,04 e assim por diante. O crescimento exponencial realmente decola depois de quebrar a barreira do número inteiro. O 2 rapidamente se torna 32, que se torna 32.000 antes que você perceba.

3) Disrupção: o mercado existente para um produto ou serviço é interrompido pelo novo mercado que a tecnologia exponencial cria porque as tecnologias digitais superam em eficácia e custo. Se você pode transmitir música em seu telefone, por que comprar CDs? Se você pode tirar, armazenar e compartilhar fotos, por que comprar câmera e filme?

4) Desmonetização: o dinheiro é cada vez mais retirado da equação à medida que a tecnologia fica mais barata, muitas vezes, a ponto de ser gratuita. O software é mais barato de produzir do que o hardware, e as cópias são virtualmente gratuitas. Agora você pode baixar qualquer número de aplicativos em seu telefone para acessar *terabytes* de informações e desfrutar de uma infinidade de serviços a custos próximos de zero.

5) Democratização: produtos físicos separados e democratizados são removidos da equação. Tecnologias que antes eram volumosas ou caras – rádio, câmera, GPS, telefones, mapas – agora estão todas em um só smartphone que cabe em seu bolso.

6) Desmaterialização, uma vez que algo é digitalizado, mais pessoas podem ter acesso a ele. Tecnologias poderosas não são mais apenas para governos, grandes organizações ou ricos.

Quadro 7: Diferença entre Web 1.0, Web 2.0 e Web 3.0

WEB 1.0	WEB 2.0	WEB 3.0
Somente leitura	Ler-escrever descontroladamente	Portátil e pessoal
Foco na empresa	Foco na comunidade	Foco individual
Páginas iniciais	Blogs / wikis	Transmissões ao vivo / ondas
Possuir conteúdo	Compartilhar conteúdo	Consolidar conteúdo
Formulários da Web	Aplicativos da Web	Aplicativos inteligentes
Diretórios	Etiquetagem	Comportamento do usuário
Visualizações de página	Custo por clique	Engajamento do usuário
Banner publicitário	Publicidade interativa	Publicidade comportamental
Britannica online	Wikipedia	A Web Semântica
HTML / Portals	XML / RSS	RDF / RDFS / OWL

Fonte: Traduzido e adaptado de Geeksforgeeks³⁰ pela pesquisadora

A divergência entre quando termina a Web 3.0 e começa a Web 4.0 é balizada pela inteligência artificial. Além do metaverso e do algoritmo, as máquinas também fazem, cada vez mais, parte da rede. É essa interatividade homem e máquina que dificulta diferenciar os estágios entre as duas fases. A Web 4.0 refere-se ao que vivemos superficialmente hoje. Podemos dizer, com confiança, que a Web 4.0 não será mais de sites e páginas da Internet marcadas pela Web semântica. Simplesmente não

³⁰ Comparison between web 1.0, web 2.0 and web 3.0. Disponível em: <<https://www.geeksforgeeks.org/web-1-0-web-2-0-and-web-3-0-with-their-difference/>>. Acesso em: 18 set. 2022.

haverá necessidade deles. Na nova Web, cada usuário será seu próprio site, ou melhor, um nó de um ou mais clusters de uma rede global P2P³¹, bem como o proprietário do conteúdo que criar. Nessa meta-rede, as criptomoedas serão o principal e, talvez, o único meio de pagamento inicialmente integrado à Web 4.0 em forma de soluções DeFi³².

3.1 Redes sociais: a nova sociedade e a reconstrução do espetáculo

Redes sociais são plataformas de comunicação online em que o usuário pode criar um perfil e publicar postagens usando textos, fotos, vídeos e áudios para outros usuários também cadastrados. A expressão começou a ser usada há cerca de um século para designar um conjunto complexo de relações entre membros de um sistema social em diferentes esferas, desde a interpessoal à global. No entanto, somente a partir de 1954, J. A. Barnes começou a usar o termo sistematicamente para tentar explicar padrões de laços estabelecidos socialmente, incorporando os conceitos tradicionalmente usados pelo senso comum e por cientistas sociais. A expressão ‘rede social’ é utilizada pelas ciências sociais como um instrumento de análise que possibilita a reconstrução dos processos interativos dos indivíduos e suas afiliações a grupos, por meio das conexões interpessoais construídas cotidianamente. Em outras palavras, as redes sociais, na Internet, configuram-se como uma rede de atores em que há a interação social, que é mediada por um dispositivo com acesso à Internet, o que possibilita formar novos agrupamentos sociais

³¹ Arquitetura P2P (peer-to-peer) é uma arquitetura de redes em que cada par, ou nó, coopera entre si para prover serviços um ao outro, sem a necessidade de um servidor central. Todos os pares são clientes e servidores.

³² Os DeFi são a aplicação da ideia de contratos inteligentes da **Rede** Ethereum, que automatizam os termos dos acordos entre os pares e possibilitam a criação de sistemas que reproduzem serviços do mercado financeiro de forma descentralizada, como empréstimos, seguros e até bolsas de valores, tudo sem a interferência de terceiros.

denominados de ‘comunidades virtuais’, que representam novas formas de se inserir na conjuntura do ciberespaço.

Na década de 90, quando o mundo acompanhou uma das maiores revoluções na história da Internet e foram criadas as redes sociais, as pessoas começaram a interagir umas com as outras sem precisar considerar as barreiras geográficas, as diferenças de horários e a precariedade dos sistemas de telefonia móvel.

Porém, muito diferente do que temos hoje, naquela época, a estrutura de comunicação dessas redes era bem mais limitada e sem os recursos completos da atualidade. As redes sociais vêm sendo utilizadas, tanto na mídia quanto em estudos acadêmicos, para se referir aos tipos de relações sociais e de sociabilidade virtuais que se caracterizam em dinâmicas e propósitos. O Ciberespaço é um caminho para compartilhar e democratizar o acesso à informação e, conseqüentemente, preservar a memória. De um lado, há uma ampla variedade de “comunidades virtuais” e os chamados sites de redes sociais³³, cuja existência e desenvolvimento são relativos ao ambiente tecnológico em que são construídos (AGUIAR, 2006).

A primeira rede social foi a ClassMates³⁴ (colegas de classe), criada nos Estados Unidos, em 1995, por Randy Conrads. Sua principal proposta era de reunir estudantes universitários para se ajudarem, na plataforma virtual, a fazer as atividades escolares, encontrar moradia, indicação de estágios, creches e outros serviços básicos. A ClassMates

³³Social Network Sites – SNSes

³⁴ <https://www.classmates.com/>

chegou a ter mais de 50 milhões de usuários. Atualmente, ainda existe e conta com cerca de 250 mil perfis ativos. Depois do aparecimento dessa rede social, muitas outras surgiram. No quadro 8, apresentamos as principais plataformas criadas ao longo dos últimos anos.

Quadro 8: Histórico das redes sociais

REDE SOCIAL	FUNDAÇÃO DA REDE SOCIAL	DESCRIÇÃO	ATIVIDADE
ClassMates	1995	Plataforma criada com o objetivo de reunir estudantes universitários para se ajudarem, na plataforma virtual, a fazer as atividades escolares, a encontrar moradia, indicação de estágios, creches e outros serviços básicos.	Ativa
Fotolog	2002	Criada para compartilhar fotos e imagens do cotidiano.	Descontinuada em 2016.
LinkedIN	2003	Voltada exclusivamente para profissionais e vagas de emprego. É possível criar um perfil profissional mostrando suas habilidades, competências, formação acadêmica, trabalhos voluntários e preencher seu currículo para novas oportunidades.	Ativa
MySpace	2003	O primeiro tipo de miniblog online com capacidade para receber conteúdos em texto, fotos e vídeos.	Ativa
Orkut	2004	Nessa plataforma, é possível criar um perfil completo, adicionar amigos, compartilhar arquivos em geral, atualizar o <i>feed</i> com novidades diárias, escrever depoimentos e participar de comunidades.	Descontinuada em 2014
Flickr	2004	Focada na hospedagem de fotos, desenhos, ilustrações e vídeos.	Ativa
Facebook	2004	Rede social por meio da qual é possível conversar com amigos e compartilhar mensagens, links, vídeos e fotografias. Atualmente, é a maior rede social. Popularizou as expressões 'Curtir' e 'Compartilhar'.	Ativa
YouTube	2005	A maior plataforma de vídeos e o segundo maior buscador da Internet. Popularizou-se rapidamente em virtude de suas ferramentas muito acessíveis de produção, edição, publicação e monetização de vídeos.	Ativa

Twitter	2006	Possibilita compartilhar conteúdos em vídeo e gifs, seguir usuários ou empresas, mensagens privadas e criar tópicos de destaque. É um tipo de microblog, em que se postam textos mais curtos de até 280 caracteres em 2017. Popularizou o uso de # (<i>hashtags</i>) para agrupar e encontrar conteúdos usando o mesmo nicho de assunto.	Ativo
Tumblr	2007	Plataforma de blog popular, por sua praticidade de compartilhar fotos, vídeos, áudios, <i>gifs</i> e arquivos em geral. Permite que o usuário siga contas de outros contatos para acompanhar novas publicações.	Ativo
Instagram	2010	Plataforma focada em fotografias, logo passou a ter suporte de vídeos. Dispõe de ferramentas de agrupamento de conteúdo e efeitos interativos para fotos estilosas. A função Stories, uma das mais populares na Internet, permite publicar conteúdo instantâneo.	Ativo
Google+	2011	Chegou com a proposta de ser o competidor do Facebook, mas não obteve sucesso. Chegou a ter 400 milhões de usuários cadastrados, mas, após um vazamento de dados de mais de 500 mil contas a desenvolvedores, a rede foi descontinuada.	Descontinuada em 2019
Snapchat	2011	Plataforma focada em dispositivos móveis para troca de mensagens instantâneas com a adição de fotos com efeitos e vídeos com filtros divertidos. Um dos recursos em destaque é que o conteúdo só pode ser visto uma única vez	Ativa
TikTok	2016	Plataforma de origem de grande parte dos memes, vídeos virais e de conteúdos de celebridades e influenciadores que aparecem na Internet todos os dias. Permite que o usuário crie, compartilhe e acesse conteúdos em vídeos rápidos de acordo com as <i>hashtags</i> mais buscadas.	Ativa

Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

Inspirados nas salas de bate-papo, antecessores de muitas redes sociais e incorporados ao nosso dia a dia, os *instant messaging* (mensageiros instantâneos) possibilitam o envio e o recebimento de

mensagens de texto em tempo real. Embora não sejam redes sociais propriamente ditas, não podem ser esquecidos. Alguns, já obsoletos, emergiram bem antes da popularização dos dispositivos móveis. Eles promoviam o encontro e a troca de informações de seus usuários. São diversas as aplicações de mensagens instantâneas, cada uma com suas peculiaridades. Os principais e mais atualizados se encontram listados no Quadro 9:

Quadro 9: Mensageiros instantâneos

IRC/MIRC	1988	Abreviação de Instante Relay Chat (Bate-papo de retransmissão instantâneo). O IRC é um protocolo que disponibiliza a troca de mensagens em salas de bate-papo ou em salas privadas. O protocolo ganhou fama em 90, ano em que também surgiu no Brasil. O principal cliente de IRC era o mIRC, que ainda costuma ser usado por grupos específicos, como a comunidade de gamers ou a de software-livre.	Desativado em 2007
ICQ	1996	O nome ICQ é uma brincadeira com a frase “I seek you” (Eu busco você, em tradução livre). Um programa de comunicação instantânea pioneiro na Internet, por meio do qual se podem ver os amigos que estavam online, e o tradicional som emitido ao receber uma nova mensagem era o diferencial do mensageiro.	Desativado em 2013
Yahoo Messenger	1998	Programa de comunicação instantânea, que nunca conseguiu fazer o sucesso esperado, embora o Yahoo fosse um portal de grande sucesso na época.	Descontinuado em 2018
Windows Live Messenger	1999	Foi um programa de comunicação instantânea pela Internet, por meio do qual um usuário da Internet podia se relacionar com outro que tivesse o mesmo programa em tempo real, ter uma lista de amigos “virtuais” e acompanhar quando eles entravam e saíam da rede.	Descontinuado em 2013
Skype	2003	Plataforma usada por pessoas que precisam fazer videoconferências, o Skype também pode ser usado para telefonia e para pagar taxas de baixo valor para usufruir do serviço completo.	Ativo
Google Talk	2005	Serviço de mensagens instantâneas e de VoIP desenvolvido pela empresa Google. Para usar o serviço, não é necessário tê-lo instalado no computador ou baixar algum aplicativo, apenas acessar o e-mail da empresa.	Descontinuado em 2017
Facebook Chat	2011	Funciona como uma central de comunicação online, na qual a troca de mensagens entre usuários ganha novas possibilidades. Qualquer usuário pode acessar o Messenger pelo celular ou computador na versão web ou app.	Ativo
Whatsapp	2009	Um aplicativo multiplataforma de mensagens instantâneas e chamadas de voz para smartphones. Além de mensagens de	Ativo

		texto, os usuários podem enviar imagens, vídeos e documentos em PDF, além de fazer ligações grátis por meio de uma conexão com a Internet. WhatsApp têm criptografia ponta a ponta como funcionalidade de segurança.	
Telegram	2013	Telegram é um aplicativo que tem funções que se assemelham mais às de uma rede social e a outras que estão mais próximas da mensageria privada, o que o diferencia dos similares. Assim como o Whatsapp, app também tem criptografia ponta a ponta como funcionalidade de segurança, mas o aplicativo russo também tem chats secretos, que facilitam conversas reservadas.	Ativo

Fonte: Elaborado pela pesquisadora

A percepção do outro é requisito primordial para a interação humana. Pessoas são percebidas e julgadas pelo que dizem ou postam, como as imagens. Esse espaço é constituído de “lugares de fala”, no conjunto das práticas cotidianas e no conjunto da sociedade dos indivíduos. Assim,

para ter uma visão mais detalhada desse tipo de inter-relação, podemos pensar no objeto de que deriva o conceito de rede: a rede de tecido. Nessa rede, muitos fios isolados ligam-se uns aos outros. No entanto, nem a totalidade da rede nem a forma assumida por cada um de seus fios isolados ligam-se uns aos outros. Nem a totalidade da rede nem a forma assumida por cada um de seus fios podem ser compreendidas em termos de um único fio, ou mesmo de todos eles, isoladamente considerados; a rede só é compreensível em termos da maneira como eles se ligam, de sua relação recíproca. Essa ligação origina um sistema de tensões para o qual cada fio isolado concorre, cada um de maneira um pouco diferente, conforme seu lugar e função na totalidade da rede. A forma do fio individual se modifica quando se alteram a tensão e a estrutura da rede inteira. No entanto essa rede nada é além de uma ligação de fios individuais; e, no interior do todo, cada fio continua a constituir uma unidade em si; tem uma posição e uma forma singulares dentro dele (ELIAS, 1994, p. 35).

Por isso a mobilidade das relações sociais, tanto geográfica quanto sociológica, deve ser compreendida como uma rede em contínuo

movimento, que forma uma trama que é, para o autor, a totalidade da rede. É onde os usuários constroem as percepções dos indivíduos sobre os atores sociais (ou usuários). Portanto, para que se identifiquem e sejam identificados, é necessário que os indivíduos coloquem informações sobre a maneira como vivem, pensam e agem, criando uma individualidade própria, para gerar algum tipo de empatia no contexto anônimo. Esse requisito é fundamental para que a comunicação seja estruturada com o outro.

Acontece que, no mundo virtual das redes sociais, não basta ser feliz, é preciso parecer feliz, exibir a felicidade, curtir a felicidade alheia, compartilhar. Às vezes, a rede pode ser um espaço que nos leva a escapar do que somos ao mostrar para os outros o que gostaríamos de ser, destacando muito mais “o que é bom”, aguçar os desejos de “consumo” da plateia. Uma pesquisa recente feita pela Allianz Global Assistanc³⁵, constatou-se que jovens, a maioria do sexo masculino, admitem que já publicaram fotos mentirosas nas redes sociais para fingir que a viagem era muito mais legal do que de fato foi na vida real. Existem dois grandes motivos que movem quem confessou já ter feito algo do tipo: deixar os seguidores com inveja (65%) e competir com outras pessoas que fazem o mesmo (51%). Outras razões incluem poder olhar para o passado com nostalgia e só se recordar das coisas boas e publicar imagens em que se está no seu melhor (afinal, quem quer postar o seu pior nas redes sociais?). O indivíduo adquire conhecimento do

³⁵ Millennials Most Likely To Post Deceptive Vacation Photos To Make Social Media Followers Jealous Disponível em: <<https://www.prnewswire.com/news-releases/millennials-most-likely-to-post-deceptive-vacation-photos-to-make-social-media-followers-jealous-300679940.html>> Acesso em: 26 de julho de 2021.

papel dos outros e entende o seu papel, em suma, apreende sua personalidade por meio de uma atitude reflexa.

A consolidação dos papéis sociais é entendida como tipificação de condutas socialmente objetivadas. Outra particularidade que pode ser observada no universo das redes sociais é a importância dada à quantidade de seguidores de cada usuário. De acordo com Peter Berger e Thomas Lukmann (1999), a socialização é explorada num duplo viés: a socialização primária e a socialização secundária. Nesse contexto, “[...] estar em sociedade significa participar da dialética da sociedade. Contudo, o indivíduo não nasce membro da sociedade, mas com predisposição para se sociabilizar e tornar-se membro da sociedade” (BERGER, LUKMANN, 1999, p. 176). O reconhecimento se dá através do número de pessoas que acompanham (ou seguem) determinado perfil: quanto maior for o número de seguidores, maior será o prestígio do usuário nessa comunidade. Castells (2002, p. 107) assevera que

[...] a tendência dominante na evolução das relações sociais em nossas sociedades é a ascensão do individualismo [...]. A partir de perspectivas muito diferentes, cientistas sociais [...] enfatizam o surgimento de um novo sistema de relações sociais centrado no indivíduo. Após a transição da predominância de relações primárias para a de relações secundárias, o novo padrão dominante é o terciário, personalizado, baseado em redes “egocentradas”

O crescimento da popularidade e o quantitativo de seguidores do perfil de um usuário resultaram em uma quantidade maior de *likes* (*curtidas*) recebidos nas fotos. Essa valoração não se estende necessariamente à vida externa, no entanto, esse dado entra como estatística para contabilizar os usuários mais seguidos da comunidade.

Essa situação imprime a aceitação passiva por parte do público e transmite um efeito de circularidade, sem deixar margens para réplicas: “O espetáculo se apresenta como uma enorme positividade, indiscutível e inacessível. Não diz nada além de ‘o que aparece é bom, o que é bom aparece’” (DEBORD, 1997, p. 16). Por natureza, as redes sociais objetivam estabelecer relações com outras pessoas e situações.

3.2 ASTROTURFING

O termo astroturfing provém de ‘AstroTurf’, uma marca de grama sintética projetada para dar a aparência de grama natural. É um trocadilho com a palavra inglesa ‘grassroots’, que, em português, traduz-se, ao pé da letra, como ‘raízes da grama’, que significa movimento espontâneo da comunidade.

Trata-se de uma atividade organizada, que se destina a criar uma falsa impressão de um movimento popular generalizado, surgido espontaneamente, em apoio ou oposição a algo (como uma política), mas que, na realidade, é iniciado e controlado por um grupo ou organização oculta (como uma corporação). Os praticantes habitualmente utilizam software com o objetivo de disfarçar suas reais identidades, para enviar mensagens organizadas e patrocinadas, que tentam passar a impressão de espontaneidade. Por vezes, uma única pessoa opera diversos perfis que passam a impressão de que existe um amplo apoio em favor de suas idealizações e opiniões. Alguns estudos realizados (LYON, T. P.; MAXWELL, J. W, 2004) indicam que esse tipo de atividade pode alterar a maneira de pensar do público e criar dúvidas o suficiente para inibir ou estimular determinadas ações.

Ainda em 1962, na obra *'The Image: a guide of pseudo-events in America'*, o historiador Daniel Boorstin retratou sua preocupação com algo que estaria, em sua opinião, inundando a experiência moderna: pseudo-events (pseudoacontecimentos). O prefixo 'pseudo' significa engano, ilusão ou imprecisão. Um dos autores pioneiros na área tenta compreender bem mais o fenômeno, destacando suas diversas características e reflexões sobre os pseudo-acontecimentos, em especial, o uso dessa estratégia e seu relacionamento com a mídia e com as pessoas.

De acordo com Boorstin (1962), existem quatro características básicas para identificar um pseudoacontecimento: a) ele não é espontâneo, mas planejado, plantado, idealizado ou incitado; b) é planejado primariamente, com a intenção de que passe a ser notícia e de que seja levado em consideração para uma relevante quantidade de pessoas, conseqüentemente, com que a mídia e os canais de notícias desejem noticiar, por ser polêmico e que gere indagação; c) sua relação com a realidade é ambígua, portanto, traz aspectos reais e enganosos e oculta determinados fatos sobre sua própria natureza artificial; d) aproxima-se de ser uma suposição ou uma hipótese de que algo se concretize e se torne uma prova do que ele próprio diz acontecer. Sob o entendimento de Boorstin, "[...] os pseudo-acontecimentos geram outros pseudo-acontecimentos em uma progressão geométrica [...]" (BOORSTIN, 1962, p. 31, tradução nossa). ³⁶

O principal dado oferecido pelo astroturfing se encontra diretamente relacionado com a característica fundamental da prática e perpassa a própria definição: a polaridade, impressão de que existe um público apoiando ou se opondo em determinadas questões e

³⁶ "Pseudo-events spawn other pseudo-events in geometric progression."

manifestando suas opiniões. Por isso, é necessário entender, em última instância, as consequências da existência desse público e como ele se configura como um novo elemento nos quadros de sentido. Assim, é importante deslocarmos nossos esforços para tal ponto.

O destaque nesses esforços é na avaliação das consequências resultantes desse tipo de estratégia, principalmente quando na tomada de decisão por parte dos legisladores, na cobertura midiática e nas conversações e opiniões de diversos públicos e alguns grupos específicos (MATTINGLY, 2006; CHO *et. al*, 2011). A fabricação de informações não é nenhuma novidade. Elas existem bem antes da própria expressão *fake news*. A mentira sempre fez parte da história e do nosso cotidiano, e as manipulações da verdade sempre existiram, geralmente com algum objetivo. Em quase todas as épocas, convivemos com algum tipo de manipulação e desinformação. Difundir a mentira relaciona-se com o exercício de poder, ou seja, o ato de falsear algo para outras pessoas é feito com o objetivo de controlar a opinião pública. Desde a aurora da humanidade, os que meramente tinham voz também detinham para si o poder.

3.3 BOLHAS E FAZENDAS

Com o advento da Internet, as distâncias encolheram, a comunicação tornou-se mais rápida e barata, o acesso a obras intelectuais foi facilitado, novos modelos de negócio surgiram e democratizou-se e abriu-se uma via mais emergente para a “liberdade de expressão”. Isso facilitou a livre circulação das *fake news* – em certa medida, novas e velhas ao mesmo tempo, e que demandam das ciências novas formas de

desbravar essa territorialidade inexplorada, que é o ciberespaço. Nesse sentido, precisamos (re)pensar o sujeito e suas práticas e compreender o ciberespaço “como um campo de questões imprescindíveis às ciências e ao fazer científico”.

Com o suporte da *Internet*, a popularização do individualismo nas redes sociais configurou um novo tipo de sociabilidade por intermédio da conexão entre individualidades que compartilham interesses comuns. É assim que se formam as comunidades. Não é a Internet que cria um padrão de individualismo em rede, mas seu desenvolvimento, que fornece um suporte material para difundir o individualismo como forma de sociabilidade. Assim, o individualismo é um padrão social, e não, um acúmulo de indivíduos isolados. No dizer de Manuel Castells,

as pessoas se ligam e se desligam da Internet, mudam de interesse, não revelam necessariamente sua identidade [...], migram para outros padrões on-line. Mas se as conexões não são duradouras, o fluxo permanece, e muitos participantes da rede o utilizam como uma de suas manifestações sociais (2002, p.108).

Assim, do ponto de vista de Bauman (2001), a sociedade moderna líquida não se fixa em um único espaço ou tempo, e os indivíduos estão sempre dispostos às mudanças e livres para conhecer algo novo. Manter uma forma fixa não é tão fácil como simplesmente tomar um novo contorno, é fonte de força e invencibilidade, adapta-se ao ambiente, tira o melhor dele para si e, depois, parte para a próxima forma. Assim, as formas de poder, na sociedade, estão sendo realocadas e redistribuídas, os objetos não duráveis tomam conta, e a durabilidade já não tem mais o mesmo valor. O autor também faz uma crítica forte ao foco generalizado do “parecer”, o qual foi cultuado no momento em que a vida social

deixou de ser autêntica e se transformou em simples imagens, muitas vezes, sem nenhuma legenda ou conteúdo.

Não se pode deixar de mencionar os perfis falsos. Além dos perfis de pessoas reais que compartilham *fake news*, existem as pessoas que sequer existem, mas causam na rede. Podemos até nos questionar: “Quem vai perder seu tempo criando um perfil falso? Pra que isso?”. A resposta é: muita gente faz isso, e o motivo, na maioria das vezes, tem um viés financeiro, pois o foco é ganhar dinheiro. Existe um universo de *click farms*³⁷ ou fábrica de “likes”. Essas “fábricas” estão facilmente disponíveis para locação por meio de revendedores encontrados na Internet. Isso significa que você pode pagar para que uma pessoa ou um robô(bot) clique ou interaja com o que quiser online. Os serviços oferecidos por *click farms* podem incluir: seguidores e curtidas nas redes sociais, postagem de comentários em sites ou mídias sociais, que geram tráfego no site, criação de *backlinks*, execução de tarefas repetitivas com base em cliques, direcionamento do tráfego para sites fraudulentos, a fim de aumentar as classificações, autoridade de domínio ou para coletar pagamentos em anúncios gráficos e compartilhando artigos de notícias. Como visto, é uma lista extensa de serviços cujos efeitos, quase sempre, são *fake news*. Essas *click farms* podem ser vendidas e compradas sem muita dificuldade, em uma simples busca no *Google* ou *eBay*. Os resultados são rápidos.

Já não é mais novidade que o conteúdo compartilhado por nossos amigos em redes sociais é filtrado por um algoritmo. Se todos os textos, fotos, vídeos, links, notícias, memes, informações ou comentários fosses

³⁷PETERSON, T. Fazendas de Cliques (Click Farms): como funcionam - Blog Control+F5 TI. Disponível em: <<https://controlf5it.com.br/blog/fazendas-de-cliques-click-farms-como-funcionam>>. Acesso em: 18 set. 2022.

visualizados, nossa relação com o site seria caótica e desinteressante. Afinal, nem o tudo que é compartilhado nos interessa. Eli Pariser, em seu livro, ‘O Filtro Invisível’, afirma:

O primeiro é a afinidade: quanto mais próxima a sua amizade com alguém – o que é determinado pelo tempo que você passa interagindo com a pessoa e acessando seu perfil –, maior será a probabilidade de que o Facebook lhe mostre mais atualizações (PARISER, 2011. p. 27). **(Tradução nossa)**

Com o objetivo de satisfazer às próprias necessidades, inúmeros usuários optarão por deixar de seguir (dar *unfollow*) quem quer que discorde deles, que não curta nem compartilhe suas publicações ou que simplesmente lhe pareça desinteressante. O usuário pode até ser bloqueado. O isolamento da realidade a partir do “deixar de seguir” ou dos filtros gerados pelos algoritmos resulta na mistura de escolha tecnológica e de analfabetismo digital, o que vem sendo fartamente criticado. Motivos, é bem verdade, não faltam. Esse isolamento limita a diversidade, já que o usuário continua recebendo indefinidamente conteúdos postados por seus amigos e conhecidos com quem já detém afinidade ideológica. Dessa forma, fica menos sujeito a críticas e a opiniões contraditórias, limitando a gama de informações que recebe.

Em uma entrevista para o livro de David Kirkpatrick (2011, p.178), ‘O efeito *Facebook*’³⁸, Mark Zuckerberg disse: “Um esquilo morrendo na frente de sua casa pode ser mais relevante para seus interesses agora do que pessoas morrendo na África” (tradução nossa)³⁹, justificando o *feed* de notícias do Facebook personalizado para cada usuário. Imaginemos um mundo onde todas as pessoas à sua volta discutem sobre os mesmos

³⁸ *The Facebook Effect*

³⁹ “A squirrel dying in front of your house may be more relevant to your interests right now than people dying in Africa” (Kirkpatrick, 2011, pag 178)

assuntos, têm as mesmas opiniões, concordam com você, ouvem as mesmas músicas, leem os mesmos livros, trabalham no mesmo segmento etc. É assim que funcionam os *feeds* de redes sociais atualmente. Uma Internet “particular”, baseada no que cada usuário considera relevante.

Eli Pariser (2011) participou de uma sessão no TED⁴⁰, acrônimo de *Technology, Entertainment Design*, no ano de 2011, em que falou sobre o tema “bolhas” - indivíduos que não se limitam às redes sociais e aos sites. Ao invés de uma Internet que conecta as pessoas com o mundo e as liga com a sociedade, elas são dissociadas. Podemos fazer uma busca no *Google* com a mesma palavra-chave, no mesmo segundo, e o resultado ser completamente diferente. Mesmo que você não esteja conectado com nenhuma conta sua, o *Google* analisa diversos fatores para lhe dar a resposta que você busca, como: o dispositivo em que está sendo usada a localização, o navegador utilizado etc. Não apenas o *Google* ou *Facebook* - todas as redes estão sendo personalizadas para cada usuário. Há uma série de empresas que estão fazendo esse tipo de personalização para atrair novos clientes. Os maiores sites de notícias do mundo, como: The New York Times⁴¹, Financial Times⁴², El Pais⁴³, Le Monde⁴⁴, The Guardian⁴⁵, Clarin⁴⁶, The Jerusalem Post⁴⁷, Folha de São Paulo⁴⁸, Estado de São Paulo (Estadão)⁴⁹ e G1⁵⁰, utilizam esse tipo de estratégia para seus usuários - pessoas diferentes recebem notícias distintas. Isso nos leva

⁴⁰ https://www.ted.com/talks/eli_pariser_beware_online_filter_bubbles?language=pt-br

⁴¹ <https://www.nytimes.com/>

⁴² <https://www.ft.com/>

⁴³ <https://www.elpais.com/>

⁴⁴ <https://www.lemonde.fr/>

⁴⁵ <https://www.theguardian.com/>

⁴⁶ <https://www.clarin.com/>

⁴⁷ <https://www.jpost.com/>

⁴⁸ <https://www.folha.uol.com.br/>

⁴⁹ <https://www.estadao.com.br/>

⁵⁰ <https://g1.globo.com/>

rapidamente para um mundo onde somos direcionados a ver o que “queremos” ver, mesmo que subliminarmente. O algoritmo, às vezes, revela muito sobre nós, o que achamos que sabemos. Assim como recebemos notícias verdadeiras, facilmente também somos direcionados às falsas notícias - ou *fake news*. Consequentemente, como tudo pode ser manipulado com facilidade, também pode ser prontamente aprovado como verdade (PARISER, 2012).

Os aplicativos de mensagens instantâneas, como o Whatsapp, por exemplo, que é o mais utilizado no Brasil para a comunicação⁵¹ entre mais de 120 milhões de usuários, é um dos principais disseminadores de *fake news*. Para criar uma notícia falsa, nem é necessário um site, basta criar uma imagem que pareça jornalística que chegue a pessoas reais, pois são elas que irão passar essas notícias falsas adiante e empregam credibilidade a informações transmitidas (PARISER, 2012). Um exemplo disso são os grupos de whatsapp ou, popularmente chamados, “grupos do zap”, que são criados através de afinidades de opiniões ou relações afetivas (como os grupos de família). Nessa esfera, são compartilhados todos os tipos de conteúdo, verdadeiros ou falsos, sem nenhum tipo de checagem, como: se os algoritmos serão nossos curadores do mundo na Sociedade em Rede ou se serão eles que decidirão o que veremos ou não. Precisamos ter certeza de que eles não estarão atados apenas às relevâncias que estão atadas aos nossos dados e mostrarão também coisas que são desconfortáveis ou desafiadoras para nós, ou seja, outros pontos de vista (HOLIDAY, 2014), porque uma sociedade democrática

⁵¹“ WhatsApp é o app mais usado por brasileiros; veja ranking”

<https://olhardigital.com.br/2020/12/21/noticias/whatsapp-e-o-app-mais-usado-por-brasileiros-veja-ranking/> Acesso em 20 de set. 2020

não pode funcionar bem se seus cidadãos não tiverem um bom fluxo de informações.

As mídias diversas expõem e propagam continuamente as *fake News*. Dizem os relatórios que nunca foram tão importantes e urgentes a segurança da memória, sua fixação, sua propagação e sua conservação (PARISER, 2012). Das formas de fixação, propagação e conservação de memória, a escrita, certamente, foi a mais eficaz e duradoura. A situação mais alarmante hoje é de outra ordem. Trata-se, mais amplamente, de compreender o mundo, não apenas de que matéria ele é feito, mas também das engrenagens que o regem (HOLIDAY, 2014). Nesse sentido, convém discutir sobre políticas públicas, cultura, direito, moral, arte, regulação, ética e tudo de que precisamos para criar coletivamente um mundo melhor.

Um dos aspectos mais relevantes nesse sentido diz respeito à liberdade de expressão. Como as *fake news* são uma prática discursiva digital, tivemos o desafio de pensar discursivamente sobre a ilusão de um sujeito-autor de *fake News*, que busca produzir e fazer circular um efeito de verdade de uma notícia e se coloca como fonte e origem de um dizer e viver no ciberespaço, isto é, estar em rede produz novos modos de ler e outras formas de relação e de socialização entre os sujeitos no que concerne à formulação e à circulação das chamadas *fake news* (HOLIDAY, 2014).

Nos últimos anos, a expressão *fake news* vem se destacando nas páginas dos jornais e na Internet. Apesar de isso ter acontecido recentemente, a expressão é bem mais antiga e data do final do século XIX. *Fake news* são as notícias valsas que viralizam entre a população como se fossem verdade. Atualmente, elas estão, principalmente,

relacionadas às redes sociais. A colunista do The Guardian, Natalie Nougayrède, observou: “O uso da informação é antiga, mas nunca antes houve tecnologia para disseminá-la de forma tão eficaz”⁵² (tradução nossa). As redes sociais, frutos da Internet, não podem deixar de ser lembradas como causa imediata na emergência das *fake news* – obviamente, não exclusivas – porém, hoje são indispensáveis para um compartilhamento mais rápido.

3.4 A VERDADE

A história sempre busca conhecer a ocorrência dos fatos, as suas raízes. É importante entender o contexto histórico para examinar e relatar as manifestações contemporâneas. Diante de tudo o que já foi falado surge à questão mente humana: O que é a verdade? A primeira origem etimológica de verdade é grega.

Em grego, verdade se diz *aletheia*, significando: não-oculto, não-escondido, não dissimulado. O verdadeiro é o que se manifesta aos olhos do corpo e do espírito; a verdade é a manifestação daquilo que é ou existe tal como é. O verdadeiro se opõe ao falso, *pseudos*, que é o encoberto, o escondido, o dissimulado, o que parece ser e não é como parece. O verdadeiro é o evidente ou o plenamente visível para a razão. (CHAUI, 2000, p.123).

No grego, a verdade se encontra nas coisas, em como estão expostas e podem ser vistas e analisadas pela razão. Tudo com que isso se defronta é falso, não susceptível a prova. O legado dessa visão da verdade é a necessidade de tangibilizar o que está posto: é verdade, pois assim se expõe como tal; é verdade, pois a evidência física expõe sua veracidade; é verdade, pois todas as partes estão descobertas e não são necessárias razões adicionais.

⁵² Nougayrède, N. In this age of propaganda, we must defend ourselves. Here’s how, The Guardian, 2018. Disponível: <<https://www.theguardian.com/commentisfree/2018/jan/31/propaganda-defend-russia-technology>> Acesso em: 8 de dec. 2020

Na compreensão mais geral, a verdade indica uma igualdade ou equivalência entre a inteligência (o conhecimento intelectual) e o ser (a famosa frase de São Tomás de Aquino *Veritas est adaequatio rei et intellectus*). A verdade do conhecimento (verdade lógica) diz respeito à ação do juízo e abarca o equilíbrio do pensamento ao manifestar a vivência de um objeto real.

Durante muito tempo, foi aceita a definição clássica de verdade segundo o notável filósofo Aristóteles: “No que se refere acima de tudo à verdade ou à mentira, a verdade é o contato com o (ser) enquanto (à verdade opõe-se) desconhecimento (que) é a ausência de tal contato [...]” (ARISTÓTELES, 1934, p. 162).

O pensamento marxista sobre a busca da verdade se faz através da objetividade da verdade, em um processo de movimento do pensamento em direção à dialética materialista. “Parece que o melhor método será começar pelo real e pelo concreto, que são a condição prévia e efetiva; assim, em economia política, por exemplo, começar-se-ia pela população que é a base e o sujeito do ato social de produção como um todo” (MARX, 1983, p. 218).

O conceito compatibilizando com o objeto não se depara com a verdade já dada, que só aguardava ser percebida, obtida pelo pensar, contudo a coincidência nunca é algo accidental, e sim, o resultado da experiência do pensamento em relação ao objeto e do encontro com ele.

Na filosofia marxista, existem duas categorias: o absoluto (em que tudo é imutável, uma realidade suprema e fundamental, que é independente de todas as demais) e o relativo (que apresenta o mutável, uma realidade em que pontos de vista não são absolutos e só têm um valor relativo, subjetivo, de acordo com as diferenças entre consideração

e percepção). Essas categorias esclarecem o processo do pensamento e o pensamento em processo. Na passagem do absoluto para o relativo e vice-versa, podem ocorrer transformações ou não. A obrigatoriedade da alteração não encontra respaldo objetivo. Isso apresenta o sentido de que o absoluto se converte no relativo, e o relativo constitui-se de absoluto.

O concreto é concreto por ser a síntese de múltiplas determinações, logo, unidade da diversidade. É por isso que ele é para o pensamento um processo de síntese, um resultado, e não um ponto de partida, apesar de ser o verdadeiro ponto de partida da observação imediata e da representação (MARX, 1983, p. 218-9).

A singularidade do absoluto e do relativo faz parte do avanço do mundo objetivo e do pensamento. O diferencial entre a verdade absoluta e a relativa habita no grau de exatidão com que cada um reflete o mundo objetivo. Entretanto, o absoluto e o relativo são momentos da verdade objetiva que ocorrem como metodologia, como cinesia. A somatória de verdades relativas colabora para constituir a verdade absoluta. Contudo isso não resulta de forma mecânica. Não se refere à concepção de verdades acabadas, mas à verdade como um processamento do pensamento condicionado pela movimentação do objetivo com destino ao absoluto.

Kant delinea a verdade mediante a chancela de determinado conhecimento com um ser objeto. A verdade é a conveniência do nosso conhecimento com o objeto, que é objeto desse mesmo conhecimento.

[...] A definição nominal do que seja a verdade, que consiste na concordância do conhecimento com o seu objeto, admitimo-la e pressupomo-la aqui; pretende-se, porém, saber qual seja o critério geral e seguro da verdade de todo o conhecimento (KANT, 1985, p. 82).

Para o filósofo Immanuel Kant, o conhecimento verdadeiro só existe quando o seu objeto é reconhecido como verdade. Portanto, a verdade é a propriedade das coisas elas mesmas, logo, não precisa de uma particularidade do entendimento, pois o mesmo é considerado isoladamente. A verdade designa a conexão de um objeto com o seu conhecimento, comunicando e indicando que ela está em consonância. Apoiado nisso, Kant enuncia (1992, p. 50):

Ora, só posso comparar o objeto com o meu conhecimento na medida em que o conheço. O meu conhecimento deve, pois, confirmar-se a si mesmo, o que, porém, nem de longe é suficiente para a verdade. Pois, visto que o objeto está fora de mim e o conhecimento está em mim, a única coisa que posso fazer é avaliar se o meu conhecimento do objeto concorda com o meu conhecimento do objeto.

Kant reconhece que o conhecimento que certifica a si próprio não é bastante para se julgar como verdadeiro. Por muitas vezes, parece até o suficiente, mas está longe de ser bastante. Independentemente disso, em tal necessidade parece haver um círculo ou uma espécie de “bolha”. O próprio autor acredita que deve se prender essencialmente ao fato de o sujeito não ter pleno alcance do objeto fora de si. O sujeito que só se conhece dentro de um círculo aceita o objeto apenas como um fenômeno. Por outro lado, quando recebido fora dessa “bolha”, sua compreensão lhe permite pensar e observar melhor tudo o que está a sua volta.

Para Habermas (1997), a verdade é uma construção contextual e processual, visto que constantemente é submetida a críticas e a novas premissas. Não há verdade fora dos contextos de fala, de discurso, de concordância alcançada intersubjetivamente. Para o autor, “[...] verdad

es una pretension de validez que vinculamos a los enunciados al afirmarlos.” (1997, p. 114)⁵³

Hegel (1992) demonstra a verdade através do processo das relações em que a consciência gera uma barreira. O primeiro estágio da consciência é o da “certeza sensível” ou do “saber imediato”, em que se confirma o que existe. Porém a consciência não tem a sabedoria e o conhecimento de algo que existe, porque “o saber que, de início ou imediatamente, é nosso objeto, não pode ser nenhum outro senão o saber que é também imediato” (HEGEL, 1992, p.74).

O imediato, em Hegel, é o tangível, o instante primeiro de um objeto, da vivência com a coisa. É o ocorrido. Ao analisar esse processo, constata-se que tudo experimentado é bastante superficial. Já na situação secundária da consciência, podemos perceber a percepção, em que o sujeito começa a identificar alguns aspectos apresentados pelo objeto, por meio da existência real que a consciência reconheceu como verdadeira no momento anterior. A consciência alcança o real contido de coisas, as quais são determinadas pela pluralidade.

A consciência percebente é cônica da possibilidade da ilusão, pois na universalidade, que é (seu) princípio, o ser - Outro é para ela, imediatamente: mas enquanto nada, (como) suprasumido. Portanto, seu critério de verdade é a igualdade-consigo-mesmo, e seu procedimento é aprender o que é igual a si mesmo. Como ao mesmo tempo o diverso é para ela, a consciência é um correlacionar dos diversos momentos de seu apreender. Mas se nesse confronto surge uma desigualdade, não é assim uma inverdade do objeto - pois ele é igual a si mesmo - mas (inverdade) de perceber. (HEGEL, 1992, p. 86, § 116).

⁵³ “A verdade é uma pretensão de validade que atribuímos às declarações ao afirmá-las” (Habermas, 1997, p. 114). (tradução nossa)

A verdade começa a ultrapassar as fronteiras quando conquista os limites do aqui e agora puros e se lança na direção do existir de fato. A variabilidade se transforma em algo adaptável para resultar na verdade, que, em meio a essa conjuntura, ostenta novidades a respeito de sua essência. Se, de um lado, a verdade é constituída pela pluralidade, pelo vário, por outra perspectiva, ela precisa assumir um ponto de vista de unidade em que a diversidade passa a ser agregada sem que sua característica de heterogeneidade desvaneça. A verdade existe no instante em que a autoconsciência realiza sua revisão. Para Hegel, a verdade não é algo finalizado e fadado definitivamente ao real, mas a algo vivo e orgânico, que se faz e refaz por suas pendências e controvérsias existenciais.

De maneira geral, o desejo de todos (ou quase todos) é de alcançar um conhecimento seguro, que transmita confiança e seja verdadeiro. A verdade aparece para atestar e como rótulo de confiança. Mesmo assim, a definição de verdade ainda é muito incerta. Devido às inúmeras opções de “verdades” disponíveis, os sujeitos interagem, a despeito de suas posições sociais e níveis educacionais, em um contínuo movimento de convergência e divergência. Porém, ao concluir esse trecho sobre a verdade, observamos que nosso texto deve assumir uma posição sobre a verdade. “Uma ideia é verdadeira quando corresponde à coisa que é seu conteúdo e que existe fora de nosso espírito ou de nosso pensamento” (CHAUÍ, 2000, p. 124). A vinculação da verdade ao campo das ideias e dos fenômenos, mais do que das evidências das coisas em si, acarreta uma densa carga subjetiva dada ao conceito de verdade.

3.5 A PSEUDOVERDADE

A história reflete séculos de narrações consideradas como verdadeiras, mas que não passam de versões mentirosas dos fatos, falsos testemunhos, documentos forjados e criações históricas. “As mentiras são mais fascinantes do que a verdade”, dizia Umberto Eco. “E nem todas as verdades são para todos os ouvidos”. George Orwell, autor de ‘1984’ e ‘A Revolução dos Bichos’, afirma que, “em tempos de embustes universais, falar a verdade é um ato revolucionário”. Em 1921, três anos depois do fim da Primeira Guerra Mundial, o historiador Marc Bloch colocou essas questões em seu ensaio *Réflexions d'un historien sur les fausses nouvelles de la guerre* (Reflexões de um historiador sobre as notícias falsas da guerra).

As notícias falsas, em toda a sua multiplicidade de formas - fofocas simples, enganos, lendas - encheram a vida da humanidade. Como eles nascem? A partir de quais elementos eles tomam forma? Como se propagam, ganhando força à medida que passam de boca em boca ou da escrita para a escrita? (BLOCH, 1921, p. 13)

A mentira é tão antiga quanto a própria humanidade. Já a desinformação tem sido um dos elementos da comunicação do ser humano desde, pelo menos, os tempos romanos, quando Antônio conheceu Cleópatra. Otaviano empreendeu uma campanha de propaganda contra Antônio, com o objetivo de manchar sua reputação. A Figura 7 traz a pintura do artista Jean-Léon Gérôme, de 1896, que se encontra exposta atualmente⁵⁴ no *Musée Anne de Beaujeu*⁵⁵, em Moulins, na França. A pintura simboliza a “Verdade” saindo do poço, armada

⁵⁴ https://www.lamontagne.fr/moulins-03000/loisirs/exposition-autour-de-la-verite-de-jean-leon-gerome-du-20-janvier-au-29-avril_160918/

⁵⁵ <https://musees.allier.fr/>

com seu chicote para castigar a humanidade (em francês: *La Vérité sortant du puits armée de son martinet pour châtier l'humanité*).

Figura 7: A Verdade saindo do poço



Fonte: Jean-Léon Gérôme, 1896 - Musée Anne de Beauje

É importante salientar que a verdade, assim como outros valores, como objetividade, serviço público, autonomia, ética e imediatismo, entre outros, estão em constante interação com diversos atores, como agentes e instituições de poder econômico e político e fontes de informação, além do próprio público consumidor (DEUZE e WITSCHGE, 2016). O *International Center for Journalists* criou uma linha do tempo no texto *A Short Guide to History of Fake News* (Um Breve Guia da História das *Fake News*).

O quadro 10 traz uma síntese histórica sobre o surgimento das notícias falsas, como veremos a seguir.

Quadro 10: Síntese histórica das notícias falsas

ANO	NOTÍCIA
44 A.C.	A campanha de propaganda de Otaviano contra Antônio implantou slogans dignos do Twitter gravados em moedas para manchar a reputação de Marco Antônio.
330	No Império bizantino, o historiador, Procópio, produzia informações falsas para ferir a reputação do imperador Constantino. As crônicas de Procópio foram editadas em um livro intitulado Anecdota , que só pôde ser divulgado após sua morte.
1522	Em plena renascença italiana, o poeta Pietro Aretino tentou manipular o conclave papal de 1522, escrevendo sonetos venenosos e com informações falsas – contra todos os candidatos ao cargo, com exceção de Giulio de Médici, o patrono de Aretino. A estratégia não deu certo, pois Adriano VI – e não Giulio de Médici – acabou sendo eleito. Mas Aretino entrou para a história por exibir seus sonetos perto de uma estátua, o Pasquino, nas imediações da Praça Navona, em Roma. Vem daí a origem da palavra pasquim para caracterizar um veículo que produza informações falsas e sensacionalistas.
1749	Às vésperas da Revolução Francesa, a circulação de rumores maldosos, muitos deles em forma de canções e de poemas não mais extensos do que os tuítes de hoje em dia, provocou a queda do Ministério do Conde de Maurepas, secretário de Estado do Rei Luís XVI. A queda do Ministério de Maurepas, em 1749, que alterou significativamente o panorama político francês, foi considerada uma das causas da Revolução Francesa de 1789.
1835	O jornal <i>The New York Sun</i> publicou seis artigos sobre a "descoberta" de vida na Lua, afirmando que a fonte da informação era o astrônomo John Herschel. O cientista teria usado "lupas de hidrogênio" para identificar diversas espécies de seres vivos lunares. Depois de aumentar a quantidade de assinantes, o jornal admitiu discretamente que as notícias eram mentiras.
1917	A propaganda britânica concentrou-se em demonizar os alemães inimigos durante a Primeira Guerra Mundial. Em 1917, o <i>The Times</i> e o <i>The Daily Mail</i> publicaram artigos alegando que, devido a uma grande escassez na Alemanha, resultante do bloqueio naval britânico, as forças alemãs estavam usando seus próprios cadáveres soldados para ferver em gorduras, farinha de ossos e comida de porco. Isso teve implicações durante a Segunda Guerra Mundial, quando surgiram os primeiros relatos de atrocidades do Holocausto. Diz-se que a desinformação contida nas notícias de 1917 fez com que os relatos

	precisos das atrocidades nazistas fossem questionados quando apareceram pela primeira vez.
1914	Na primeira guerra, a propaganda desempenhou um papel crucial no esforço para recrutar, apelando para o nacionalismo e o patriotismo: “Your country needs YOU” (Seu país precisa de VOCÊ); “Daddy, what did YOU do in the Great War? (Papai, o que VOCÊ fez na Grande Guerra?).
1933	Na época da acessão do nazismo, Joseph Goebbels estabeleceu o Ministério de Esclarecimento Público e da Propaganda do Reich para espalhar mensagens nazistas de ódio incitando a violência contra os judeus, usando todos os meios - incluindo teatro e imprensa. “A propaganda nazista foi essencial para motivar aqueles que implementaram o assassinato em massa dos judeus europeus e de outras vítimas do regime nazista. Também serviu para garantir a aquiescência de milhões de outras pessoas - como espectadores - à perseguição com alvos raciais e assassinato em massa.
1939-1945	Edward Herzstein, em seu livro, <i>The War that Hitler Won</i> (1978), descreveu a campanha de propaganda nazista como “a campanha de propaganda mais infame da história”. Os nazistas demonizaram e perseguiram os judeus com tanta eficácia que atrocidades foram cometidas com apoio popular, e a negação da existência do Holocausto continua nos dias atuais.
1972-1990	O governo do apartheid da África do Sul patrocinou uma sofisticada e secreta campanha global de propaganda e lobby para ganhar apoio e se opor às suas políticas de apartheid com o uso da desinformação. Ele teve como alvo os principais formadores de opinião nas capitais ocidentais e foi liderado pelo ministro do governo Eschel Rhoodie. A campanha foi exposta por repórteres investigativos locais, no final dos anos 1970, mas continuou no início dos anos 1990.
1983	O repórter da Associated Press, Fred Bayles, entrevistou o historiador da cultura pop e professor da Universidade de Boston, Joseph Boskin, que tentou dizer a ele que as origens do Dia da Mentira eram obscuras. Bayles continuou pressionando, e Boskin “criou uma história” Isso surgiu em sua cabeça, e ele decidiu contar uma história sobre um bobo da corte que se tornou rei - o rei Kugel. Um dos campos de Boskin era a história medieval, então ele inventou uma história convincente. Boskin esperava que Bayles entendesse, mas a história foi publicada - a farsa foi bem-sucedida.

1996	Vai pra o ar The Daily Show ⁵⁶ . Um programa de TV autodescrito de 'notícias falsas' começaram nos EUA, dando lugar ao surgimento das notícias satíricas, sobretudo a política norte-americana, como um gênero que se tornou "uma espécie de corretivo e substituto para o jornalismo convencional".
2005	The Onion ⁵⁷ , um jornal satírico norte-americano, começou a ser publicado online, com muitas de suas histórias mais tarde consideradas erroneamente como fatos, já que "notícias falsas tomam conta dos feeds do Facebook". Em 2012, publicou a história 'Kim Jong-Un é o homem mais sexy para o The Onion, em 2012'. O Diário do Povo do Partido Comunista Chinês caiu nessa e noticiou seu novo título, assim como o Korean Times. #NotTheOnion se tornou uma hashtag comumente usada para denotar histórias precisas que mereciam paródia.
2011	Uma guerra de informação foi travada ao lado das forças armadas na Síria, à medida que os adversários espalharam a desinformação por meio das mídias sociais e outros canais digitais para desacreditar uns aos outros. Um porta-voz do Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) na Síria descreveu uma atmosfera de "caos de informações". Após a implantação do termo 'notícias falsas' pelo presidente dos EUA, Donald Trump, em 2016, o presidente sírio Bashar Assad disse: "Nós estamos vivendo na era das notícias falsas", em resposta ao relatório da Amnistia Internacional de 2017 sobre uma campanha calculada de execução extrajudicial numa prisão síria. O relatório afirma que, entre 2011 e 2015, até 13.000 pessoas que se opõem ao governo de Assad foram secretamente enforcadas. Em abril de 2017, o presidente Assad disse que os relatos de um ataque químico que matou 89 pessoas eram "100 por cento fabricados". Ele sugeriu que as fotos mostrando crianças que morreram no ataque a uma cidade controlada por rebeldes fossem encenadas, descrevendo todo o incidente como "fabricado" e "não convincente". No entanto, a reportagem forense colaborativa do The New York Times verificou a afirmação de Assad de que o incidente foi "fabricado", concluindo que o governo sírio havia jogado uma bomba de cloro em um prédio de apartamentos.
2016	O Facebook anuncia que sinalizará "notícias falsas". Depois que o Facebook foi acusado de facilitar a disseminação de desinformação, o CEO Mark Zuckerberg inicialmente rejeitou a ideia de que 'notícias falsas' compartilhadas no site afetavam as eleições nos Estados Unidos. Porém, a empresa anunciou mais tarde que iria colaborar com verificadores de fatos para combater as <i>fake news</i> , além de tornar mais

⁵⁶ <https://www.cc.com/shows/the-daily-show-with-trevor-noah>

⁵⁷ <https://www.theonion.com/>

	fácil relatar boatos e sinalizar histórias disputadas. Em janeiro de 2018, o Facebook desistiu de incluir notícias em seu feed depois que experimentos sugeriram que seus ajustes corriam o risco de amplificar notícias falsas.
2016	O presidente eleito dos Estados Unidos, Donald Trump, usa a expressão ' <i>fake news</i> ', que acusou seus críticos jornalísticos (começando pela CNN) de divulgar ' <i>fake news</i> '. Sua transformação do termo começou a se espalhar globalmente, com outros líderes mundiais também usando a frase contra jornalistas e organizações de notícias.
2017	Declaração conjunta sobre liberdade de expressão e ' <i>fake news</i> ', desinformação e propaganda. No início de 2017, uma declaração conjunta foi emitida pelo relator especial da Organização das Nações Unidas para a Liberdade de Opinião e Expressão, o representante da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE) para a Liberdade de Mídia, o relator especial da Organização dos Estados Americanos para a Liberdade de Expressão e a Comissão Africana de Direitos Humanos e o relator especial dos Direitos das Pessoas sobre Liberdade de Expressão e Acesso à Informação expressando alarme com a disseminação de desinformação e propaganda e ataques à mídia com 'notícias falsas'. Eles reconheceram os impactos sobre jornalistas e jornalismo: "(Estamos) Alarmados com os casos em que as autoridades públicas denigrem, intimidam e ameaçam os meios de comunicação, inclusive afirmando que os meios de comunicação são "a oposição" ou "mentem" e têm uma agenda política oculta, o que aumenta o risco de ameaças e violência contra jornalistas, mina a confiança pública e a confiança no jornalismo como um cão de guarda público e pode enganar o público ao confundir os limites entre desinformação e produtos de mídia contendo fatos verificáveis de forma independente."
2018	O presidente dos EUA, Donald Trump, anuncia o ' <i>Fake news Awards</i> ', que emite "prêmios" a várias organizações de notícias importantes contra as quais usa o termo " <i>fake news</i> " em uma tentativa de conter as críticas que fazem a ele.
2018	No Brasil, uma das <i>fake news</i> mais compartilhadas em 2018 já circulava pelas redes sociais quando foi reforçada por Jair Bolsonaro. O então candidato a presidente pelo PSL mostrou o livro ' <i>Aparelho Sexual e Cia</i> ', em entrevista ao Jornal Nacional, em 28 de agosto de 2018, afirmando que ele faria parte de um "kit gay" distribuído a escolas durante os governos petistas (partido de oposição ao candidato).

2018	Escândalo Cambridge Analytica. Em março de 2018, um denunciante revelou ao The Observer, The New York Times e Channel 4 News que um enorme conjunto de dados retirados de milhões de usuários do Facebook tinha sido explorado por um acadêmico de Psicologia da Universidade de Cambridge (trabalhando de forma privada) e uma rede de empresas que operava sob a égide da 'Cambridge Analytica' - uma empresa especializada em perfis psicológicos e mensagens políticas direcionadas a micro. A empresa usou os dados para definir grupos específicos de eleitores antes das eleições presidenciais de 2016 nos EUA. De acordo com reportagens secretas da Chanel 4, os executivos da empresa se gabavam de usar seus dados para direcionar o público com propaganda e desinformação. Steve Bannon foi vice-presidente da empresa até que saiu para dirigir a campanha eleitoral de Donald Trump em 2016. Repórteres da Undercover capturaram executivos da Cambridge Analytica se gabando de que a empresa e seus parceiros haviam trabalhado em mais de 200 eleições internacionais, incluindo a Argentina, a Nigéria, o Quênia, a Índia e a República Tcheca. O denunciante da Cambridge Analytica, Christopher Wylie, também afirmou que a empresa “trapaceou” na votação do Brexit de 2017.¹ A empresa fechou após as divulgações.
2018	Desrespeitando a memória da vereadora Marielle Franco, assassinada a tiros, o deputado federal, Alberto Fraga, compartilhou, em suas redes sociais,⁵⁸ a informação de que ela teria vínculo com uma facção criminosa e era casada com um narcotraficante, que circulou como forma de deslegitimar sua luta e enfraquecer as reivindicações pela busca aos seus assassinos.
2020/ 2021	Com o aparecimento do covid-19, no mundo, que rapidamente se tornou uma pandemia, milhares de notícias falsas foram espalhadas nas redes. - Uma mensagem circulando no WhatsApp mostra um comunicado com o logotipo do Ministério da Saúde e informa que o governo está suspendendo a aposentadoria de idosos que forem pegos andando nas ruas. O objetivo da informação era de evitar que as pessoas com mais de 60 anos saíssem de casa e conter a transmissão do coronavírus. Apesar de bem intencionada, a informação é falsa. O comunicado não é da pasta da Saúde, e os idosos não serão multados caso saiam às ruas. Mas a recomendação expressa dos órgãos de saúde é para que todos evitem sair de casa, principalmente pessoas com mais de 60 anos e com doenças crônicas, considerados do grupo de risco.⁵⁹

⁵⁸ <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/apos-divulgar-fake-news-sobre-marielle-deputado-alberto-fraga-suspende-redes-sociais.ghtml>

⁵⁹ <https://g1.globo.com/fato-ou-fake/noticia/2020/03/20/e-fake-que-medida-provisoria-determina-suspensao-da-aposentadoria-dos-idosos-que-saem-as-ruas-em-meio-a-pandemia-do-coronavirus.ghtml>

	- Um boato que fez sucesso nas correntes de WhatsApp no Brasil é o que dizia que o ar do plástico bolha que envolve produtos importados da China pode estar contaminado pelo novo coronavírus. Segundo o Ministério da Saúde, nunca houve qualquer evidência sugerindo a veracidade dessa informação. “Vírus geralmente não sobrevivem muito tempo fora do corpo de outros seres vivos, e o tempo de tráfego desses produtos costuma ser de muitos dias”, lembrou a entidade.⁶⁰ - No Irã, um dos países mais fechados do mundo e onde o consumo de bebidas alcólicas é proibido, circulou o boato de que a ingestão de álcool poderia combater o vírus. Como resultado, 770 pessoas morreram por complicações decorrentes da ingestão de álcool puro do tipo usado na limpeza ou bebidas contrabandeadas.⁶¹ - Nas redes sociais da França, foi publicada uma página sobre agricultura que afirmava que consumidores de carne bovina seriam imunes ao novo coronavírus. Além disso, o texto dizia que o vírus se espalhou com rapidez pela China justamente pelo baixo consumo de carne pela população.⁶² - Na Índia, uma política do partido governista Bharatiya Janata (o mesmo do primeiro-ministro Narendra Modi) disse à imprensa que as pessoas poderiam usar urina e estrume de vaca para curar o novo coronavírus. Vale lembrar que a vaca é considerada sagrada no país e que o uso da urina desse animal em situações terapêuticas é comum. Um grupo religioso realizou uma festa para o consumo do líquido, apesar dos alertas de profissionais da saúde quanto a sua eficácia contra o novo coronavírus e dos riscos que a ingestão pode trazer.⁶³
2021	O presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, sugere o uso de drogas ineficazes para prevenção e até a “cura” da covid-19⁶⁴, que deu a origem do “kit covid”⁶⁵. Em discurso na 76ª Assembleia-Geral da ONU, em setembro de 2021, Jair Bolsonaro disse: “Desde o início da pandemia, apoiamos a autonomia do médico na busca do tratamento precoce, seguindo recomendação do nosso Conselho Federal de Medicina”, como registrado no site do planalto.⁶⁶

⁶⁰ <https://coronavirus.bahia.fiocruz.br/plastico-bolha-e-o-novo-coronavirus-e-fake-news/>

⁶¹ <https://www.aljazeera.com/news/2020/4/27/iran-over-700-dead-after-drinking-alcohol-to-cure-coronavirus>

⁶² <https://factuel.afp.com/non-la-viande-de-boeuf-nest-pas-le-meilleur-vaccin-contre-le-coronavirus>

⁶³ <https://www.reuters.com/world/india/indian-doctors-warn-against-cow-dung-covid-cure-2021-05-11/>

⁶⁴ <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-05-20/bolsonaro-amplia-uso-da-cloroquina-admitindo-que-pode-nao-ter-eficacia-e-trazer-efeitos-colaterais-graves.html>

⁶⁵ <https://www.medicina.ufmg.br/kit-covid-o-que-diz-a-ciencia/>

⁶⁶ <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2021/09/discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-na-abertura-da-76deg-assembleia-geral-da-onu>

--	--

Fonte: Adaptado de Poseti e Mathews (2018) e atualizado pela pesquisadora

O historiador Robert Darnton (2010, p. 13), nesse contexto, enfatiza sua percepção:

Embora o estudo da história não renda lições que possam ser aplicadas diretamente sobre circunstâncias do presente, a imersão no passado é capaz de proporcionar uma perspectiva útil para eventos do presente e do futuro.

O que diferencia o que existe hoje do que houve no passado? A velocidade, a simplicidade e o baixo custo para produzir e disseminar falsas informações com capacidade de proliferar muito rápida e abrangência geográfica imensa. Mais importante: o não fato é agora divulgado sem nenhum tipo de constrangimento até por pessoas que ocupam altos postos na hierarquia de poder, a começar por chefes de governo e de Estado.⁶⁷ Hannah Arendt (2006), em seu ensaio *Truth and Politics*, lança-nos uma reflexão sobre a relação com a política e a verdade:

Nunca ninguém teve dúvidas que a verdade e a política estão em bastante más relações, e ninguém, tanto quanto saiba, contou alguma vez a boa fé no número das virtudes políticas. As mentiras foram sempre consideradas como instrumentos necessários e legítimos, não apenas na profissão de político ou demagogo, mas também na de homem de estado. Por que será assim? E o que é que isso significa no que se refere à natureza e à dignidade do domínio político, por um lado, e à natureza e à dignidade da verdade e da boa-fé, por outro? Será da própria

⁶⁷ Morte e vida da imprensa. Disponível em: < <http://observatoriodaimprensa.com.br/edicao-brasileira-dacolumbia-journalism-review/da-pos-verdade-ao-risco-da-pos-imprensa>>/ Acesso em 8 de dec. 2020

essência da verdade ser impotente e da própria essência do poder enganar? E que espécie de realidade possui a verdade se não tem poder no domínio público, o qual, mais do que qualquer outra esfera da vida humana, garante a realidade da existência aos homens que nascem e morrem - quer dizer, seres que sabem que surgiram do não-ser e que voltarão para aí depois de um breve momento? Finalmente, a verdade impotente não será tão desprezível como o poder despreocupado com a verdade? Essas são questões embaraçosas, mas que as nossas convicções correntes sobre a matéria necessariamente suscitam. (ARENDT, 2006, p. 227-228)

Ressalte-se, no entanto, que essas notícias falsas nem sempre foram tão fáceis de divulgar. Em 1522, Pietro Aretino tentou manipular a eleição pontifícia escrevendo sonetos perversos sobre todos os candidatos (exceto o favorito de seus patronos, os Médici) e colando-os para o público admirar no busto de uma figura conhecida como Pasquino (Figura 8) perto da Piazza Navona em Roma. As expressões 'pasquin' e 'pasquinade' passaram a ser um gênero comum de difusão de notícias desagradáveis como um jornal de baixo valor, a maioria falsa, sobre figuras públicas, normalmente com um objetivo político.

Figura 8: Busto do Pasquino



Fonte: Rome, Piazza Pasquino, Pasquino (2006)

Embora os “pasquinades” nunca tenham desaparecido com a emergência da mídia impressa, eles foram sucedidos durante o século XVII por um gênero mais popular, o ‘canard’, que é uma versão de notícias falsas que foi vendida nas ruas de Paris por duzentos anos. Os canards eram impressos, às vezes, com uma gravura projetada para atrair seus leitores. Durante a Revolução Francesa, os gravadores inseriram o rosto de Maria Antonieta nas velhas placas de cobre, e o canard ganhou nova vida, dessa vez, como propaganda política intencionalmente falsa. Embora seu impacto não possa ser medido, certamente contribuiu para o ódio patológico da rainha, que levou à sua execução em 16 de outubro de 1793. A palavra Canard (“pato”), na linguagem francesa, significava inicialmente (c. 1840), “notícia falsa”, “panfleto”, “pasquim” ou jornal ruim.

O Canard Enchaîné (Figura 9), um jornal satírico parisiense especializado em furos políticos, evoca essa tradição em seu título, que poderia ser traduzido figurativamente como “No *fake news*”. Com o lema “La liberté de la presse ne s’use que quand on ne s’en sert pas” (A liberdade de imprensa só se esgota quando não está sendo usada), o jornal, fundado em 1915 por Maurice e Jeanne Maréchal, é um dos mais antigos periódicos da França.

Figura 9: Título do nº 2 do Canard Enchaîné (16 de julho de 1916)



Fonte: Le Canard

No conto ‘Funes, o memorioso’, o escritor Jorge Luís Borges relata o prodígio que era a memória de Ireneo Funes, um jovem que, depois de uma queda de cavalo que o deixara paralisado, tornou-se capaz de recobrar, com perfeição, “todos os brotos, cachos e frutas que se encontravam em uma parreira”, ou “as formas das nuvens austrais do amanhecer de trinta de abril de 1882”, ou, ainda, “as linhas da espuma que um remo levantou no Rio Negro”. Assim como hoje nas nossas redes sociais, o problema de Funes não era o esquecimento, mas a perpétua recordação. O ponto que pretendemos destacar é que, nem sempre, as recordações são construídas com o alicerce da verdade.

As mais antigas notícias falsas do Brasil existem literalmente desde que existe o próprio país – ou o país “fundado” pelos portugueses. O descobrimento do Brasil é um ninho de *fake news*, a começar pelo próprio título: tratou-se muito mais de uma invasão do que de uma descoberta, considerando os milhões de nativos que já viviam aqui, e a ideia de que o país “começou” em 1500 é uma ilustração perfeita do descaso que temos pela nossa própria história – o que passamos a chamar de Brasil, afinal, é, logicamente, muito mais antigo do que isso.

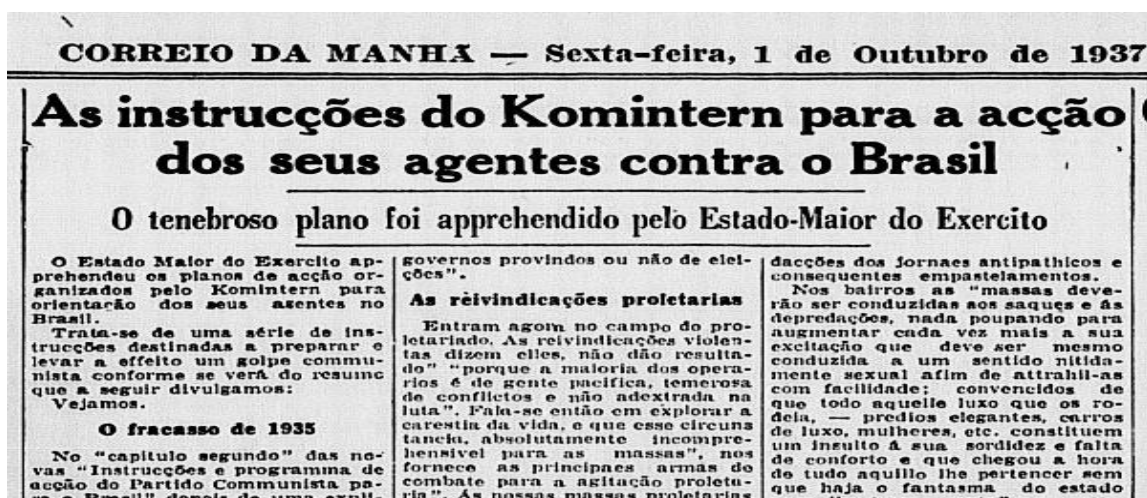
Mesmo dentro da história oficial, as mentiras também são muitas, com especial destaque para duas: a de que as embarcações de Pedro Álvares Cabral teriam chegado aqui por acaso, e a própria noção de que o navegador português foi o primeiro europeu a pisar em solo brasileiro. Hoje os historiadores já comprovam que não havia muito como Cabral e o rei de Portugal não saberem da existência do que viria se chamar de Brasil – em especial, por não ter sido ele o primeiro europeu a chegar aqui, nem sequer o primeiro português. A costa litorânea do Brasil já havia sido velejada pelo navegador Duarte Pacheco Pereira, com notícias

de estado na região onde hoje são os estados de Pará e Maranhão dois anos antes de Cabral.

3.5.1 O Plano Cohen

Se revisitarmos a época de 1930, iremos nos deparar com o chamado Plano Cohen, que deveria ser muito mais evocado em nossos livros de História. O Plano Cohen foi um documento atribuído à Internacional Comunista, que continha um suposto plano para tomar o Brasil, que fora supostamente apreendido pelas Forças Armadas e apresentado em uma reunião, no mês de setembro de 1937. De acordo com Hélio Silva (1980), em sua obra, *A Ameaça Vermelha*, supôs-se que o plano previa a mobilização de trabalhadores para que aderissem a uma greve geral, incêndio de prédios públicos e até a eliminação física de autoridades que tentassem impedir a suposta revolta comunista. Segundo o governo, o plano teria sido elaborado pela Internacional Comunista.

Figura 10: O Correio da Manhã noticia o Plano Cohen, em sua edição de 1º de outubro de 1937.



Fonte: Correio da Manhã⁶⁸

⁶⁸ Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/publico/image/15662>

Naquele momento, a autenticidade do documento não foi questionada por nenhum dos presentes. Dias depois, o Plano Cohen foi divulgado publicamente e repercutiu fortemente na imprensa e na sociedade, ao mesmo tempo em que foi desencadeada uma forte campanha anticomunista. A alta cúpula militar da época apresentou o Plano Cohen e, logo em seguida, o documento foi divulgado pela imprensa, gerando comoção em toda a sociedade. Vargas se utilizou disso para articular o cancelamento das eleições presidenciais em janeiro de 1938 e continuar no governo. O Plano foi utilizado para implantar o Estado de Guerra, apresentado como necessário para combater a iminente ameaça comunista, o que resultou na implantação do Estado Novo em novembro de 1937. Anos depois, em 1945, a ditadura do Estado Novo perdeu sua força e a censura não estava tão atuante. O general Góis Monteiro, aproveitando a crise da ditadura varguista e com oito anos de atraso, revelou que o Plano Cohen era uma farsa, uma das grandes mentiras da história brasileira, em que o esquecimento não deveria habitar.

O profissional da informação deve se empenhar em buscar a verdade, e a Ciência da Informação deve ser significativa para o debate e a propositura de mecanismos de combate. Isso porque, por meio de suas narrativas, indivíduos e povos poderão ser assolados pelas instabilidades causadas pelas falsas notícias, para que, no futuro, a sociedade possa vasculhar os escaninhos da história e não se render às narrativas não condizentes com a verdade.

3.5.2 A meningite na ditadura militar: uma epidemia secreta

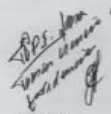
Durante três anos, de 1971 a 1974, as autoridades negaram a existência da epidemia de meningite meningocócica no Brasil. No princípio, a doença se limitava às áreas mais carentes, e a negação funcionou perfeitamente. Contudo, em 1974, quando as mortes iniciaram nos bairros prestigiosos de São Paulo e do Rio de Janeiro, tudo mudou e não havia mais como negar a situação, porquanto os hospitais se encontravam em colapso. Só assim os generais reconheceram o problema, e as notícias começaram a vaziar.

Figura 11: Matéria sobre doença desconhecida pela população - O Globo, em 2 de agosto de 1971

constam circulares assinadas pelo Coronel Moacyr Coelho, então diretor da PF, proibindo a divulgação de dados sobre a meningite em 1972.

Figura 12: Circulares proibindo a divulgação de dados sobre a meningite em 1972.

 DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL SERVIÇO DE COMUNICAÇÕES RADIOGRAMA RECEBIDO		CONTRÔLE HE.O-INT.5, p.31/243 Nº
INDICAÇÕES	PREÂMBULO: BRASÍLIA=DF 31/07 1410 GL/BAS	CARIMBO DA ESTAÇÃO
DE SERVIÇO	RECEPÇÃO: NR 1050 72 30/7 1745	
ENDEREÇO	CIRCULAR "UUU" SRs DPFs	
TEXTO E ASSINATURA	Nº 100/SIGAB 300774 PT FIM EVITAR DÚVIDAS ET INTERPRETAÇÕES VG REITERO TERMOS RD 098/SIGAB VG SENTIDO MANTER PROIBIDA DIVULGAÇÃO DE DADOS NUMÉRICOS VG GRÁFICOS ET ESTATÍSTICOS SOBRE MENINGITE VG BEM COMO NOTÍCIAS SOBRE QUANTIDADES DE VACINAS IMPORTADAS PT FICA IGUALMENTE PROIBIDA DIVULGAÇÃO DE MATÉRIA SENSACIONALISTA OU EXPLORAÇÕES TENDENCIOSAS VG ATRAVÉS DA IMPRENSA VG DE ASSUNTO RELATIVO A MENINGITE PT CEL MOACYR COELHO DG/DPF	
	 DPF-Sa-18.	

 DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL SERVIÇO DE COMUNICAÇÕES RADIOGRAMA RECEBIDO		CONTRÔLE HE.O-INT.5, p.45/243 Nº
INDICAÇÕES	PREÂMBULO: BRASÍLIA=DF 22/5 14.40 GL/30	CARIMBO DA ESTAÇÃO
DE SERVIÇO	RECEPÇÃO: NR. 904 58 21/5 1900	
ENDEREÇO	"UUU" CIRCULAR SRs DPFs	
TEXTO E ASSINATURA	NR 091/SIGAB DE 210674 PT DE ORDEM SUPERIOR FICA TERMINANTEMENTE PROIBIDA DIV ATRAVÉS MEIOS COMUNICAÇÃO SOCIAL ESCRITO VG PALADO ET TELEVISADO VG NOTÍCIA VG COMENTÁRIOS VG REFERÊNCIA OU OUTRA MATÉRIA SOBRE POSSÍVEL EXISTÊNCIA DE SURTO MOLÉSTIA TRANSMISSÍVEL NA REGIÃO DE CARAVELAS VG ESTADO BAHIA VG ATÉ QUE AS AUTORIDADES DO MINISTÉRIO DA SAÚDE CONCLUAM AS INVESTIGAÇÕES JÁ EM CURSO PT CEL MOACYR COELHO DG/DPF	
	 DPF-Sa-18.	

Fonte: Comissão da Verdade

Sob a pressão da opinião pública, as notícias começaram a ser veiculadas. Porém, apenas jornais e revistas impressas podiam noticiar, mas não divulgar o números de casos e, muito menos, relacionar a doença a causas socioeconômicas. Os sanitaristas e os médicos foram

impedidos de falar a respeito, o que foi classificado como uma questão de segurança nacional. Na época, o Brasil vivia a ilusão do “milagre econômico”, devido ao fortalecimento do produto interno bruto (PIB) do país. Os militares receavam que isso causasse prejuízo à imagem do Brasil no mercado mundial ao admitir uma epidemia, embora, em 1974, já existisse a vacina para combater a doença.

A professora e médica Rita Barradas Barata, da Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo, que trabalhou na linha de frente do combate à epidemia de meningite, escreveu o livro ‘Meningite: uma doença sob censura?’, em 1988, em que narra o histórico do que viveu e viu durante a epidemia.

Com a entrada do general Ernesto Geisel, ainda em julho de 1974, as atitudes das autoridades também mudaram. Assim, foi formada a Comissão Nacional de Controle da Meningite, com o objetivo de criar a política de vigilância epidemiológica. Em março de 1975, elaborou-se um plano básico para vacinar 10 milhões de pessoas no período de quatro dias. Essa campanha de vacinação esteve sob a responsabilidade do Exército, que, durante a imunização, não permitiu que fosse fornecido qualquer comprovante às pessoas vacinadas, muito menos que fosse registrado o número de vacinados no Brasil. Logo depois da vacinação, houve uma queda de casos, porém a normalidade só foi recuperada nos anos posteriores a 1977. Até julho de 1977, ainda eram alistados casos acima do esperado, e a situação só se estabilizou depois que a população

foi realmente vacinada. Desde a década de 1980, a doença está praticamente erradicada.⁶⁹

Esse breve histórico sobre a epidemia de meningite meningocócica nos anos 70 nos remete aos dias vividos na pandemia da covid-19, principalmente por causa da falta de informações precisas das autoridades, para que a população não se assustasse com as doenças e ficasse despreparada para lidar com a crise sanitária.

⁶⁹ DA SAÚDE, M. GUIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE Volume 1. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_vigilancia_saude_volume_1.pdf>. Acesso em: 18 set. 2022.

4 DESVELANDO O SENTIDO DAS MEMÓRIAS INDIVIDUAIS E COLETIVAS

*Memória de um tempo onde lutar
Por seu direito é um defeito que mata
São tantas lutas inglórias
São histórias que a história
Qualquer dia contará
De obscuros personagens
As passagens, as coragens
São sementes espalhadas nesse chão...*

Elza Soares⁷⁰

O objetivo do capítulo é de definir as memórias coletivas e individuais e suas inferências na sociedade ao longo da história, principalmente quando resultam em pseudomemórias.

Existem diversos tipos de memória: memória oficial, memória social, memória de curta ou de longa duração, memórias esquecidas, memórias de trabalho, memórias afetivas, memória individual e memória coletiva. Estudar o passado significa buscar um sentido para as ações do presente e alinhar o futuro.

Heloisa Helena (2021), em seu texto ‘Memória é ferramenta para se construir o futuro’, trata a respeito da memória de forma significativa para nossa construção ao longo da vida:

Estudos científicos têm demonstrado que o ser humano desenvolve a memória porque ele necessita das informações do passado para continuar a viver e existir. Um ser sem memória não se reconhece e não reconhece os outros, não sabe de onde veio nem para onde vai; sem saber para onde ir, também não vai se importar com o que faz nem com suas atitudes; não estará nutrido de valores, haverá apenas instintos. Esse processo de perda de memórias e de valores – éticos, morais,

⁷⁰ ELZA SOARES. Pequena memória para um tempo sem memória. DECK: 2019 MP3: 4:17 min. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=7LUMzQjEF8o> >

sociais, políticos, econômicos, enfim, valores culturais – leva à violência cotidiana, à barbárie. (COSTA, 2021, p. 24)

Devido à importância da memória para o ser humano, as investigações acerca da memória implicam usualmente uma perspectiva linear, considerando o passado, o presente e o futuro e a observação desses tempos exatamente no lugar onde ocorreram. Em ponderações sobre memória e redes sociais, identificamos uma dimensão em torno do tema relacionada ao cruzamento dessas memórias, especialmente à ressignificação das memórias individuais para os que as produzem, mas também para os que leem. Somos hoje mais influenciados por nosso passado, pelos constantes reencontros no tempo presente, por intermédio da leitura nas redes, e pelas memórias alheias, nos rastros que vão sendo deixados pelos usuários.

[...] a escrita de si assume a subjetividade de seu autor como dimensão integrante de sua linguagem, construindo sobre ela a “sua verdade”. [...] O que passa a importar para o historiador é exatamente a ótica assumida pelo registro e como seu autor a expressa. Isto é, o documento não trata de “dizer o que houve”, mas de dizer o que o autor diz que viu, sentiu e experimentou, retrospectivamente, em relação a um acontecimento (GOMES, 2004, p. 14).

A memória é fundamental para formar a identidade de uma sociedade e conhecer sua história. De acordo com Le Goff (1990, p. 419), essa “propriedade de conservar certas informações remete-nos, em primeiro lugar, a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas ou que ele representa como passadas” no tempo atual.

4.1 A MEMÓRIA E SEUS LUGARES

A memória é o ponto central para se discutir sobre os significados e os valores que orientam a vida das pessoas nos aspectos sociais, políticos e econômicos. Todo cidadão tem direito à sua memória individual e coletiva, como está expressamente previsto na Constituição Federal:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira [...]⁷¹

Isso reafirma a necessidade de fixar os relatos, conservar seus registros bem como possibilitar que as gerações futuras tenham acesso a esses documentos. Isso reforça a afirmação de Pierre Nora (1993) sobre a existência dos “lugares de memória”. Para o autor, como não existem memórias espontâneas, concebem-se os chamados “lugares de memória”.

Nora (1993) faz uma distinção entre memória e história. De um lado, a história se apresenta como uma operação intelectual e de reconstituição do passado, que privilegia a versão de grupos sociais dominantes. Já a memória seria a “[...] vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento” (NORA, 1993, p. 9).

De acordo com o autor, a memória faz a conexão das tradições com grupos sociais anacrônicos que estariam superados e, em seu lugar,

⁷¹ BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: Acesso em: 10 out. 2020. (caput do art. 216)

surge uma história acelerada, como uma “reconstrução problemática e incompleta do que não existe mais” (NORA, 1993, p. 9). O autor enfatiza que os lugares de memória têm três sentidos: o material, o simbólico e o funcional.

É material, por seu conteúdo demográfico; funcional, por hipótese, pois garante, ao mesmo tempo, a cristalização da lembrança e sua transmissão, mas simbólica por definição, visto que caracteriza um acontecimento ou uma experiência vividos por um pequeno número, uma maioria que dele não participou (NORA, 1993, p. 22).

Esses “lugares” são espaços de resistência ao tempo. E como a memória tem a incumbência de sobreviver ao esquecimento, por muitas vezes, não consegue ser reconhecida e validada pela história. De acordo com Rêgo (2014), os lugares de memória devem dirigir o olhar para o futuro e ter um constante diálogo com o “dever de memória” (RICOEUR, 2003; MATE, 2009 e 2011; TODOROV, 2015). O conceito de dever de memória está intimamente ligado à reparação de erros passados, com o arranjo da memória dos grupos vitimados, derrotados e silenciados no decurso da história. Isso envolve disputas de poder, coerção ou imposição de silêncio praticadas em relação ao passado.

Não há dúvida de que a memória, constantemente, é o foco de disputas e de conflitos sociais por grupos políticos diversos em antagonismo. Pollak (1989, p. 4) acertadamente analisa a importância de preservar determinados fatos sociais em detrimento de outros. “Não se trata mais de lidar com os fatos sociais como coisas, mas de analisar como os fatos sociais se tornam coisas, como e por quem eles são solidificados e dotados de duração e estabilidade”.

Percebida como uma construção social, a memória, em muitas circunstâncias, já foi usada de forma errada para alcançar o resultado de diversas disputas políticas em potências desiguais. Em particular, quando pertence a grupos politicamente perseguidos ou socialmente minoritários. O conceito de “dever de memória”, para os derrotados durante a história, as vítimas e os vencidos, é dissertada assim pelo pensador Reyes Mate:

Há dois tipos de passado: um passado que está presente e outro que está ausente. O passado dos vencedores, por exemplo, está presente agora, porque o presente se constrói sobre o patrimônio, categorias e decisões que os vencedores tomaram. Entretanto, nesse presente há um passado ausente. Um passado dos perdedores, daqueles que não puderam chegar a ser. É o passado das vítimas. E o único “advogado” que elas têm é a memória (MATE, 2009, s/p).

Ao olhar para trás, verifica-se um enorme prejuízo para as democracias para o passado de grupos historicamente à margem das narrativas oficiais ou de grupos políticos em minoria, na arena de disputas da esfera pública, cujas memórias, normalmente, são desviadas e silenciadas. Em grande parte de seus estudos, Mate (2009) fala de vítimas e de vencidos e defende a política de memória como um processo de justiça restaurativa através do reconhecimento do “dever de memória”.

No caso do Brasil, praticamente trinta anos depois de ter sido aprovada a Lei da Anistia⁷², foi criada a Comissão Nacional da Verdade⁷³. Essa lei, editada ainda durante a ditadura militar, foi duramente questionada por seu objetivo de isentar de processos legais

⁷²http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6683.htm#:~:text=1%C2%BA%20%C3%89%20concedida%20anistia%20a,de%20funda%C3%A7%C3%B5es%20vinculadas%20ao%20poder

⁷³ <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/>

que poderiam ser acionados a ambas as partes que constaram em atos do regime militar de 1964, o que evitou a criminalização tanto de quem lutou, por muitas vezes, clandestinamente, a favor do retorno do regime democrático quanto dos militares que estavam à frente das duras políticas de repressão e com o Estado na mão. Atualmente essa discussão é ainda mais necessária, o que justifica a importância da Comissão da Verdade e do processo de justiça restaurativa da memória no Brasil, que possibilita desvelar as memórias da época.

4.1.1 Tempo, identidade e memória

O historiador Jan Assmann (2016) sintetiza e propõe a análise da interação entre tempo, identidade e memória, conforme demonstrado no quadro 10, para conceituar os três tipos de memória: a memória individual, a memória cultural e a memória comunicativa.

Quadro 11: Tempo x Identidade x Memória

<i>Nível</i>	<i>Tempo</i>	<i>Identidade</i>	<i>Memória</i>
interno (neuromental)	interno, tempo subjetivo	self interno	memória individual
social	tempo social	self social, pessoa como portadora de papéis sociais	memória comunicativa
cultural	tempo histórico, mítico, cultural	identidade cultural	memória cultural

Fonte: Assmann (2016, p.117)

Sobre o quadro 11, que compõe a obra ‘Memória comunicativa e memória cultural’, Assmann (2016) esclarece que primeiro existe a memória individual, primária, a única forma de memória certificada até

os anos 1920, que se dá em um nível interno, mental. É uma memória que não exige trocas sociais para ser concretizada e tem um tempo subjetivo, atinente a cada indivíduo.

Em nível social, Assmann (2016) considera a memória como uma matéria de comunicação e interação social. O sociólogo francês, Maurice Halbwachs (1994, 1997, 2003), deixa claro, em seus estudos, que nossa memória depende, como a consciência em geral, de socialização e comunicação e pode ser analisada como uma função de nossa vida social. A memória nos capacita a viver em grupos e comunidades e a construir uma memória. Essa memória, “[...] de comunicação e interação social”, dá origem ao que o autor chamou de memória comunicativa (ASSMANN, 2016, p. 117). Segundo Halbwachs (2003), a memória sempre é fruto de uma construção coletiva, ainda que o acontecimento do qual a memória se derive seja individual.

Le Goff (2003) prefere reservar o termo ‘memória coletiva’ para os povos sem escrita, mas admite que a atividade mnésica fora da escrita é constante, não só nas sociedades sem escrita mas também nas que a têm. A escrita permite à memória coletiva um duplo progresso, o desenvolvimento de duas formas de memória: a comemoração e o documento escrito num suporte especialmente destinado à escrita. Nesse sentido, entendemos que a memória é a memória coletiva, que desenvolveu as duas formas de memória já mencionadas. Sendo assim, há uma diferença, mesmo que pequena, entre memória social e memória coletiva.

Para Maurice Halbwachs (2013), memória coletiva é sinônima de memória social e igualmente memória de grupos. O autor mencionou o termo ‘memória social’ para explicar a memória externa, fora de nós, que

se contrapõe à memória pessoal ou interna. Logo em seguida, usa o termo memória coletiva no mesmo sentido de memória social. Em vários momentos, o autor insinua não apenas a seletividade de toda memória, mas também um processo de “negociação” para conciliar a memória coletiva com as memórias individuais:

Para que nossa memória se beneficie da dos outros, não basta que eles nos tragam seus testemunhos: é preciso também que ela não tenha deixado de concordar com suas memórias e que haja suficientes pontos de contato entre ela e as outras para que a lembrança que os outros nos trazem possa ser reconstruída sobre uma base comum. (HALBWACHS, 2013, p. 12).

A memória comunicativa não é institucional, não é suportada por nenhuma instituição de aprendizagem, transmissão e interpretação, não é cultivada por especialistas nem convocada ou celebrada em ocasiões especiais; também não é formalizada nem estabilizada por nenhuma forma de material simbolizado; ela vive na interação e na comunicação cotidianas e, por muitas razões, tem somente um limitado tempo, no máximo, três gerações (ASSMANN, 2016, p. 110).

Esse tipo de memória é baseado na memória cotidiana (ASSMANN, 2016, p. 126), caracterizada pelo “baixo grau de especialização, pela reciprocidade de papéis, pela instabilidade temática e pela desorganização” (ASSMANN, 2016, p. 126). É ligada ao cotidiano, e ainda que certos lugares determinem sua forma ou até organizem seu conteúdo, ela não pode ser vista como um sistema de ideias. A memória comunicativa é organizada pelo indivíduo, mas socialmente mediada em contratos de comunicação do(s) grupo(s) (ASSMANN, 2016, p. 127).

Na perspectiva de Ricœur (2007), existe uma forma de antagonismo da **memória individual** e **da coletiva**, em que, em um dos polos, encontra-se a fenomenologia da memória, ou seja, a tradição

filosófica do “olhar interior”. Para atenuar essa contraposição, deve-se entrar no campo da História, em sua tríplice atribuição: a si, aos próximos e aos outros. Essa hipótese de Ricouer é destacada na seguinte afirmação:

Não existe, entre os dois pólos da memória individual e da memória coletiva, um plano intermediário de referência no qual se operam concretamente as trocas entre a memória viva das pessoas individuais e a memória pública das comunidades às quais pertencemos? Esse plano é o da relação com os próximos, a quem temos o direito de atribuir uma memória de um tipo distinto. Os próximos, essas pessoas que contam para nós e para as quais contamos, estão situados numa faixa de variação das distâncias na relação entre o si e os outros. (RICOEUR, 2007, p. 141)

Sob esse ponto de vista, partimos do princípio de que os sentidos são produzidos na contradição entre formações discursivas heterogêneas. Nesse caso, os fatos e as notícias falsas que têm limite e fronteiras na maioria das vezes fluidas e conflituosas.

Por fim, ainda de acordo com o quadro 11, o nível cultural se refere à produção de imagens e de outras expressões culturais como concretização da memória. De acordo com o autor, o próprio termo ‘memória cultural’ só foi concebido durante os últimos 20 anos. Todavia, a partir de então, “a conexão entre tempo, identidade e memória, em suas três dimensões, a pessoal, a social e a cultural, tornou-se cada vez mais evidente” (ASSMANN, 2016, p. 118).

A principal distinção entre as memórias listadas pelo autor se encontra em sua duração, compreendida como a capacidade de difusão através do tempo e de gerações. Para Assmann (2016), a memória cultural se configura como o tipo de instituição e, por esse motivo, pode ser ensinada, passada de uma geração para outra. Ela é “exteriorizada,

objetivada e armazenada em formas simbólicas que, diferentemente dos sons de palavras ou da visão de gestos, são estáveis e transcendentais à situação” (ASSMANN, 2016, p. 118), o território onde as pseudomemórias se abrigam.

Ao observar as relações entre as pessoas, Halbwachs enaltece dois pontos de vista importantes em sua tese sobre o processo de rememoração: (1) ele é coletivo, depende intrinsecamente das relações sociais para se constituir e (2) ocorre no tempo presente, ou seja, sua formação se dá entre membros de um grupo social que compartilha o passado atualmente. Para o autor, além das trocas sociais, alicerçar esses relatos é igualmente necessário, porque,

quando a memória de uma sequência de acontecimentos não tem mais por suporte um grupo, o próprio evento que nele esteve envolvido ou que dele teve consequências, que a ele assistiu ou dele recebeu uma descrição ao vivo de atores e espectadores de primeira mão [...] o único meio de preservar essas lembranças é fixá-las por escrito em uma narrativa, pois os escritos permanecem, enquanto as palavras e os pensamentos morrem (HALBWACHS, 2003, p. 101).

O processo de rememoração vincula-se a ter memórias e pertence a um processo de revisão de circunstâncias ocorridas no passado. Fatos históricos que pertençam à memória da coletividade não podem ser apagados, contudo o acesso irrestrito e por tempo indeterminado a qualquer tipo de informação pode acarretar violações aos direitos da personalidade do indivíduo.

Assim, podemos afirmar que a nova dinâmica de relações sociais trazidas pelas redes sociais pode ser contemporaneamente entendida como um lugar de construção de memória com suas particularidades.

4.2 A MEMÓRIA E AS REDES SOCIAIS

Nesta sociedade, que, com o passar dos anos, tanto tem se transformado, os tradicionais locais públicos, como praças, ruas, parques, aeroportos, centros comerciais assim como as próprias pessoas são submetidos, cada vez mais, a um controle efetivo de nossas ações. É a chamada Sociedade da Informação, termo inicialmente conceituado por Machlup (1962), em seu artigo *The Production and Distribution of Knowledge in the United States*⁷⁴ e, anos depois, desenvolvido por Manuel Castells, em sua obra *Sociedade em Rede* (2002)⁷⁵. Nesse novo espaço de socialização e “lugar de memória”, de que trataremos mais detalhadamente adiante, emergem os desafios de preservar a memória em meio às tecnologias digitais, em que se refaz a sociedade em rede.

O momento atual se caracteriza por inúmeras mudanças, influenciadas, cada vez mais, pelos avanços tecnológicos e, conseqüentemente, pelo surgimento de um novo modelo de sociedade, marcada pela disseminação massiva da informação. Vivemos em uma realidade em que não existe mais anonimato na multidão. Uma nova forma social, que resulta da interação complexa entre a evolução social e a evolução tecnológica, e em que a Internet é um suporte para o meio de comunicação interativo e como infraestrutura tecnológica decisiva para a organização em rede dos mais variados âmbitos da vida. Não apenas o fator causal das novas formas de organização social, mas também um

⁷⁴No artigo *The Production and Distribution of Knowledge in the United States* (A produção e distribuição do conhecimento nos Estados Unidos), de 1962, é creditado, com popularização, o conceito de sociedade da informação.

⁷⁵As novas tecnologias difundiram-se pelo globo com a velocidade da luz, em menos de duas décadas, entre meados dos anos 70 e 90, por meio de uma lógica que (...) é a característica dessa revolução tecnológica: a aplicação imediata no próprio desenvolvimento da tecnologia gerada, conectando o mundo através da tecnologia da informação (CASTELLS, 2002, p. 52).

meio necessário para o desenvolvimento das redes de interação e comunicação em que se baseia a sociedade atual.

Devido às facilidades nos processos, os usuários acabam substituindo o contato real pelo virtual. Como consequência, extinguiram-se os limites da corporeidade, que deram um novo aspecto à sociabilidade contemporânea e transformaram as relações humanas, principalmente com o uso massivo dos aplicativos de mensagens instantâneas e de redes sociais.

A memória, remetida às redes sociais, pode ser pensada como a propriedade de conservar certas informações. Com o auxílio delas, o homem pode atualizar impressões ou informações passadas ou que ele representa como passadas (LE GOFF, 2003).

A Memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode utilizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas. (LEGOFF, 2003, p. 419)

“Nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos e com objetos que só nós vimos. É porque, em realidade, nunca estamos sós [...]” (HALBWACHS, 2003, p. 30). Os avanços tecnológicos, a comunicação e o amplo acesso a informações não mais nos surpreendem e já fazem parte da nossa rotina. Memórias individuais passam a ser coletivas em apenas alguns “clicks”. Por esse motivo, é necessário observar a Internet, por meio de seus espaços, como as redes de interações sociais, por ser contemporaneamente considerada como um espaço para construção de memória de seus usuários.

Seja qual for a forma como a memória é utilizada nas redes, os usuários buscam por afeto, pertencimento, reconhecimento, amor e felicidade. Procuram, a seu modo, encontrar satisfação para que seus desejos sejam realizados, assim como vencer a solidão e o tédio, fugir da realidade e, até mesmo, tentar seus “minutos de fama” e lucratividade. Um exemplo disso é a função memorial no Facebook⁷⁶, um recurso que serve para transformar o perfil de alguém que faleceu em uma espécie de memorial virtual, deixando-o como uma forma de homenagem àquela pessoa. Em consequência disso, a Internet tornou-se, muito rapidamente, um repositório dinâmico, intenso e diversificado de representações multiculturais. Nora (1993) assevera que a memória produzida nesses lugares é voluntária e seletiva. Problematicamos o significado que o termo passou a ter, quando incorporado ao cotidiano.

O que é denominado de memória, de fato, significa a constituição do estoque material do que é impossível lembrar, um repertório insondável do que se poderia ter necessidade de lembrar. Por isso, segundo sua visão teórica, à medida que aparece a memória tradicional, os indivíduos sentem-se obrigados a acumular “religiosamente” vestígios, testemunhos, documentos, imagens, discursos, sinais visíveis do acontecido. Esses “lugares de memória” seriam monumentos, instituições, rituais etc., criados com o intuito de preservar uma memória oficial, diferente do que acontecia em sociedades nas quais a memória era algo vivido no cotidiano e preservada pelos próprios grupos sociais (NORA, 1993). Joutard (2007, p. 223) complementa que

⁷⁶ <https://olhardigital.com.br/2021/05/03/dicas-e-tutoriais/como-transformar-uma-conta-do-facebook-em-memorial/>

[...] a memória sabe também transformar, consciente ou inconscientemente, o passado em função do presente, apresentando a tendência particular de embelezar esse passado. Ela se define ainda pela capacidade de recorrer ao simbólico.

Os lugares de memória nascem do sentimento de que não há memória espontânea, razão por que é preciso acumular vestígios, testemunhos e documentos sobre o passado, que se tornarão provas e registros do que se foi. Instituições como museus, arquivos e bibliotecas surgem com a finalidade de salvaguardar uma memória que deixou de ser múltipla e coletiva, para se tornar única e sagrada.

A memória coletiva, sendo, sobretudo oral e afetiva, pulveriza-se em uma multiplicidade de narrativas; a história é uma atividade da escrita, organizando e unificando numa totalidade sistematizadas as diferenças e lacunas. Enfim, a história começa seu percurso justamente no ponto onde se detém a memória coletiva. (SEIXAS, 2004, p.40)

Como a consciência, a linguagem e a personalidade, a memória é um fenômeno social, e quando recordamos, não só descemos às profundezas de nossa vida interior mais própria, como também introduzimos nessa vida (interior) uma ordem e uma estrutura que estão socialmente condicionadas e nos ligam ao mundo. Toda consciência é mediada pelo social. Por isso, as mais íntimas memórias têm seus vínculos sociais, seja na dinâmica da transmissão, porque é interação ou no que precede sua transmissão.

[...] o problema de identidade moderno consistia em como construir uma identidade e mantê-la sólida e estável. O problema de identidade pós-moderno diz respeito essencialmente à forma de se evitar a fixidez e manter abertas as opções. [...] O meio que era a mensagem da modernidade representava o papel fotográfico (pense nos álbuns de família inchados, rastreando página amarelada por página amarelada o

lento crescimento de eventos inapagáveis e produtores de identidade); o meio pós-moderno é definitivamente o vídeo (apagável e reutilizável, calculado para nada manter para sempre, admitindo acontecimentos de hoje apenas sob a condição de apagar os de ontem, gritando a mensagem até segunda ordem a respeito de tudo o que se considere digno de gravação. (BAUMAN, 2011, p. 113).

Bauman (2011) fundamentou a ideia de oposição entre a identidade moderna e sólida; única/plural, mutável/descartável, com a fluidez que ocorre nas redes sociais. No rastro das mudanças de sentidos dos objetos, encontramos as ações dos sujeitos sociais, ativos construtores de memória. Na opinião de Gonçalves (2007), os objetos possibilitam que esses sujeitos percebam e experimentem suas posições e identidades como algo tão real e concreto quanto as coisas que representam.

A noção de memória está transpassada por um universo simbólico dos mais significativos, mediante um processo de representação no qual são criados referentes para sua cristalização nas consciências, quer individuais quer coletivas, aproximando-a, em muito, da noção de identidade. A noção de memória, portanto, se dá perante a situação de estetização simbólica ou, em outras palavras, a ornamentação de signos e significados de determinados grupos sociais étnicos privilegia uma re-colonização das experiências do cotidiano [...]. (DIEHL, 2002, p. 113).

Para Assmann (2016), memória social é o fruto de nossas experiências e vivências repletas de sentidos. Por outro lado, a memória cultural é diretamente ligada ao que estamos preservando e desenvolvendo ao longo do tempo. Ambas estão ligadas ao mundo social e se estabelecem nas redes sociais. Nesse sentido, a parcialidade da memória é como um artifício que possibilita a crença em

pseudoacontecimentos e na consolidação de pseudomemórias de nossa história.

Os pseudo-acontecimentos que se amontoam na dramatização espetacular não foram vividos pelos que deles são informados e, além disso, perdem-se na inflação da sua substituição precipitada a cada pulsão da maquinaria espetacular. Por outro lado, o que foi realmente vivido está sem relação com o tempo irreversível oficial da sociedade e em oposição direta ao ritmo pseudocíclico do subproduto consumível desse tempo. Esse vivido individual da vida quotidiana separada permanece sem linguagem, sem conceito, sem acesso crítico ao seu próprio passado, que não está consignado em nenhum lado. Ele não se comunica. Está incompreendido e esquecido em proveito da falsa memória espetacular do não-memorável. (DEBORD, 1967, p. 126)

Com a popularização do smartphone, a possibilidade de atualizar a qualquer momento se transformou em necessidade. As memórias pessoais ou particulares se popularizaram como os de perfis pessoais. Essas são experiências vividas apenas por uma única pessoa que constrói a narrativa de sua história de vida. Esse tipo de memória passa por um processo labiríntico, principalmente quando se trata da verdade. Na Internet, contamos histórias de todas as épocas para muitos, tantos quantos possam e desejem acompanhá-las. Bauman (2009, p.7) enuncia que

a vida líquida é uma forma de vida que tende a ser levada à frente numa sociedade líquido-moderna. A sociedade líquido-moderna é aquela em que as condições sob as quais agem seus membros mudam num tempo mais curto do que aquele necessário para a consolidação dos hábitos e rotinas, das formas de agir. A vida líquida, assim como a sociedade, não podem manter a forma ou permanecer em seu curso por muito tempo.

Nora (1993) chama o processo de descentralização da memória de ‘liquidação da memória’, na ânsia não apenas de tudo guardar, mas também de produzir arquivos, ou seja, produzir memórias para

conservá-las. Nas redes sociais, deixamos nossos registros e percepções sobre os lugares que visitamos e as diversas experiências que vivenciamos, em diversos períodos de nossas vidas, criando nossas memórias que podem ser acessadas rapidamente. Dessa forma, há uma exposição da vida íntima - pensamentos, comidas, drinks, um livro interessante, uma visita a uma cidade, os primeiros passos de uma criança ou uma fotografia do seu animal de estimação. Com isso, vem o medo de deixar escapar algum “momento especial”. Sobre isso, Cunha (2016, p. 357) fez a seguinte observação:

A memória multimídia está relacionada a muitas linguagens narrativas e aos sentidos humanos em todas as suas possibilidades e também aos muitos papéis que o sujeito é capaz de exercer na sociedade, seja presencial ou virtual, dimensões cujas fronteiras desaparecem. A memória pode ser de várias ordens caso as investigações não sigam por uma linha generalista. Lembrança ou esquecimento estão associados também a estratégias cerebrais e estímulos que têm origem nas próprias lembranças e vivências.

Bauman (2009, p.8) afirma que a vida líquida é uma vida precária, vivida em condições de incerteza constante, uma sucessão de reinícios. Ou seja, livrar-se das coisas tem prioridade sobre adquiri-las. A segunda opção dá origem a uma memória de curto prazo, uma “memória líquida”, que só é valorizada por alguns instantes. E como o usuário não acha necessário revisitar, essa memória perde sua utilidade. Para o autor, a velocidade - e não, a duração - é o que importa. Com a velocidade, pode-se consumir toda a eternidade do presente contínuo da vida terrena. O truque consiste em comprimir a eternidade de modo a poder ajustá-la, inteira, à duração de uma existência individual.

Os indivíduos que integram a comunidade não se conhecem, necessariamente, além da realidade virtual, mas mantêm laços, mesmo

que fracos e informais, uns com os outros. O interesse pelo ato de tirar fotos e a instantaneidade da colocação da imagem na rede são os princípios básicos que unem os indivíduos da comunidade. A quantidade de indivíduos inscritos nessa rede indica a preferência pela rapidez e pela dinâmica da propagação de informações, consequência do processo de informacionalização dentro da esfera social. Além dessa dinâmica, outro atrativo encontrado foi a possibilidade de popularizar os indivíduos dentro da rede, já que, quanto maior o número de seguidores, mais prestígio o usuário terá dentro da comunidade. Isso mostra o quanto o sujeito é importante na produção, na reprodução e na transformação do social. Essa perspectiva reforça a ideia de Castells de que, depois da predominância de relações primárias e secundárias, o novo padrão dominante é o terciário, personalizado, baseado em redes “egocentradas”, em que se exalta a individualidade.

De acordo com Candau (2012, p. 96), “o homem nu não existe porque não há indivíduo que não carregue o peso da sua própria memória sem que ela seja misturada à da sociedade à qual ele pertence”. As redes sociais desenharam o nosso melhor retrato, e para quem as usa, especialmente os que ainda estão em formação e em construção do pensamento crítico, são um elemento de construção da identidade, atualmente tão importante como a música, a roupa e os livros. Os quadros sociais da memória encerram e associam nossos pensamentos mais íntimos uns aos outros. A globalização se instaurou, e a informação se transformou em moeda de troca valiosa. Assim, a tecnologia encontrou solo fértil para se desenvolver e se propagou de tal forma que saiu da condição de coadjuvante para a de personagem

principal. Isso provocou uma profunda mudança não só no mercado capitalista como também nas relações empresariais e pessoais. Com uma breve explicação sobre a evolução do pensamento sociológico acerca do envolvimento da ciência e da tecnologia, vimos que, através da teoria ator-rede, o aparato técnico deve ser levado em consideração.

4.3 MEMÓRIA COMUNICACIONAL

A transformação social é multidimensional, e a forma como sentimos e pensamos determina o modo como agimos. Assim, a mudança no comportamento individual e no coletivo modifica as normas e as instituições que estruturam as práticas sociais de determinada localidade. As atribuições comunicacionais que contribuem com transparência para a democracia são estrategicamente construídas para garantir a visibilidade do governo e dos seus gestores. Nesse contexto, o Estado é o principal fornecedor de informações e atua como mediador de relações. De acordo com Castells (2013), a "política informacional" compõe um quadro em que as sociedades contemporâneas são fundamentalmente midiáticas, isto é, suas relações sociais e de poder são intermediadas pelas diversas modalidades da mídia.

[...] arquivos da comunicação governamental, permite acessar e reconstituir aspectos da vida política, social, administrativa (governamental/estatal) e também do próprio fazer comunicacional. Ou seja, trata-se de compreender essa comunicação não apenas como estratégia pela disputa de opinião e votos, empreendida por um governo e a ele vinculada, mas como atividade imprescindível aos regimes democráticos e cujos produtos – seus arquivos – são de interesse público e devem estar publicamente disponíveis para acesso dos cidadãos. (LUZ, 2021, p. 207)

O poder público também se faz presente através de perfis oficiais e possibilita a comunicação direta entre a instituição e a sociedade por meio de interações instantâneas:

Além das mídias públicas e estatais, a publicidade governamental é veiculada em milhares de veículos do sistema privado em todo o país (o número de TVs, rádios e jornais que veiculam publicidade estatal saltou de para de 499 em 2003 para 7.047 em 2010). Cada órgão dispõe ainda de sua própria página na Internet, blogs e perfis em redes sociais, onde esses produtos ficam disponíveis para visualização e download permanente, o que torna praticamente inverificável a abrangência dessa publicidade estatal, ao mesmo tempo em que nos dá uma clara ideia de seu poder de atuação (BORGES; WEBER, 2011, s/p).

As redes sociais de comunicação do Estado detêm impactos notórios em diversas esferas: na política, na administração pública, na aprovação e implantação de políticas públicas e na organização da vida de todos os cidadãos governados, sobretudo quando diz respeito, especificamente, ao sistema de comunicação do Poder Executivo, constituído de centenas de instituições em nível federal, estadual e municipal, que atendem a outras centenas de estruturas de comunicação que são “capazes de acionar estrategicamente ações promocionais, campanhas publicitárias, matéria jornalística, informações e serviços, através de redes sociais, mídias exclusivas ou de massa” (WEBER, 2017, p. 46). Sobre isso, invocamos o conceito de Memória Comunicacional:

Dessa complexa tessitura se forma uma tipologia específica de memória, a Memória Comunicacional, constituída pelas memórias políticas, sociais e culturais de um país, a partir dos registros que produz e disponibiliza publicamente. A Memória Comunicacional pode ser observada em duas dimensões. A primeira abriga as manifestações dos governantes, em forma de discursos, entrevistas, pronunciamentos; a segunda é composta pelos produtos derivados das atividades profissionais em seus

formatos específicos à linguagem jornalística, à estética publicitária e a protocolos promocionais. (LUZ, 2021, p. 24)

Ao assumir a função de “prestador de serviços”, por meio de suas redes sociais, isto é, como entidade de ‘comunicação social’, o Estado tem uma responsabilidade fundamental nas democracias.

Nessa perspectiva, a memória comunicacional é formada pelas memórias políticas, sociais e culturais de um país, com base nos registros que produz e disponibiliza publicamente. Ao informar sobre os acontecimentos, leva às pessoas uma gama de informações que, sem esse serviço, não disporiam da oportunidade de conhecer outras realidades que não as vivenciadas ou relatadas por pessoas próximas. Por isso, quando os agentes do Estado omitem documentos que, em algum momento, estiveram disponíveis nesses espaços oficiais, tangíveis ou intangíveis, tentam manipular a memória. Como o espelho adulterado, favorece a constituição das pseudomemórias para falsear a realidade, dissimulando a verdade das informações alicerçadas em órgãos oficiais do Estado.

Podemos observar a importância da jurisdição e o poder memorialístico da transparente comunicação governamental e da memória comunicacional que, por muitas vezes, diz-nos o que queremos “escutar” ou “ler”, sobretudo quando as informações vêm guiadas pelos dados e algoritmos tratados exclusivamente para nós. Assim, podemos considerar que estamos diante da gênese de um novo lugar de memória com novos contornos.

5 O CICLO DA DESINFORMAÇÃO: A GÊNESE DAS PSEUDOMEMÓRIAS

*“O que a serpente é pra maçã
 É o que a maçã reflete pra mídia
 É que Abel tinha um irmão, mas Caim tinha a malícia...”
 Criolo⁷⁷*

A finalidade deste capítulo é de desvendar como as *fake news* são capazes de se firmar na memória e na história, compreender o ciclo da desinformação e de que forma surgem as pseudomemórias.

*The Facebook Papers*⁷⁸, assim é denominado o mais novo escândalo e crise da empresa dos últimos 17 anos,⁷⁹ cujo fundador foi Mark Zuckerberg. O caso consiste de denúncias feitas por ex-funcionários da empresa⁸⁰, com provas concretas sobre episódios de tráfico humano, falhas no monitoramento de discursos de ódio e de ameaça à democracia e omissão em quadros de desinformação. A empresa hoje é associada a algo danoso à democracia, pois o *facebook* permite a polarização, o discurso de ódio e a disseminação de fake news, seja no próprio *facebook* ou nas que pertencem ao grupo, como o *instagram* e o *whatsapp*. Unanimemente, o *facebook* é acusado de censurar vozes mais conservadoras ou mais democráticas que dizem que a empresa da plataforma para visões extremistas causa desordem no agir comunicativo.

Os documentos apresentados, através de investigações, pelos ex-funcionários trouxeram a público os efeitos colaterais do uso das redes

⁷⁷ CRIOLO. Esquiva da Esgrima. OLOKO RECORDS: 2014 MP3: 4:29 min. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=-1cI4nYIQqs>>

⁷⁸ <https://www.washingtonpost.com/technology/2021/10/25/what-are-the-facebook-papers/>

⁷⁹ <https://edition.cnn.com/2021/10/25/tech/facebook-papers/index.html>

⁸⁰ <https://canaltech.com.br/redes-sociais/o-que-e-facebook-papers-201573/>

sociais, não apenas o que elas podem gerar mas também a intencionalidade das empresas donas dessas redes, que podem lucrar em virtude de não agir corretamente e eticamente diante desses efeitos. Entre os documentos expostos, destacamos um teste realizado para avaliar o funcionamento dos algoritmos da rede social. Foi criado um perfil falso, que postava e seguia determinada teoria da conspiração, como muitas que existem na rede. A partir dessa escolha, o algoritmo direcionava esse perfil para receber várias outras teorias, como informação em *feed* e contatos de pessoas que seguiam as correntes do tema. Ou seja, a política da empresa viola vários de seus princípios centrais e trata o discurso dos políticos como muito mais valioso do que os dos cidadãos comuns, expondo conscientemente os usuários a danos em forma de desinformação. O termo ‘astroturfing’ (LYON, T. P.; MAXWELL, J. W, 2004) elucida esse tipo de ação, que asfixia os usuários e seus perfis em uma “bolha” (PARISER, 2012) gigante de desinformação. Consequentemente, expõe que a empresa não utiliza filtros éticos e que os algoritmos não estão sendo monitorados de forma correta para impedir essas práticas na rede, gerando uma assimetria informacional.

A regulação das redes sociais deve ser discutida urgentemente. Quando as redes sociais sofrem “apagões⁸¹”, fica mais evidente o quanto somos dependentes dessas estruturas. As redes não são apenas plataformas online, em que diversas pessoas estão conectadas umas com as outras, compartilhando ideias, objetivos, pensamentos e valores em comum. Além da dependência tecnológica, considerando a velocidade da informação, a prestação de serviços em grandes empresas

⁸¹ <https://exame.com/bussola/o-que-rolou-foi-um-apagao-nas-redes-sociais-ou-na-sociedade/>

e, claro, para os pequenos e médios empresários, responsáveis por serviços de entregas, alimentação e comércio varejista de uma forma geral, sugere-se uma dependência funcional das pessoas com essas tecnologias. Hoje vão bem mais além do entretenimento. Essas empresas se tornaram instrumentos de negócios e de acesso a serviços públicos, como de telecomunicação ou de energia elétrica. Esse impacto causa danos à vida, a saúde, à cidadania, aos processos eleitorais e à democracia. Sendo assim, regulações de funcionamento são imprescindíveis e é necessário pensar em limites de atuação, protocolos e ética. Isso não pode ficar na autorregulação das empresas, que são encarregadas de criar instrumentos e de determinar limites. A vida digital não tem como retroagir, veio para ficar, e essas plataformas nos trazem mais vantagens do que malefícios. É algo consolidado, como compras, acesso aos serviços, cadastros, movimentações financeiras etc. Tudo isso já está muito relacionado à experiência das redes sociais. Porém, regulamentar a rede é fundamental para que tenha um bom andamento e para seu futuro.

5.1 AGIR COMUNICATIVO E A DESINFORMAÇÃO

A contribuição do referencial habermasiano para o meio acadêmico-científico influenciou as mais diversas áreas do conhecimento, como as Ciências Sociais e a Ciência da Informação. Habermas (1997) legitima a linguagem como um recurso necessário para os homens se compreenderem em suas relações sociais. Ele entende que existe algo em comum entre todos os seres humanos, que é universal, chamado de racionalidade, e que dá a base abrangente e fundamental para estruturar e organizar a comunicação entre eles, que gera uma

isonomia social e oferece um suporte para se chegar a uma equanimidade. A democracia, sempre muito bem defendida pelo filósofo, tem seu valor na modernidade, principalmente por causa da noção de esfera pública como espaço de discussão entre os cidadãos.

No mundo moderno, a democracia transformou a esfera em uma grande força, pensando que os espaços públicos são só espaços de debate. Obviamente não estamos mais na Ágora Antiga de Atenas, onde os cidadãos nascidos livres podiam se reunir para ouvir anúncios cívicos, organizar campanhas militares ou discutir sobre política. Estamos em uma época em que a democracia é exercida, como, por exemplo, o poder representativo dos votos, o lugar das discussões, e os ambientes coletivos. O próprio Habermas entende a linguagem como um fenômeno muito associado à possibilidade de os indivíduos se comunicarem em suas relações sociais. Para que a comunicação entre um emissor e um receptor de uma mensagem não tenha ruídos, é fundamental um grau de entendimento, de racionalidade e de inteligibilidade das relações que resulte no estabelecimento da linguagem.

A grande crítica dele é a aversão ao positivismo, pois as crenças do positivismo associadas a uma sociedade perfeita e a um progresso irreversível, como acreditava o pai do pensamento positivista clássico, Auguste Comte, no começo do século XIX, não se concretizou. Outro elemento fundamental do pensamento habermasiano foi uma proposta de ação e correção da ciência chamada de paradigma da modernidade sobre qual o papel que a ciência exerceria nos dias atuais.

O paradigma moderno elenca uma longa família de dualismos dentre os quais podemos distinguir, entre outros, abstrato/concreto, espírito/corpo, sujeito/objeto, ideal/real. Todos esses dualismos são sexistas na medida em que, em cada um deles, o primeiro polo é considerado dominante, sendo ao mesmo tempo associado com o

masculino. A ciência moderna torna esses dualismos mais eficazes, dado que o falso (e hegemônico) universalismo de sua racionalidade cognitivo-instrumental se presta particularmente a transformar experiências dominantes (experiências de uma classe, sexo, raça ou etnia dominante) em experiências universais (verdades objetivas) (SANTOS, 2000, p. 85.)

Santos (2000) analisa essa questão a respeito das chamadas crenças nos valores da modernidade e explora esse assunto trazendo dois autores que, embora fossem teóricos discordantes, tinham crenças sobre o mundo moderno. Pinto (1996) reforça que Habermas estabeleceu um diálogo interparadigmático com as diversas orientações a respeito do pensamento para elaborar sua teoria. Sobre isso, explica:

[...] Habermas desenvolve sua teoria da ação comunicativa em um diálogo constante com autores de uma ampla gama de linhas teóricas. Assim, ele incorpora uma série de temas e contribuições que foram desenvolvidos, seja pelo funcionalismo, pela fenomenologia, pelo marxismo, seja, obviamente, pela própria teoria crítica da Escola de Frankfurt, sua matriz original. Dessa forma sua teoria assume naturalmente um caráter interparadigmático; o que significa um mero amálgama de várias linhas teóricas, mas um processo extremamente rico de incorporação/superação (PINTO, 1996, p. 16-17).

Karl Marx (2001) falava sobre a possibilidade de haver uma sociedade onde a socialização fosse feita pelos meios de produção, o que o próprio Habermas entende como uma das crenças típicas do mundo moderno. Teremos uma sociedade onde nossas forças produtivas e a relação de produção serão equânimes, o que Marx chamou de comunismo, uma sociedade justa e igualitária. Do lado oposto, encontra-se Weber (1991), que estabeleceu uma sociologia compreensiva e não tão otimista quanto o Positivismo, mas que ainda compreendia que a sociedade moderna poderia chegar através do seu índice de

racionalidade, o que ele chamava de ações dotadas de sentidos. Essas ações sempre descobrem os nexos causais que as determinam, no sentido de sempre agir por valores, finalidades e motivados por interesses, ainda que esses valores não possam ser hierarquizados segundo critérios objetivos.

Habermas propôs como saída a possibilidade de uma nova ciência e a crença em uma racionalidade crítica e comunicativa. Para isso, ele sugeriu que fosse instaurada uma democracia plena e restabelecida a esfera pública para um espaço de debate racional com as mesmas regras para a comunicação. Justamente pelo fato de os seres humanos não agirem com uma honestidade intelectual foi que se estabeleceram essas regras para a comunicação.

Por essa razão, a teoria do agir comunicativo crê em uma nova relação entre seres humanos pautada em uma nova ética universal, com valores morais e que possa chegar a uma sociedade melhor e mais envolvida, onde as regras do jogo estejam presentes nas relações comunicativas de modo igualitário para todos os indivíduos que pertencem a essa sociedade. Numa uma sociedade onde não existem regras para a comunicação, o resultado é a desinformação.

5.2. ASSIMETRIA INFORMACIONAL

Assimetria informacional é uma expressão que foi criada por Akerlof (1970), que se valeu do exemplo do mercado de automóveis usados, *the market by the lemons*⁸², em que um vendedor de carros conhece o produto negociado, ou seja, a qualidade do automóvel que está à venda mais do que o possível comprador. Em sua teoria, ele mostra,

⁸² Na gíria americana, limão é um carro que apresenta defeito **depois** da compra.

como exemplo, que existem carros usados bons - *peaches* (pêssegos) e carros usados defeituosos - *lemons* (limões) no mercado de carros usados. A ideia de que os agentes econômicos têm níveis de informações diversas e que a capacidade de conseguir informações em função dos seus custos também é diferente.

Ao trazer essa expressão para o texto, o autor utiliza o mesmo argumento para mostrar que essa é uma das causas da assimetria de informação ao longo da história, principalmente para os usuários da informação que não buscam nenhum tipo de fonte ou checagem ao receber *fake news*. Esse pensamento tem sido utilizado pelos estudiosos e pesquisadores da informação para correlatar as situações e os contextos em que os atores sociais têm distintos movimentos da informação, as diferentes condições e suas expectativas para agir comunicativamente. Assim sendo, podemos observar a quantidade e a qualidade das informações que circulam na mídia e nas redes. Essas distinções pertencem às ações de utilização e de compartilhamento da informação, mais especialmente, às de produção da informação.

No campo dos estudos da informação, deve-se atentar para os agentes que transmitem as informações - ou desinformações - ações de significativa importância para definir a vida, a memória e a história. Nessa circunstância, o agente, por muitas vezes, tem interesse em manter essas informações na confidencialidade e não compartilhá-las de tal forma que consigam manipulá-las a seu favor, criando sua própria verdade e lucrando com essa atitude. O resultado de uma assimetria informacional - adaptando o termo usado por Akerlof (1970) para a Ciência da Informação, fabrica uma memória ludibriadora e uma história falseada, cujo resultado não será eficiente - são as pseudomemórias.

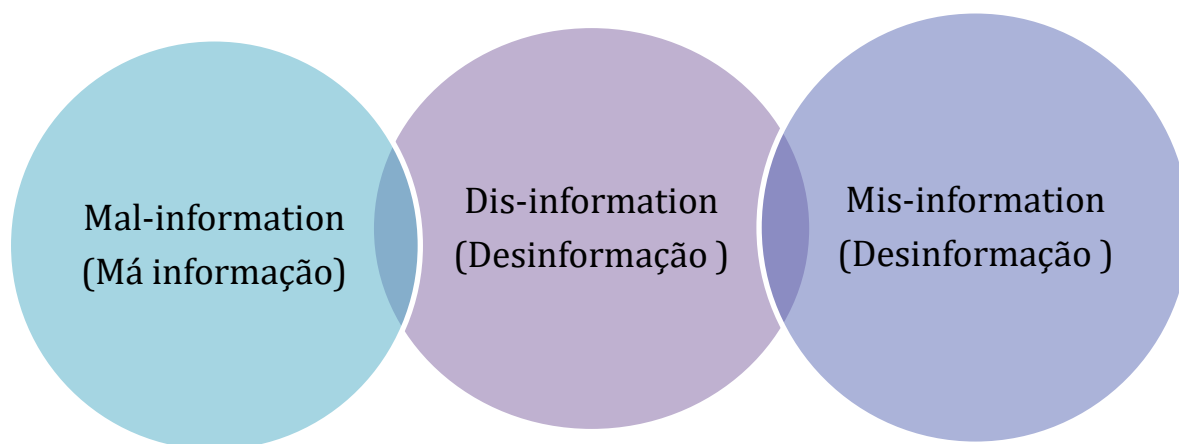
5.3 DESCONSTRUINDO A DESINFORMAÇÃO

Com base na afirmação do filósofo Berkeley (1998) de que “ser é ser percebido”, que apresenta a ideia de que a existência se dá por meio da percepção, entendemos que a informação existe quando é percebida como tal. Essa cognição só é estabelecida em alguma circunstância, em que é criada uma relação de significação da mensagem entre o remetente e o destinatário, com o estabelecimento de sua relevância e conexão para ambos. A fronteira entre a verdade e a mentira é onde reside a desinformação, que abole ou falsifica a realidade, mesmo diante de fatos.

[...] o resultado de uma substituição coerente e total da verdade dos fatos por mentiras não é passarem essas a ser aceitas como verdade, e a verdade ser difamada como mentira, porém um processo de destruição do sentido mediante o qual nos orientamos no mundo real – incluindo-se entre os meios mentais para esse fim a capacidade de oposição entre verdade e falsidade. (ARENDT, 2006, pag. 263)

A desinformação inclui as *fake news*, os memes e as sátiras, algumas das quais são prejudiciais, porque representam um acúmulo cada vez maior de notícias e mensagens produzidas, deliberadamente, para enganar, manipular e causar danos por motivos políticos, financeiros e sociopsicológicos (WARDLE; DERAKHSHAN, 2017). A desinformação, de fato, é uma verdadeira desordem informacional, que se expande em velocidades vertiginosas, assim como um vírus contagioso e mortal. Na figura 13, a seguir, apresentamos a descrição desses conceitos:

Figura 13: Tipos de desinformação



Fonte: Elaborado pela pesquisadora com base em Wardle; Derakhshan (2017).

Introduzimos uma nova estrutura conceitual para examinar a desordem da informação apresentada por Wardle e Derakhshan (2017), que identificaram três tipos diferentes de *fake news*: mis-, dis- and mal-information (desinformação, desinformação e má informação). Usando as dimensões de dano e falsidade, descrevemos as diferenças entre esses três tipos de informação:

- Mal-information

A desinformação se configura quando se compartilham *fake news* sem a intenção de prejudicar alguém.

- Dis-information

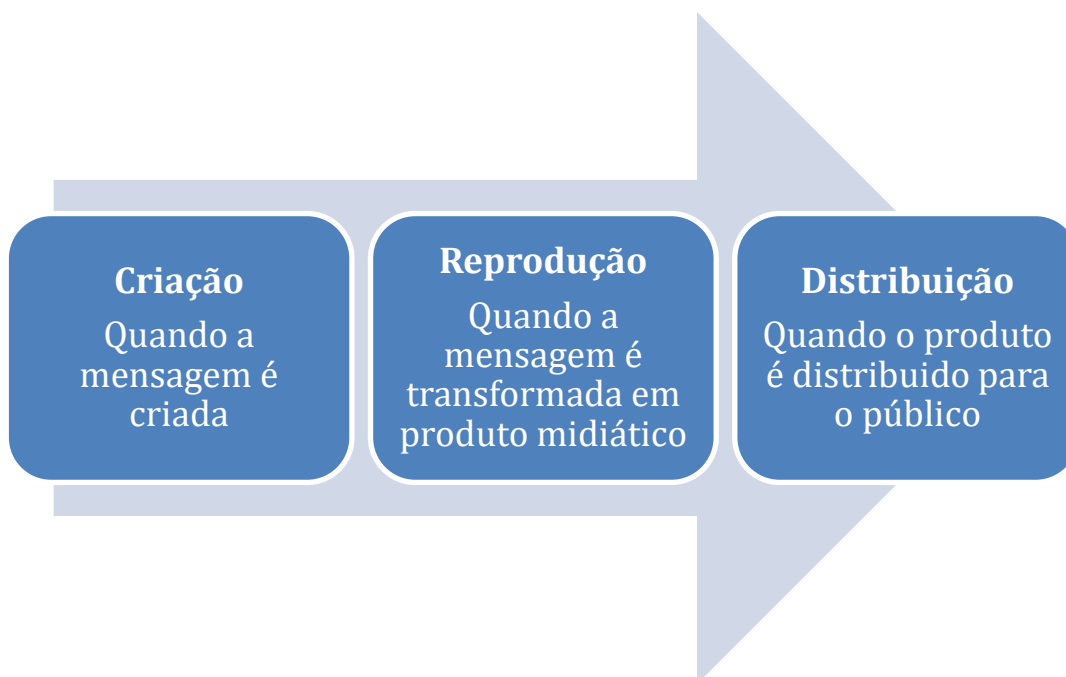
Desinformação: embora, em português, a tradução seja a mesma da anterior, existe uma grande diferença - quando se compartilham *fake news* conscientemente para causar danos.

- Mis-information

Má informação é quando informações genuínas são compartilhadas para causar danos, muitas vezes, por mover informações destinadas a permanecer privadas para a esfera pública.

Também enfatizamos a necessidade de considerar as três diferentes ‘fases’ (criação, produção, distribuição) de desordem de informação, Figura 14.

Figura 14: Caminho da desordem informacional



Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

De acordo com o modelo de Wardle e Derakhshan (2017), na cadeia da informação dessa desordem informacional, que inclui sua criação, reprodução e distribuição, diversos são os agentes intermediários que participam com diferentes motivações. Os agentes podem ser oficiais (órgão oficiais, chefes de Estado, partidos políticos, imprensa oficial) e não oficiais (cidadãos). Pretendemos entender os processos de relação entre a informação, a memória e a história, bem

como o processo de criação de conhecimento e acontecimento histórico na cena pública de onde emergem as pseudomemórias.

A função das mídias sociais, na desordem informacional, deve ser vista como parte de um ambiente, também conformado pela rádio, pela televisão e pelos jornais, que alimentam mutuamente as correntes de desinformação. Crescentemente, os jornais e a TV amplificam as notícias criadas e compartilhadas nas mídias sociais, da mesma maneira que as notícias da TV e os jornais são reproduzidas nelas. Esses autores também destacam que, embora o ‘boom’ da desinformação tenha focado na discussão política, a poluição abrange muitos outros ambientes sociais, incluindo a saúde e a ciência. Em qualquer desses contextos, o compartilhamento de vídeos, textos, imagens e memes responde às posições e aos interesses na vida real dos agentes produtores e disseminadores das mensagens. Os motivos para criar e compartilhar desinformação são diversos, mas Wardle e Derakhshan (2017) ressaltam quatro: o financeiro: lucrar com a desordem da informação através da publicidade, já que essas mensagens geralmente atraem muitos cliques; o político: desacreditar de um candidato político em uma eleição ou outras tentativas de influenciar a opinião pública; o social: engajar-se em determinado grupo online ou offline; e o psicológico: buscar ou reforçar prestígio.

O tempo político e mediático condiciona o modo como a sociedade contemporânea se apercebe dos riscos que corre. Esse modo pode ser-nos fatal. As crises graves e agudas, cuja letalidade é muito significativa e muito rápida, mobilizam os media e os poderes políticos, e levam a que sejam tomadas medidas que, no melhor dos casos, resolvem as consequências da crise, mas não afectam as suas causas. Pelo contrário, as crises graves, mas de progressão lenta tendem a passar

despercebidas mesmo quando a sua letalidade é exponencialmente maior. A pandemia do coronavírus é o exemplo mais recente do primeiro tipo de crise. (SANTOS, 2020, p. 22).

Em meados de abril de 2020, dois meses depois de oficializada a pandemia, a base de dados do Instituto Poynter⁸³ contabilizava 3.800 notícias enganosas a respeito do coronavírus em todo o mundo. Cinco meses depois, os números saltaram para mais de 7100. Hoje vivemos uma época extremamente atípica em nossa geração: como se não bastasse a luta contra a pandemia causada pelo vírus do SARs covid 19, precisamos combater outro “vírus” que se dissemina de forma exponencial - a desinformação.

No capítulo Verdade e política, Hanna Arendt (2009) assevera que existem algumas instituições criadas para assegurar a verdade no âmbito público, como o Poder Judiciário, a universidade e a imprensa. Esta última necessita de proteção para receber esse poder de vigiar e de ser um canal para oferecer a verdade aos que procuram se informar através desse meio. A imprensa precisa estar protegida das pressões governamentais e sociais. Quando essa proteção se concretiza, os veículos de comunicações se tornam essenciais para garantir a liberdade de expressão. Trata-se de uma das mais importantes liberdades políticas, mas que só se concretiza quando se assegura o direito à informação. Porém, deve-se assegurar que essas informações/fatos não sejam corrompidas. O exercício da liberdade de opinião ou expressão, tão polemizada e defendida nos dias atuais, depende diretamente do acesso à informação factual e de que os fatos não sejam meramente discursivos. Normalmente os relatos da imprensa são sempre versões dos fatos. Já

⁸³ <https://www.poynter.org/coronavirusfactsalliance/>

dizia Nietzsche que “não existe fato em si. É sempre preciso começar por introduzir um sentido para que haja um fato”⁸⁴, porque os fatos dificilmente são o relato acabado do que realmente ocorreu e, usualmente, sempre será uma versão do fato.

A qualidade da opinião dos cidadãos está diretamente relacionada à qualidade da informação que ele recebe. Se os fatos são manipulados e distorcidos, isso prejudica a formação de opinião do público e sua capacidade de julgar. Por isso é importante trazer o conceito de objetividade jornalística, pois quem produz a informação tem o objetivo de fornecer ao leitor fatos e acontecimentos condizentes com a realidade, ou assim deveria ser. Sponholz reconhece que o conhecimento total e absoluto, isto é, da objetividade nela mesma, é praticamente impossível, porém

a aspiração pela objetividade deve ser entendida como a busca e aproximação da realidade. Nesse sentido, ela não só é possível, como também necessária. O conhecimento total da realidade continua sendo uma utopia, a busca desse é, no entanto, o que nos leva a ir adiante (SPONHOLZ, 2009, p. 13).

A linguagem é um espaço de construção dos sujeitos, da subjetividade, e o discurso é a linguagem em funcionamento, uma prática social contextualizada. Segundo Orlandi (2002, p. 15), “[...] o discurso é a palavra em movimento, prática da linguagem: com o estudo do discurso, observa-se o homem falando”. É importante citar outro fator que dificulta a objetividade, que é a enunciação. Conforme Barthes,

⁸⁴ Nietzsche, Friedrich Wilhelm. Humano, Demasiado Humano, capítulo 1 das coisas primeiras e última, aforismo 2. Editora; Companhia das letras, tradução de Paulo César de Souza

toda enunciação supõe o seu próprio sujeito, quer esse sujeito se exprima de maneira aparentemente direta, dizendo eu, ou indireta, designando-se como ele, ou nula, recorrendo a formulações impessoais: trata-se de engodos puramente gramaticais; variando apenas o modo como o sujeito se constitui no discurso, ou seja, dá-se teatral fantasticamente, aos outros; todos designam formas do imaginário. (BARTHES, 1988, pag. 27)

Para apurar os fatos, são necessários alguns critérios com base na objetividade jornalística. Para existir algum rigor na apuração dos fatos, na obra *A objetividade jornalística*, Luiz Amaral (1996) faz uma síntese de questões e autores referentes à objetividade e lista alguns critérios para alcançar essa objetividade. Explica que a objetividade é uma espécie de virtude almejada pelos textos jornalísticos, que está presente não só como um princípio, mas também como um norteador de cada uma das etapas da prática informacional. Apesar do amplo reconhecimento da objetividade como algo fundamental da atividade, não se pode negar toda a carga de subjetividade que cada um de nós carrega.

Se alguém quiser ver e conhecer o mundo tal como ele é “realmente”, só poderá fazê-lo se entender o mundo como algo comum a muitos, que está entre eles, separando-os e unindo-os, que se mostra para cada um de maneira diferente e, por conseguinte, só se torna compreensível na medida em que muitos falam sobre ele e trocam suas opiniões, suas perspectivas uns com os outros e uns contra os outros. Só na liberdade do falar um com o outro nasce o mundo sobre o qual se fala, em sua objetividade visível de todos os lados. (ARENDT, 2006, p. 60).

Todos têm crenças, valores, preconceitos, históricos familiares, formação escolar, afetos e desafetos, de modo que a objetividade como ideal acaba sempre sendo confrontada com o seu contrário, isto é, com a subjetividade. Sendo assim, a investigação sobre a objetividade deve

superar essa dicotomia. Tendo em vista o que já foi dito, podemos dizer que os fatos não deixam de ser uma reconstrução da realidade. A questão da enunciação é um fator decisivo no processo narrativo, visto que o sujeito da enunciação é responsável pelo sentido, e nenhuma escrita é inocente, o que resulta em uma não objetividade dos textos jornalísticos e seus diversos gêneros.

A questão é saber se é possível, e em que grau, o ser humano descrever as coisas como elas realmente são. Independentemente da relação que temos com elas. É saber se, de fato, a objetividade é um caminho para a verdade e a realidade (AMARAL, 1996, p. 18).

Apesar dessa reorganização dos fatos, não se pode afirmar a inconfiabilidade das informações, porque o grau de confiabilidade depende do compromisso que o redator desses fatos tem com os critérios baseado na objetividade jornalística: a investigação dos fatos, a escuta de todos os lados envolvidos, a consulta de documentos etc. Nesse contexto, o grau de credibilidade dos veículos de comunicação está diretamente relacionado ao compromisso com a obediência a esses critérios. Como já mencionado anteriormente, a qualidade da opinião dos cidadãos está essencialmente ligada à qualidade da informação que recebe. Quando essas práticas pseudoinformacionais se reproduzem, isso dificulta o julgamento social entre certo/errado e verdadeiro/falso e o processo de descredibilização da imprensa e a vulnerabilidade das massas ao acreditar nas *fake news*. Como consequência, a manipulação dos fatos resulta em prejuízo para a formação de opinião da sociedade e da história que nela será escrita.

Por essa razão, mais do que nunca precisamos de ajuda para proteger a sociedade e a história desse tipo de manipulação, porquanto o

ser humano tende a acreditar muito mais em histórias contadas do que em fatos científicos e isolados. Por isso a difusão de informações no famoso “grupo do zap da família” é mais eficaz do que um artigo científico publicado em uma revista conceituada na Academia.

O escritor e filósofo italiano, Umberto Eco, em uma entrevista⁸⁵ concedida para divulgar seu último livro, em 2015, afirmou que as redes sociais haviam dado voz a uma “legião de imbecis”, antes restrita a “um bar e depois de uma taça de vinho, sem prejudicar a coletividade.” Afirmou, ainda, que “eles eram imediatamente calados, mas agora têm o mesmo direito à palavra que um Prêmio Nobel” e que “o drama da Internet é que ela promoveu o idiota da aldeia a portador da verdade.” O brasileiro, que, durante tanto tempo, foi considerado como pouco interessado na ciência, de repente, tornou-se especialista e formador de opiniões de temas antes não tão populares.

Esse interesse variado e repentino não é ruim, naturalmente e deve ser louvado e incentivado. Mas, por ora, que preço estamos pagando? Infelizmente, é na superficialidade dos “achismos” em que surgem as *fake news*. A democratização dos meios de comunicação não pode ser condenada. Ao contrário, é na possibilidade de ouvir a todos que a Internet encontra uma de suas maiores virtudes. Além disso, a atribuição às mídias tradicionais do papel de decidir o que pode ser publicado acabaria por acarretar mais malefícios do que benefícios. Estaríamos instituindo a censura prévia sob a qual vivemos ao longo do século, repetindo o modelo arcaico de só dar voz a quem detém o poder. Em face do cenário atual, Eco não deixa de ter razão. A mentira é uma

⁸⁵Literatura: Umberto Eco fala sobre o livro Número Zero. **Youtube**, 2015. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=nru8LyIOAVQ>>

clássica ferramenta política utilizada para ocultar segredos e dados sobre os quais não se deseja a incidência da forte luz. Jacques Derrida⁸⁶, na palestra *História da mentira: prolegômenos*, afirmou:

Mentir é querer enganar o outro, às vezes até dizendo a verdade. Pode-se dizer o falso sem mentir, mas pode-se dizer o verdadeiro no intuito de enganar, ou seja, mentindo. Mas não mente quem acredita naquilo que diz, mesmo que isto seja falso. Na sua figura prevalente e reconhecida por todos, a mentira não é um fato ou um estado, é um ato intencional, um mentir – não existe a mentira, há esse dizer ou esse querer dizer que se chama mentir; mentir seria dirigir a outrem (pois não se mente senão ao outro, não se pode mentir a si mesmo, a não ser a si mesmo enquanto outro) um ou mais de um enunciado, uma série de enunciados cujo mentiroso sabe, em consciência, em consciência explícita, temática, atual, que eles formam asserções total ou parcialmente falsas; é preciso insistir nessa pluralidade e complexidade, até mesmo heterogeneidade (DERRIDA, 1996, p. 8-9)

Os Governos também têm seu lugar entre os maiores comunicadores de todo o mundo. Para Howlett (2009, p. 23, tradução nossa), “as comunicações governamentais são agora uma indústria de grande crescimento em muitos países e a assunto de crescente atenção tanto de praticantes quanto de teóricos”⁸⁷. Normalmente as informações e os dados são disponibilizados usualmente em formato digital nos sites e nas plataformas oficiais.

Em estudos feitos por Ntoulas; Cho e Olston (2004), foi certificado que apenas 20% de um conjunto de endereços se mantêm válidos na Internet depois de um ano. Ainda existem os casos em que os sites,

⁸⁶ Jacques Derrida, em 1995, esteve no Brasil em um evento organizado pela USP e pela PUC-SP. O professor proferiu, no auditório do MASP, a palestra intitulada ‘História da mentira: prolegômenos’, traduzida por Jean Briant e publicada em Estudos Avançados pela Edusp em 1996.

⁸⁷ “Government communications is now a large growth industry in many countries and the subject of increasing attention from both practitioners and theorists”. (HOWLETT, 2009, p. 23)

mesmo permanecendo válidos, têm seus conteúdos alterados, inacessíveis ou excluídos. Por esse motivo, Frey et al (2002) defendem uma política informacional ativa por intermédio dos governos, o que é essencial para uma aplicação de forma transparente e responsável. Esse é um fator imprescindível para que a sociedade civil tenha a possibilidade de exercer sua função de manter o controle social.

Posto isso, a preservação digital e o arquivamento de websites oficiais se tornaram uma agenda acadêmica, política e administrativa em todo o mundo. Ainda em 2003, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) divulgou a “Carta sobre a Preservação do Patrimônio Digital”, um texto que defende a importância de preservar recursos únicos nas áreas do conhecimento e da expressão humana.

O patrimônio digital é constituído por recursos únicos que são fruto do conhecimento ou expressão do ser humano. Inclui recursos de natureza cultural, educacional, científica ou administrativa e informações técnicas, jurídicas, médicas e outras, que são geradas diretamente em formato digital ou eles convertem para ele a partir de material analógico existente. Produtos “de origem digital” não existem em outro formato do que eletrônico. (UNESCO, 2003, não paginada) **(tradução nossa)**⁸⁸

Consequentemente, os criados digitalmente ou convertidos em formato digital garantem o acesso desses conteúdos às gerações presentes e às futuras, preservando a memória e a história institucional. No Brasil, as pesquisas e as aplicações a respeito do arquivamento da

⁸⁸ “El patrimonio digital consiste en recursos únicos que son fruto del saber o la expresión de los seres humanos. Comprende recursos de carácter cultural, educativo, científico o administrativo e información técnica, jurídica, médica y de otras clases, que se generan directamente en formato digital o se convierten a éste a partir de material analógico ya existente. Los productos “de origen digital” no existen en otro formato que el electrónico” (UNESCO, 2003, não paginado).

web são promissoras, porém as políticas públicas de preservação de sites e de suas informações oficiais por parte do Estado ainda são escassas.

Identificar e qualificar os processos de visibilidade e comunicação inerentes aos regimes democráticos significa atribuir a instituições, públicos e atores sociais e através do Estado, poderes de debater e deliberar sobre temas e ações de interesse público. Essa premissa permite compreender processos e trabalhar com a hipótese de que a identificação do movimento permanente de redes de comunicação pública (Weber, 2007) seria o procedimento necessário para a compreensão e avaliação da qualidade das democracias (WEBER, 2017, p. 25)

A materialidade da comunicação pública se releva através do debate público democrático (WEBER, 2017; 2020). Ele necessita ser realizado na esfera pública, para que os cidadãos propriamente informados, com subsídios plurais e confiáveis, possam fazer uma troca justa de argumentos, construir opiniões e refletir a respeito da coisa pública.

É incontestável que governar e comunicar precisam andar juntos. O mesmo pode ser dito da prática política. O debate é requisito indispensável na disputa política, e os fluxos comunicacionais com a sociedade são necessários, levando em conta o conhecimento dessa centralidade que se consolidou com o surgimento do campo Comunicação e Política. De acordo com Weber (2020, p. 11), esse campo “permite entender a inevitável dependência da política em relação à comunicação”, pois não é exequível “compreender fenômenos da política e da sociedade quando isolados da interferência comunicacional e midiática que detém o poder de mostrar, ampliar, restringir ou anular a visibilidade desses fenômenos” (WEBER, 2020, p. 11).

A falta de projetos por parte do Estado visando a políticas de preservação de sites governamentais e de seus conteúdos compromete a memória da sociedade, especialmente a memória política e a comunicacional. A mídia governamental é influente em nossas vidas, fonte de informação que afeta muito além do momento em que é disseminada, pois não tem apenas o objetivo de dar visibilidade (ou não deveria) às ações de um governo enquanto esse estiver em curso. Ela concede as condições necessárias para que a sociedade esteja sempre informada a respeito dos assuntos de interesse do coletivo.

Com a intenção de solucionar ou tentar atenuar a situação, fica o questionamento a respeito da validade de expurgar as opiniões ou de confrontá-las cientificamente, o que acaba retirando das pessoas sua capacidade de falar do mundo que as cerca. A destruição das opiniões também pode ser compreendida como o fim dos debates políticos, da liberdade de expressar a maneira de compreender o mundo e dele tomar parte.

Devido à necessidade de assimilar os processos de retroalimentação na relação entre os elementos informação, memória e história, com isso concebemos a Figura 15, intitulada de 'Ciclo da desinformação'.

Figura 15: Ciclo da desinformação



Fonte: Elaborado pela pesquisadora

Ao observar a figura 15, percebemos com maior compreensibilidade como o ciclo da desinformação não é algo complexo. Por isso, a desinformação nas redes se tornou por algo tão trivial em nosso cotidiano.

5.3.1 Negacionismo e revisionismo

Esses termos, embora sejam utilizados como sinônimos, são fenômenos diferentes. Isso se justifica porque são palavras com conotação negativa. A questão é complexa, sem dúvida, porém um ponto nos parece cristalino: o revisionismo contradiz verdades factuais que redirecionam a compreensão dos/sobre os fatos e, por consequência, da produção do conhecimento histórico, enquanto o negacionismo é funesto e obscurantista, a própria negação da História. Nesse sentido, em

relação aos efeitos da covid 19 na população brasileira, teríamos como exemplo de negação a cientificidade da eficácia do uso da cloroquina, e como revisionismo, a tentativa de recontar estatisticamente os números de vítimas da covid para menos, a fim de minimizar os dados efetivos dessa danosa pandemia.

Tanto o negacionismo quanto o revisionismo trazem sérios problemas na construção da memória e, conseqüentemente, da história. De acordo com Mariana Cunha Fontes (2021), as *fake news* são vistas como um problema para o historiador:

[...] embora elas não condigam com os acontecimentos históricos, elas atingiram grande camada da população e foram usadas como ferramenta de ascensão[...] para que tal discurso fosse aceito pela população, foi necessário gerar uma nuvem de desconfiança em torno da História e dos historiadores. De modo geral, no livro é trazida a ideia de que o Brasil se encontra em uma “Fake História”, [...] em que o historiador é colocado como alvo constante de ataques. (FONTES, 2021, p. 818)

Sobre o negacionismo, é necessário desconstruir o senso comum de que simplesmente significa negar determinada realidade. Na verdade, as estratégias negacionistas são muito mais amplas do que a simples negação de determinado acontecimento ou realidade. Trata-se muito mais de construções retóricas com o objetivo de convencer e de persuadir, em que são utilizadas diversas estratégias de comportamento até discursivas. Corriqueiramente, é sempre pseudocientífico ou anticientífico, normalmente até atacando o campo científico como estratégia. É importante lembrar que esse processo muda, ao longo do tempo, de acordo com as conjunturas históricas, políticas e culturais do momento. Como exemplo: atualmente, é imprescindível estudar o

fenômeno do negacionismo levando em consideração os aspectos das *fake news* como o principal meio de difusão, o meio digital, diferentemente do que acontecia no século XX, quando o negacionismo era compartilhado de forma diferente e por outros caminhos, como já foi abordado em capítulo anterior.

Assim, “revisionismo” é compreendido como uma forma de retomar o passado, algumas vezes, negando crimes ou determinados eventos históricos ou minimizando ou relativizando sua importância ou as responsabilidades do Estado e da sociedade. O fenômeno está relacionado à negação, por se pressupor um consenso científico por meio de um movimento de opinião organizado que trabalha com a desinformação.

O revisionismo, em vez de negar a existência do fato, procura interpretações que desconstruam a hegemonia em torno dele, sobretudo se for uma hegemonia cientificamente embasada na comunidade de pesquisadores. Normalmente são debates que ocorreram no âmbito da historiografia com critérios científicos, que não estão isentos de polêmicas e de equívocos. O termo revisionismo recebeu, ao longo do século XX, uma variedade de sentidos: apropriado de forma positiva, pejorativa, servindo de formas plurais a acirradas disputas políticas e ideológicas, às vezes em querelas acadêmicas e intelectuais, estranhas às disputas políticas e ideológicas e, eventualmente, aproximando e se fundindo com a ideia de negação. Normalmente o debate é feito sob alguns critérios e controle e pode circular em espaços e suportes científicos.

As chamadas “políticas de esquecimento” apresentam-se com vários aspectos: seja pela determinação da amnésia coletiva, por meio de

leis de anistia ⁸⁹, pela tentativa de modificar a verdade factual ⁹⁰ (ARENDT, 2009), assim como fazem os movimentos revisionistas. Para a autora, a verdade relaciona-se com várias pessoas, porque está diretamente ligada a acontecimentos que envolvem muitas testemunhas e que são amparados por testemunhos. Partindo desse entendimento, os factos fundamentam as opiniões desde que respeitadas as informações. Por outro lado, alerta a autora:

A liberdade de opinião é uma farsa se a informação sobre os factos não estiver garantida e se não forem os próprios factos o objecto do debate. Por outras palavras, a verdade de facto fornece informações ao pensamento político tal como a verdade racional fornece as suas à especulação filosófica (ARENDT, 1961, p. 238).

Por analogia, se pensarmos que a informação é um fato materializado ou não, o revisionismo e o negacionismo poderão causar distorções e modificações no campo da memória, seja ela coletiva e/ou social, e, como consequência, para a história, sobretudo ao considerar as fragilidades da própria memória, como a disputa interna e sua constituição entre lembranças e esquecimentos, ou mesmo provocar o que podemos denominar de pseudomemórias.

5.3.2 Memória: pseudomemórias

O conceito de pseudomemórias, segundo nossa análise, é um sintoma, algo que sempre existiu em nossa sociedade como consequência

⁸⁹ Em relação à Anistia, pactuamos do pensamento de Robin (2016), ao entendê-la como uma estratégia adotada como forma de esquecimento ou de perdões sistemáticos cujo objetivo é de anular o passado por meio de processos de reconciliação, uma vez que inibe a ação pública interrompendo procedimentos em cursos. Ação predominante do poder público que se caracteriza como um dos quatro pilares que oportunizam o esquecimento.

⁹⁰ Uma verdade baseada em fatos, sem interferências.

do processo de revisão ou negação, embora já tenhamos deixado claro que são coisas distintas, que trazem as pseudomemórias como fruto do processo para inteligência da sociedade.

As memórias sociais e individuais têm relação direta vinculada à noção de sociotransmissores, que podem ajudar a compreender como as memórias individuais também recebem orientações próprias a partir das relações com os grupos, o que torna operatório o entendimento de memória partilhada uma vez que ela “[...] sugere a existência de processos concretos de convergência, de encontros e de agregação de recordações, tornadas possíveis pela presença dos sociotransmissores” (CANDAU, 2005, p. 97).

Ao tratar de memórias compartilhadas, podemos inferir que elas ocorrem por meio de veiculação registrada formalmente, disponibilizada ou evocada por elementos sociotransmissores, mas que, de alguma forma, alcançará um destino desde que haja um interessado. Nesse sentido, as memórias existem e, em algum momento ou circunstância, serão evocadas e contribuirão para alimentar a história.

Por outro lado, tudo se complica quando as memórias são construídas sob a égide das *fake news*, estruturadas graças a todo um coletivo que insiste em compartilhar e arregimentar tais informações ainda que em pequenos grupos, e, paulatinamente, espalham-se, a depender das estratégias de compartilhamento. Nesse aspecto, todas as memórias construídas e disponibilizadas, em algum momento, podem despertar interesses, porque a memória determinada pelas *fake news* também despertam interesses coletivos, políticos e culturais e é transformada pelo uso das mídias digitais, que aceleram seu

compartilhamento e reforçam seu lugar de “verdade”, concedendo-lhe fermento para construir as pseudomemórias (SOUZA, OLIVEIRA; OLIVEIRA 2020).

Sobre pseudomemória, podemos entender como algo ocorrido e/ou pensado no passado, que não aconteceu nem foi pensado da forma como foi relatado e que não experienciamos. A memória não é um retrato fiel do acontecido, mas uma reconstrução. Loftus (1997, 2003b) defende que a memória é algo precioso na vida do indivíduo, pois dá a cada um sua identidade, interligando aos seus familiares e amigos. Preliminarmente, a memória pode parecer fixa e estabelecida, mas é maleável e inexata e pode ser criada, modificada e, até mesmo, perdida ao longo da vida.

Nossa cognição é vulnerável ao erro, por funcionar de maneira associativa. Em seus vários estudos, Loftus e Hoffman (1989) concluíram que a memória das pessoas não é somente a lembrança do que elas fizeram, mas também uma aglutinação de tudo o que pensam, acreditam e recebem do meio externo. Os construtivistas, baseados na obra do psicólogo suíço Jean Piaget (1967), entendem que o conhecimento é adquirido através da interação do indivíduo com o ambiente em que vive. As pessoas se lembram do que entendem ser o significado do fato e não, necessariamente, dele em si, e isso pode lembrar informações incorretas e, até mesmo, falsas memórias.

Os eventos são interpretados conforme sua vivência e as interpretações integradas às estruturas semânticas do indivíduo, conhecidas como esquemas. Portanto, o conteúdo da informação é, indubitavelmente, modificado na memória. O poder da sugestão na construção de pseudomemórias já era analisado por Stern (1910), ao

concluir que é possível criar erros de memória como recurso para perguntas sugestivas. Ele já advertia para a importância do questionamento feito a pessoas expostas a sugestões, quando se pretende recordar informação. Isso pode ser especialmente crítico quando a intenção é de averiguar os fatos reais, como acontece nos contextos social, político e jurídico.

Depois dessas considerações, certamente surge o questionamento: Por que usar o termo pseudomemórias, e não, falsas memórias? O conceito de falsas memórias - ou memórias ilusórias - surgiu na área da Psicologia. Na maioria das situações, a ocorrência de uma falsa memória pode ser inócua. Obviamente o conceito nos leva a compreender algumas circunstâncias, porém não contempla onde queremos chegar.

Estamos nos referindo às memórias coletivas possíveis, que não existem fora dos quadros sociais de que os sujeitos sociais se servem para fixar e recobrar suas recordações e que, de alguma maneira, são evocadas por meio dos elementos sociotransmissores, que, segundo Candau (2005, p. 95), constituem-se de tudo aquilo que [...] mobilia o mundo (objetos tangíveis e intangíveis, como, por exemplo, os lugares de memória, os seres animados, seus comportamentos e o que eles produzem) que permitem estabelecer uma cadeia causal cognitiva [...].

Ao perseguir as *fake news* e sua relação com a memória que alimenta a história, deve assentar-se nas verdades factuais (ARENDT, 1961), porque elas têm a condição de fomentar outras memórias geradoras de identidades. Para Candau (2013, p 19), a memória participa da construção identitária, “molda predisposições que vão levar os indivíduos a ‘incorporarem’ certos aspectos particulares do passado, a

fazer escolhas memoriais. [...] memória e identidade se entrecruzam indissociáveis, se reforçam mutuamente [...]"

Nesse sentido, considerando o papel fundante da memória na construção identitária, ela deve ser assentada em informações factuais. Portanto, é preciso atentar para as informações compartilhadas, uma vez que “os indivíduos, em razão da impossibilidade de suportar as imensas cargas memoriais, são, muitas vezes, incapazes de conferir sentido às informações adquiridas (CANDAU, 2011, p. 114) ou disponibilizadas, provocando o que os anglossaxões denominam de *information overload*⁹¹.

As informações produzidas alimentam a memória porque “o homem nu não existe porque não há indivíduo que não carregue o peso de sua própria memória sem que ela seja misturada com a sociedade à qual pertence”. Essas memórias são materializadas por meio das informações constantes nos documentos em sentido plural, ou como diria Frohmann (2008), a materialidade da informação ou sua documentalidade. Nesse aspecto, consideramos que todos os documentos oficiais produzidos no período da pandemia são dotados de documentalidade, portanto, de força propulsora da memória.

Nos tempos da pandemia viral do SARs covid 19, foram muitos os documentos públicos que representaram o ponto de vista do governo e, por conseguinte, das políticas públicas estabelecidas por ele. A maioria deles assentados em *fake News*, partilhadas, inclusive, pelos canais formais do governo, como, por exemplo, todas as evidências expostas pela Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado ⁹², a CPI da

⁹¹ Sobrecarga de informações (CANDAU, 2013. Tradução nossa).

⁹² CPIPANDEMIA - CPI da Pandemia - Atividade Legislativa - Senado Federal. Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/comissoes/comissao?codcol=2441>>. Acesso em: 18 set. 2022

Pandemia, no ano de 2021, que teve como objetivo apurar as ações e as omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia da covid-19 no Brasil. Esses documentos vão, de alguma maneira, construindo a memória histórico-social da época, ainda que suas informações sejam falsas.

Pensar em memórias construídas a partir dessas falsas informações significa, por extensão, construir e compartilhar falsas memórias, ou memórias falsas, o que denominamos linguisticamente de pseudomemórias, que são as memórias compartilhadas, armazenadas e preservadas a partir de um conjunto de *fake news*. Essas memórias alimentarão um presente e um futuro assentados na falsidade ou nas *fake news*.

Esse pressuposto afeta toda uma circularidade memorial, ou seja, as *fake news*, que, uma vez preservadas e compartilhadas, geram memórias falsas e um futuro também falso, o que concorre para o que Souza, Oliveira e Oliveira (2020) designam de pseudomemória, para se referir às memórias construídas com falsas informações, muitas vezes embutidas de fatores ideológicos e interesses políticos. Os motivos para isso são os mais variados, e as pseudomemórias são usadas como um trunfo para maquiar e esconder a verdade na história.

6 IMPACTOS E ANÁLISES

*“Quantas vezes se leu nessa semana
Essa história contada assim por cima
Pois a verdade não rima.”
Marcelo D2⁹³*

Neste capítulo, trazemos uma abordagem sobre a influência do compartilhamento de *fake news* na sociedade por parte de autoridades, analisamos alguns casos concretos e apuramos os impactos negativos promovidos pela veiculação de *fake news* e a desinformação por parte de autoridades durante a pandemia da covid-19.

A verdade é que o mundo reúne alguns fatores que facilitam cada vez mais surtos e epidemias e até pandemias. Devido à destruição das florestas, com o avanço das cidades e da agropecuária, cada vez mais, temos contato com os vírus que estavam guardados na natureza que, conseqüentemente, podem sofrer mutações e afetar nossa espécie. As mudanças climáticas, com o aumento da temperatura do planeta, facilitam a disseminação de mosquitos que transmitem doenças, como gripe e malária. Devido à onda de recusa de vacinas e ao fato de menos pessoas estarem imunizadas, as doenças já controladas podem retornar, assim como o sarampo e a pólio. As viagens internacionais, nos dias de hoje, são muito mais fáceis. Cruzar continentes e oceanos em questão de horas propicia uma exponencial transmissão de doenças.

Desde que a covid-19 se instalou no Brasil, em março de 2020, a produção em escala de notícias falsas sobre o novo coronavírus tornou difícil para a população em geral encontrar notícias oficiais e verdadeiras

⁹³ MARCELO D2. A verdade não rima. Pupila Dilatada: 2020 MP3: 2:30min. Disponível em: <
https://www.youtube.com/watch?v=DAu_V0C6wTQ>

a respeito do assunto. Por isso, todos os dias, boatos e *fake news* acerca dos imunizantes contra a covid-19 viralizam.

6.1 ESTELIONATO MEDICINAL E A COVID-19 NO BRASIL

No Brasil, a pandemia de covid-19 trouxe uma epidemia de contradições, não apenas por causa da novidade da doença, mas também da dispersão de informações fraudulentas. Os grandes eixos de discussão são: as medidas gerais de prevenção, os tratamentos em diferentes níveis de gravidade e de complexidade e o desenvolvimento de vacinas e da vacinação.

No Código Penal, o estelionato se apresenta no art. 171 do Decreto-Lei nº. 2.848, de 7 de dezembro de 1940, que tipifica o crime de estelionato em seu capítulo V:

Art. 171 - Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento:
Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, de quinhentos mil réis a dez contos de réis. (BRASIL, 1940)⁹⁴

A expressão jurídica estelionato advém da palavra grega *stelio*, que nomeia uma espécie de lagarto que muda de cor para iludir suas presas. A origem da palavra combina com a nomenclatura atribuída a quem pratica o tipificado no delito, que, nesse caso, utiliza artimanhas para enganar determinada pessoa (RIBEIRO, 2019). O crime de estelionato exige quatro requisitos para ser determinado: 1) obtenção de vantagem ilícita; 2) prejuízo a outra pessoa; 3) uso de meio de ardil ou artimanha, 4) enganar alguém ou levá-lo a errar. Trata-se de crime contra o patrimônio, em que a legislação penal visa proteger a inviolabilidade

⁹⁴ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm

patrimonial orientada pela prática de atos que visam enganar a vítima e beneficiar o agente (CUNHA, 2019). Porém, em nosso caso, usamos a expressão “estelionato medicinal” com o objetivo de relacionar a criação e a divulgação de *fake news* e de ludibriar os receptores das informações prejudicando o seu maior patrimônio: a vida.

A multiplicação de informações desarmônicas nos espaços que tinham a obrigação de fornecer acesso confiável à informação, principalmente no momento de uma pandemia, foi na contramão da lógica, o que resultou na ampliação de infectados e no aumento do número de mortes pela covid-19. Em todo o mundo, os setores de saúde trilharam os caminhos da disponibilização de métodos seguros para a prevenção e a pesquisa em busca de soluções, como remédios e vacinas, e o Brasil enfrentava o negacionismo e a ciência, o que resultou, até agosto de 2022, em mais de 683 mil mortes por essa doença, infelizmente um saldo que se eleva todos os dias. Podemos afirmar, com convicção, que, no Brasil, quase todas as famílias perderam, no mínimo, um parente ou amigo.

Quanto à Organização das Nações Unidas (ONU), a desinformação a respeito do covid-19 é “mais mortal do que qualquer outra desinformação”, pois, ao observar o cenário inicial da pandemia, quando não existia imunizante ou medicamento, “o acesso à informação confiável pode significar a vida ou a morte”. A infodemia é o termo empregado pela Organização Pan-americana de Saúde (OPAS) para designar

[...]um grande aumento no volume de informações associadas a um assunto específico, que podem se multiplicar exponencialmente em pouco tempo devido a um evento específico, como a pandemia atual. Nessa situação, surgem

rumores e desinformação, além da manipulação de informações com intenção duvidosa. Na era da informação, esse fenômeno é amplificado pelas redes sociais e se alastra mais rapidamente, como um vírus (OPAS, 2020).⁹⁵

Ao mesmo tempo, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou o surto de covid-19 e uma onda de infodemia. Durante os meses de confinamento por necessidade e em consequência de uma “quarentena” devido à covid-19, a sobrecarga mental causada pela infodemia nos tornou mais vulneráveis a um golpe maior que abusa do uso da engenharia social⁹⁶.

Eram tantas as informações, algumas precisas e outras imprecisas (ou melhor, verdadeiras ou falsas), que era difícil encontrar fontes confiáveis para orientações quando necessário. Com a infodemia, a quantidade de informações relacionadas a determinado tema se multiplicou, em um curto período de tempo, devido à pandemia da covid-19. Diariamente, havia rumores e desinformações assim como a manipulação de informações com intenções e objetivos bem duvidosos. Na era da sociedade da informação, a disseminação de informações/desinformações é amplificada pela rede e se espalha rapidamente como um vírus.

Portanto, compreender o que a sociedade pensa sobre ciência e tecnologia e temas afins é importante não apenas para pesquisadores, mas também para gestores, educadores, comunicadores e jornalistas envolvidos na formulação e na implementação de políticas públicas. A

⁹⁵ Organização Pan-Americana da Saúde - OPAS. Organização Mundial da Saúde - OMS. Repositório Institucional para Troca de Informações - Iris. Fichas Informativas COVID-19: entenda a infodemia e a desinformação na luta contra a COVID-19 [Internet]. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde; 2020. <https://iris.paho.org/handle/10665.2/52054?locale-attribute=pt>

⁹⁶ Uma técnica empregada pelos criminosos virtuais destinada a induzir usuários desavisados a enviar dados confidenciais, infectar seus computadores com malware ou abrir links para sites infectados.

ciência e a tecnologia fazem parte cada vez mais de importantes debates políticos e sociais como mecanismos para ajudar a acelerar o desenvolvimento sustentável no Brasil.

Além disso, as informações e as diretrizes que contrariam o conhecimento científico foram amplamente divulgadas, o que afetou as respostas às crises de saúde. Como a covid-19 emergiu nos últimos anos, até o momento, poucas foram as investigações empíricas a respeito da disseminação da desinformação ou suas origens sociais. Nesse sentido, houve um movimento de busca por informações a respeito desse agente infeccioso que mudou a rotina de todos repentinamente.

Há uma percepção geral de que, nas redes sociais, a informação é mais pessoal, e as pessoas acabam acreditando nela e ajudando-a a espalhar-se rapidamente na plataforma. Além disso, algumas notícias usam seu apelo emocional para fazer as pessoas apoiarem um ponto de vista sem pensar. Como resultado, muitas foram (e continuam) espalhando as informações nas redes sociais por meio de compartilhamento instantâneo sem qualquer checagem, como um telefone sem fio, em que, geralmente, a mensagem final é bem diferente do que o primeiro falou.

Em 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) decretou ‘emergência de saúde pública de importância internacional’ em virtude da detecção de casos de covid-19⁹⁷. Já em 26 de janeiro de 2022, o Ministério da Saúde confirmou o primeiro caso de coronavírus no

⁹⁷OMS declara emergência de saúde pública de importância internacional por surto de novo coronavírus - <https://www.paho.org/pt/news/30-1-2020-who-declares-public-health-emergency-novel-coronavirus>

Brasil ⁹⁸. O ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, naquele momento, garantiu:

A população brasileira terá todas as **informações necessárias** para que cada um tome suas precauções, que são cuidados com a higiene e etiqueta respiratória, como lavar as mãos e o rosto com água e sabão. Esse é um hábito importante e higiênico para evitar não só doenças respiratórias como outras doenças de circuito oral. (UNA-SUS, 2020)

Infelizmente não foi isso que aconteceu em nosso país. Vivenciamos um momento crítico e preocupante, pois saúde remete a vida. Uma demanda considerável apresentada em meio a uma guerra informacional seria a diminuição da mortalidade por covid-19, ou qualquer outra enfermidade por meio do acesso universal e igualitário às ações de vigilância em saúde e à rede de atenções básicas de saúde e suas especialidades. No entanto, esse atendimento universal e igualitário vem diminuindo exponencialmente por motivos diversos, principalmente por causa dos cortes dos gastos públicos ou da concentração do oferecimento de tratamento de posse do interesse privado.

Em meio à pandemia, no Brasil, uma das discussões polêmicas envolveu a pseudociência, as contradições científicas, as teorias conspiratórias (que alimentam a desinformação) e suas consequências para adotar medidas de contenção e tratamento da doença por parte de políticos e da sociedade, assim como o compromisso com a confirmação discursiva da informação para combater essa desordem informacional que vivemos. A periculosidade e a insegurança causadas pela nova doença desencadeou uma onda de uso indiscriminado de remédios que,

⁹⁸Coronavírus: Brasil confirma primeiro caso da doença - <https://www.unasus.gov.br/noticia/coronavirus-brasil-confirma-primeiro-caso-da-doenca>

supostamente, serviriam para combater o vírus, sem pensar se realmente eram eficazes e seguros.

No Brasil, quando a covid-19 começou a avançar, as autoridades tiveram dúvidas sobre se a população deveria simplesmente escolher entre o isolamento domiciliar e a volta às atividades laborais para literalmente não passar fome. Isso gerou um desespero coletivo, principalmente porque o governo não levava a doença a sério e a tratava apenas como uma “gripezinha”. A recomendação do uso da droga antimalárica chamada cloroquina foi um dos símbolos do uso descontrolado de remédios por parte da sociedade. O outro fármaco indicado foi a ivermectina, usualmente usado para tratar parasitas intestinais em animais, e sarna, em humanos. Essas indicações partiram de diversas partes, na tentativa de resolver essa “incerteza”, principalmente influenciada pelo maior representante do Brasil, uma espécie de estelionato, algo que poderíamos denominar de “estelionato medicinal”, já que não existia nenhum estudo com resultados que mostrassem a eficácia dos fármacos.

Por esse motivo, partilhamos da opinião de Boaventura de Souza Santos (2020) ao afirmar que “o tempo político e midiático condiciona o modo como a sociedade contemporânea se apercebe dos riscos que corre” (SANTOS, 2020, p. 22). Em outras palavras, ao usar a habilidade de explorar o desconhecimento para adquirirmos mais poder, descobrimos, com a pandemia, uma recessão preocupante, dura, com letalidade expressiva e transmissão veloz que, rapidamente, mobilizou a comunidade científica em todo o mundo assim como as mídias e os poderes políticos para resolver seus danos, contudo sem combater suas causas.

Fake news é um tema importante no cenário político e social brasileiro. A expressão traz um contraste: a palavra fake, como adjetivo, altera a própria natureza do substantivo news, uma vez que, em regra e pela lógica, seria de esperar que as notícias difundissem apenas informações verdadeiras. Entretanto, o conceito foi popularizado por governos que se mantêm em luta com a verdade e têm o hábito de divulgar desinformações.

A infodemia, no contexto da covid-19 no Brasil, tem uma figura representativa que ocupa um cargo que gera uma imensa repercussão popular por causa de sua atuação negacionista: o então presidente Jair Bolsonaro. Porém o Ministério da Saúde e seus órgãos, responsáveis por orientar e criar uma política sanitária, principalmente divulgando notícias que assegurem a população sobre o combate à covid-19, ficaram quietos ou prestaram o desserviço de divulgar informações cientificamente duvidosas.

Em agosto de 2020, a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), através do jornalista Paulo Schueler, em artigo publicado no site da fundação, já anunciava o que acontecia pelo mundo:

Em 2019, a Organização Mundial da Saúde (OMS) já listava a “hesitação em relação às imunizações” entre os 10 maiores desafios de saúde pública global, após o número de casos de sarampo triplicar no mundo, em relação a 2018. Segundo a OMS, essa hesitação, fruto da desinformação e compartilhamento das chamadas *fake news*, “ameaça reverter o progresso feito no combate às doenças evitáveis por meio de vacinação”. Durante a pandemia da COVID-19, esses grupos não retrocederam – e o estrago que fazem colaboram para o que a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) definiu como “infodemia”, a pandemia da desinformação. (SCHUELER, P. 2020)

Para a Organização das Nações Unidas (ONU), as *fake news* a respeito do covid-19 foram “mais mortais do que qualquer outra desinformação” para a população, visto que, devido à situação pandêmica, em que ainda não existia nenhum imunizante ou medicamento, “o acesso à informação confiável poderia significar a vida ou a morte”.

Ainda em relação ao Brasil e ao chefe do Executivo, inúmeras foram as cenas de que o presidente foi protagonista, ao se empenhar em alicerçar a ideia de que não era essencial usar máscara, depreciar continuamente as vacinas desenvolvidas por diversos laboratórios e usar isso como justificativa para não adquiri-las ⁹⁹, recusando escrupulosamente as ofertas, principalmente, por sua desconfiança infundada a respeito da vacina desenvolvida pelo laboratório chinês Sinova¹⁰⁰, como a CoronaVac, o qual estabeleceu uma parceria com o Instituto Butantan¹⁰¹, com o objetivo de produzi-la no Brasil. A pesquisa, intitulada ‘As *fake news* estão nos deixando doentes?’, realizada pela Sociedade Brasileira de Imunizações (SBIm) e pela Avaaz¹⁰², ainda em 2019 (antes da pandemia), expôs que, sete de cada 10 brasileiros acreditam em alguma desinformação a respeito de vacinas.

⁹⁹ GUEDES, P. O. CPI da Covid: Governo Bolsonaro recusou 11 vezes ofertas para compras de vacina. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/blog/octavio-guedes/post/2021/04/27/cpi-da-covid-governo-bolsonaro-recusou-11-vezes-ofertas-para-compras-de-vacina.ghtml>>. Acesso em: 30 ago. 2022.

¹⁰⁰ “Não acredito que vacina chinesa transmita segurança pela sua origem”, diz Bolsonaro - 22/10/2020 - Cotidiano - Folha. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/10/nao-acredito-que-vacina-chinesa-transmita-seguranca-pela-sua-origem-diz-bolsonaro.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2022.

¹⁰¹ Butantan e Governo de SP vão testar e produzir vacina inédita contra coronavírus. Disponível em: <<https://butantan.gov.br/noticias/butantan-e-governo-de-sp-vaio-testar-e-produzir-vacina-inedita-contracoronavirus>>. Acesso em: 30 ago. 2022.

¹⁰² As *fake news* estão nos deixando doentes? Disponível em: <<https://sbim.org.br/images/files/po-avaaz-relatorio-antivacina.pdf>>. Acesso em: 30 ago. 2022.

Outra cena pitoresca e que, provavelmente, ficará na memória/história do nosso país foi a corrida do presidente atrás de uma ema (figura 14) e segurando uma caixa de hidroxicloroquina, um medicamento usado para prevenir e tratar malária sensível, mas que foi recomendado, por muitas vezes, pelo chefe de Estado e membro de sua equipe, alguns até médicos e cientistas. A hidroxicloroquina é um medicamento comprovadamente danoso e ineficaz no tratamento da doença causada pelo coronavírus¹⁰³, mas amplamente apadrinhado pelo entusiasmo presidencial durante pronunciamentos em *lives* nas redes sociais. Some-se a isso as rotineiras visitas a espaços públicos e à imprensa, quase sempre estava sem máscara e gerando aglomeração em suas apresentações públicas.

Figura 16: Jair Bolsonaro segura uma caixa de cloroquina do lado de fora do Palácio da Alvorada



Fonte: REUTERS/Adriano Machado

¹⁰³ The Lancet publica artigo sobre ineficácia da hidroxicloroquina para a covid. Disponível em: <<https://abcfarm.org.br/the-lancet-publica-artigo-sobre-ineficacia-da-hidroxicloroquina-para-a-covid/>>. Acesso em: 30 ago. 2022.

Além do somatório de todos esses elementos, o presidente recusou dar auxílio emergencial para facilitar a preservação do isolamento da população em suas casas, e a versão do benefício só foi apresentada pelo chefe do Poder Executivo depois de um amontoado de críticas por sua omissão na pandemia. A proposta só foi aprovada pela bancada de oposição ao governo no Congresso¹⁰⁴. O ponto mais caro a esta pesquisa foi a propagação das notícias falsas, que gerou um efeito cascata prejudicial à população e aumentou o número de casos exponencialmente.

6.2 DA ANÁLISE: OS CASOS

Para iniciar a análise, é importante esclarecer os critérios que foram adotados e quais são seus segmentos. Inicialmente vamos conceituar o que é transparência ativa e passiva, expressões derivadas da Lei de Acesso à Informação (LAI) nº 12.527, uma lei ordinária federal que regulamenta a reserva legal, no art. 5º, XXXIII da Constituição Federal, sancionada em 18 de novembro de 2011.

Em seu portal de acesso à informação, o Governo federal define a transparência ativa¹⁰⁵ como “a divulgação de dados por iniciativa do próprio setor público, ou seja, quando são tornadas públicas informações, independente de requerimento, utilizando principalmente a Internet”. Um exemplo disso seria uma publicação e/ou uma declaração de informações de relevância popular, em sites oficiais dos

¹⁰⁴ NUNES, F. Quem é o pai do Auxílio: o Congresso ou o presidente? Tanto faz. Disponível em: <<https://www.jota.info/opiniao-e-analise/columnas/quaest-opiniao/quem-e-o-pai-do-auxilio-o-congresso-ou-o-presidente-tanto-faz-09072020>>. Acesso em: 30 ago. 2022.

¹⁰⁵ Aspectos gerais - Lei de Acesso à Informação. Disponível em: <<https://www.gov.br/acessoainformacao/pt-br/perguntas-frequentes/aspectos-gerais#9>>. Acesso em: 30 ago. 2022.

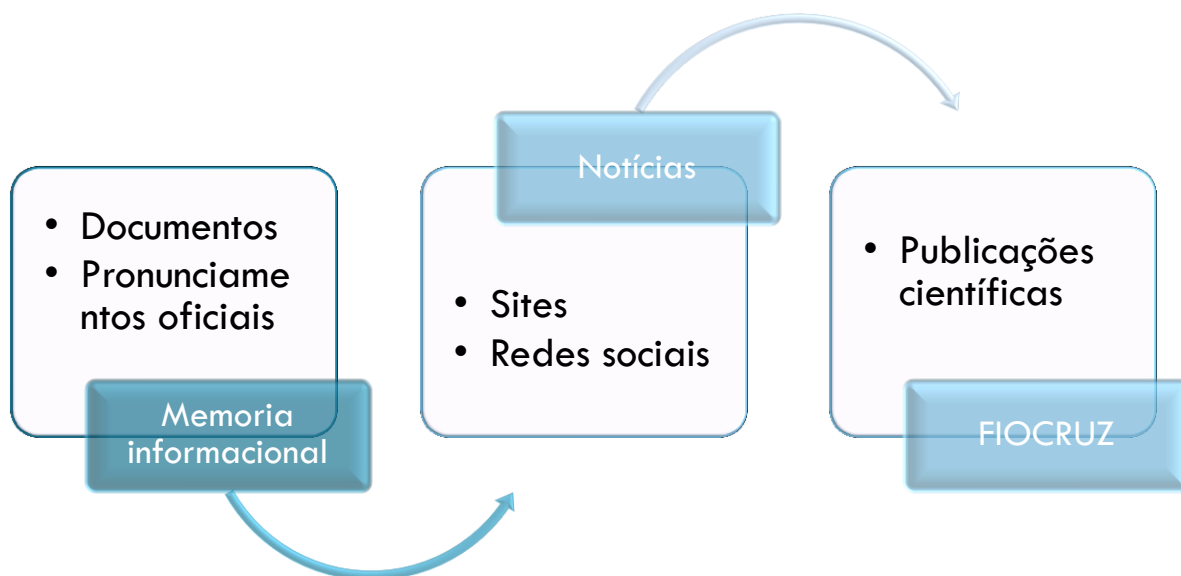
órgãos públicos. A transparência passiva¹⁰⁶ é “a disponibilização de informações públicas em atendimento a demandas específicas de uma pessoa física ou jurídica”. Por exemplo, a resposta a uma solicitação de informação realizada para determinado Ministério, seja por meio físico ou digital.

Considerando os conceitos apresentados, podemos considerar que, em tempos pandêmicos, é de suma importância que a transparência ativa esteja presente no serviço público, principalmente nos órgãos de saúde. Além disso, é indiscutível a necessidade de as informações divulgadas nos canais serem verdadeiras. Parece até absurdo precisar exigir esse tipo de necessidade, no entanto, vivemos hoje a era da desinformação. Analisamos algumas publicações em canais oficiais do Governo Federal, mais especificamente, do Ministério da Saúde, no período de 2020 e 2022, no que concerne à pandemia da covid-19. Para isso, fizemos uma triangulação entre:

- Notícias e orientações compartilhadas nos canais oficiais do Ministério da Saúde;
- Notícias veiculadas em sites e redes sociais, divulgadas a partir de falas de autoridades que fazem parte do Governo Federal;
- Fonte principal de checagem: o Portal da Fundação Oswaldo Cruz, também conhecida como Fio Cruz, instituição renomada no Brasil e no mundo.

¹⁰⁶ Aspectos gerais - Lei de Acesso à Informação. Disponível em: <<https://www.gov.br/acessoainformacao/pt-br/perguntas-frequentes/aspectos-gerais#11>>. Acesso em: 30 ago. 2022.

Figura 16: Da análise



Fonte: Elaborado pela pesquisadora

Ao fim de cada caso, faremos a análise a partir dos métodos já propostos.

6.2.1 Caso I - Hidroxicloroquina funciona e vacina não, diz Ministério da Saúde

Em janeiro de 2022, uma afirmação feita em uma nota técnica foi assinada pelo secretário do Ministério da Saúde, Hédio Angotti Neto, para rejeitar uma diretriz do SUS. A informação também discordava de órgãos do Governo Federal, como Anvisa, Conitec e autoridades sanitárias que são referência em todo o mundo. Em matéria do portal O Globo:

A posição consta no documento em que Angotti Neto baseou sua decisão de rejeitar um protocolo aprovado pela Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde (Conitec), que contraindica o uso do 'kit Covid', ou tratamento precoce, em pacientes

em regime ambulatorial, ou seja, que não estão internados (GULLINO, 2022).¹⁰⁷

O médico e secretário de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, Hélio Angotti Neto, chancelou a Nota Técnica nº 2/2022-SCTIE/MS (Figura 15), em que declarou que as vacinas contra a covid-19 não eram eficientes, apesar de sua segurança já ter sido comprovada nos ensaios clínicos. Em pleno janeiro de 2022, ele afirmou que a hidroxicloroquina é eficaz e protege contra o covid-19. No entanto, estudos que vinham sendo feitos desde março de 2021 asseveraram a ineficácia do medicamento, e a Organização Mundial da Saúde (OMS) também não recomenda oficialmente seu uso para o tratamento ou prevenção da covid-19.

Figura 17: Tabela encontrada na Nota Técnica nº 2/2022-SCTIE/MS publicada pelo Ministério da Saúde

Tabela 1 - Tecnologias em saúde propostas para COVID-19 e respectivas informações usualmente relevantes para suas eventuais recomendações.

Tecnologia	Há demonstração de Efetividade em estudos controlados e randomizados?	Há demonstração de segurança em estudos experimentais e observacionais adequados para tal propósito?	Estudos predominantemente financiados pela indústria?	Custo	As sociedades médicas recomendam?
Manobra de prona *	não	não	não	baixo	sim
Hidroxicloroquina**	sim	sim	não	baixo	não
Vacinas***	não	não	sim	alto	sim
Ventilação não invasiva****	não	não	não	alto	sim
Anticorpos monoclonais*****	sim	sim	sim	alto	sim

Fonte: Nota Técnica nº 2/2022-SCTIE/MS, divulgada em 21/01/2022

¹⁰⁷ GULLINO, P. F. E. Em nota técnica, secretário do Ministério Saúde diz que vacina não tem efetividade, mas hidroxicloroquina tem. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/saude/em-nota-tecnica-secretario-do-ministerio-saude-diz-que-vacina-nao-tem-efetividade-mas-hidroxicloroquina-tem-1-25364175>>. Acesso em: 30 ago. 2022.

Depois de muita polêmica, o Ministério da Saúde alterou, na noite do dia 24/01/2022, a Nota Técnica nº 2/2022, cuja versão anterior tinha uma tabela que refusava a eficácia do imunizante que combate a covid-19, porém conferia efetividade ao fármaco hidroxiquina. A tabela foi retirada do documento, e a versão atualizada foi publicada em portaria no Diário Oficial da União no dia 24/01/2022. A nova nota técnica foi publicada também no site da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias (Conitec).

Alguns dias depois, o conteúdo do documento foi questionado e protocolado no STF pelo partido Rede Sustentabilidade. O Ministério Público Federal (MPF) solicitou explicações e argumentou que “os normativos contrariam temas já pacificados pela comunidade científica a respeito do tratamento e combate ao coronavírus”.

Em resposta ao pedido de explicações do Supremo Tribunal Federal (STF), o secretário Hélio Angotti Neto explicou que só estavam disponíveis “os resultados de publicações interinas em termos de eficácia e segurança” da vacina contra a covid-19”, justificando que tais documentos eram os únicos disponíveis na época em que a nota foi elaborada. Porém, o portal da Fiocruz, ainda em 2020, já classificava como *fake news* a 'eficácia' da hidrocloroquina contra covid-19:

Estudo realizado entre 11 de abril e 13 de maio, aponta que, entre as *fake news* notificadas pelo app, 24,6% afirmam ser a doença uma estratégia política, 10,1% ensinam métodos caseiros para prevenir o contágio do novo coronavírus, 10,1% defendem o uso da cloroquina e hidroxiquina sem comprovação de eficácia científica e 7,2% são contra o distanciamento social (FIOCRUZ, 2020).

Não só a Fiocruz já havia consolidado a ineficácia do fármaco para tratamento da covid-19 no ano de 2022, porquanto esse tipo de

tratamento já havia sido abandonado, principalmente devido às reações adversas e às sequelas causadas em quem o usou com a intenção de combater o covid-19.

6.2.1.1 *Análise do Caso I*

De acordo com o paradigma indiciário de Carlo Ginzburg (1990), é intrigante o recuo do secretário ao expor suas intenções de querer ludibriar os cidadãos brasileiros a respeito do uso de fármacos sem eficácia para a covid-19, sobretudo porque já havia diversos estudos científicos confiáveis, nacionais e internacionais sobre o tema desde o ano de 2020. O caso ocorreu em janeiro de 2022. O secretário do Ministério da Saúde procurou praticar desinformação com a população brasileira e acompanhar a tendência antivacina praticada pelo governo.

No quadro 12, apresentamos os critérios taxonômicos de Júlio Aróstegui (2006) em que o caso se enquadra:

Quadro 12: Análise do Caso I

Critérios taxonômicos - Fontes				
(Júlio Aróstegui - A Pesquisa Histórica (2006))				
Caso I	Posicional (diretas e/ou indiretas)	Intencionalidade (voluntárias e/ou não voluntárias)	Quantitativo (seriáveis e singularizadas)	Qualitativo (culturais e/ou materiais)
Hidroxicloroquina funciona, e vacina não, diz Ministério da Saúde.	Direta	Voluntária	Seriável	Cultural

Fonte: Elaborado pela pesquisadora com base em Arostegui (2006)

É posicional direta porque, no cargo de secretário do Ministério da Saúde, ele tinha total relação com a realidade investigada, com problema

e com sua conjuntura. Trata-se de intencionalidade voluntária porque, ao produzir a informação, envolveu sua posição ideológica e a do governo, a quem serve em relação aos fatos, mesmo tendo a formação de médico. O quantitativo seriável se justifica por ser uma nota técnica, que consiste em um conjunto de dados e informações; e qualitativo cultural porque o que interessa é a mensagem, e não, o suporte.

6.2.2 Caso II: Aplicativo TrateCov recomendava tratamento precoce para covid-19

Felizmente o aplicativo não se encontra mais disponível para download. O TrateCOV foi um app concebido e desenvolvido a pedido do Ministério da Saúde, com o objetivo de oferecer indicações no diagnóstico e no tratamento de circunstâncias que consideravam ser covid-19. Quando ficou disponível para ser baixado, o TrateCov foi oferecido para Android e iOS.

Figura 18: Publicações no twitter oficial do Ministério da Saúde divulgando o Tratecov



Fonte: Twitter do Ministério da Saúde

Até aquele momento, tudo parecia ser uma ótima ideia, um projeto perfeito, em um momento em que as aglomerações precisavam ser evitadas, sobretudo em unidades de saúde ou hospitais. Porém foi breve o êxito do aplicativo.

Figura 19: Formulário clínico – Tratecov

Formulário Clínico

Esta versão do **TrateCov** é um **ambiente de simulação** que ficará disponível até que sejam realizados e validados os cadastros para registro dos profissionais de saúde na referida plataforma.

Por gentileza, preencher o formulário [clcando aqui](#) e aguarde receber e-mail com seu login e senha.

Provisoriamente, esta plataforma estará disponível, exclusivamente, para médicos e enfermeiros que atuam na Secretaria de Saúde do Município de Manaus, na Secretaria Estadual de Saúde do Amazonas e Hospitais privados do Município de Manaus, que terão a validação de seus cadastros realizados pelas referidas gestões.

Dados de Identificação do Paciente

Nome completo do paciente			
Data de nascimento	D-M-Y	Idade (anos)	
Sexo		Telefone de contato	

Dados Clínicos

Data do atendimento	20-01-2021 D-M-Y	Horário do atendimento	10:45 H-M
Data de início dos sintomas	Today D-M-Y	Duração dos sintomas (dias)	

Medidas antropométricas

Peso (kg)		Altura (cm)		IMC	
-----------	----------------------	-------------	----------------------	-----	----------------------

Comorbidades

Hipertensão	Não	Diabetes	Não
	Sim		Sim
Insuficiência cardíaca	Não	Doenças reumatológicas	Não
	Sim		Sim
Insuficiência renal	Não	Neoplasias	Não
	Sim		Sim

Fonte: Imagem da página TrateCOV no dia 21/01/2022

Ao acessar o aplicativo, o usuário deveria responder a um formulário (figura 19) e, logo depois de preencher o formulário e uma checklist de sintomas, surgiam as orientações. O app informava prováveis indicações clínicas e/ou uma lista de remédios (azitromicina,

ivermectina, doxiciclina, sulfato de zinco, cloroquina e hidroxicloroquina) para a realização de tratamento imediato. Essa lista de remédios ficou conhecida popularmente como ‘tratamento precoce’ ou “kit covid” (figura 20).

Figura 20: Exemplar do ‘kit covid’



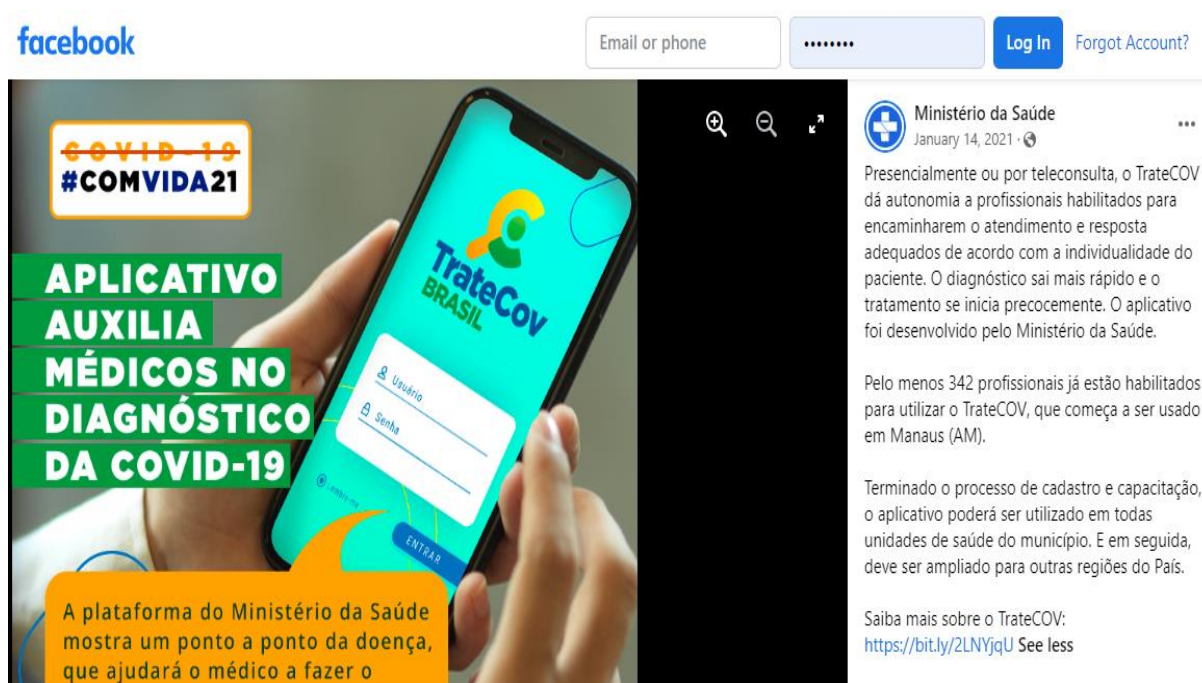
Fonte: Sind-Saúde SP

Mayra Pinheiro, que ficou muito conhecida como “Capitã Cloroquina”, por defender o uso de medicamentos ineficazes para tratamento da covid-19, em entrevista, comentou a respeito do aplicativo: “Estamos apresentando para a sociedade um aplicativo que permite forte valor preditivo. E assim nós pudemos ofertar imediatamente para milhões de brasileiros o tratamento precoce, evitando que essas pessoas evoluam para quadros mais graves”.¹⁰⁸ Esse pronunciamento foi realizado no lançamento do aplicativo no estado do Amazonas, primeiro estado da Federação a usar a tecnologia e apenas para profissionais de Saúde de Manaus. Porém qualquer pessoa que

¹⁰⁸ Amazonas recebe projeto-teste de aplicativo para diagnóstico rápido da covid-19. Disponível em: <<https://informemanaus.com/2021/amazonas-recebe-projeto-teste-de-aplicativo-para-diagnostico-rapido-da-covid-19/>>. Acesso em: 31 ago. 2022.

baixasse o aplicativo poderia acessá-lo. Muitas disseram que experienciaram a possibilidade de usar o serviço, não apenas médicos, como era a proposta, inseriram sintomas aleatórios e receberam o receituário dos medicamentos para o tratamento precoce propagado pelo Ministério da Saúde e realizar seu “tratamento”, sem nenhum embasamento científico.

Figura 21: Imagem de divulgação do app Tratecov no Facebook oficial do Ministério da Saúde



Fonte: Ministério da Saúde/Facebook, captada em 30/08/2022

Inicialmente, ao promover a página, o Ministério da Saúde (2021) afirmava que o aplicativo tinha o objetivo de “auxiliar os profissionais de saúde na coleta de sintomas e sinais de pacientes visando aprimorar e acelerar os diagnósticos da covid-19”. Porém, o Tratecov apresentava um péssimo desempenho na triagem feita pelo sistema, não conseguia dar o

diagnóstico individualizado para cada paciente e suas singularidades e compartilhava desinformações, conforme diversas análises realizadas no aplicativo.

Figura 22: Nota do Conselho Federal de Medicina (CFM)

1 de 1



CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

ESCLARECIMENTO À IMPRENSA

Após análise feita por conselheiros e assessores técnicos e jurídicos sobre o aplicativo TrateCov, recém lançado para auxiliar as equipes na coleta de sintomas e sinais de pacientes possivelmente infectados pela covid-19, o Conselho Federal de Medicina (CFM) alertou ao Ministério da Saúde sobre as seguintes inconsistências na ferramenta:

- *Não preserva adequadamente o sigilo das informações;*
- *Permite seu preenchimento por profissionais não médicos;*
- *Assegura a validação científica a drogas que não contam com esse reconhecimento internacional;*
- *Induz à automedicação e à interferência na autonomia dos médicos;*
- *Não deixa claro, em nenhum momento, a finalidade do uso dos dados preenchidos pelos médicos assistentes.*

Diante do exposto, o CFM pediu ao Ministério da Saúde a retirada imediata do ar do aplicativo TrateCov.

Brasília, 21 de janeiro de 2021.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

Fonte: Conselho Federal de Medicina

Ao perceber que esse aplicativo poderia ser extremamente danoso para os cidadãos brasileiros, o Conselho Federal de Medicina emitiu uma

nota (figura 22) assegurando “a validação científica a drogas que não contam com esse reconhecimento internacional” e “induz à automedicação e à interferência na autonomia dos médicos”.

Além de tudo, "não preserva adequadamente o sigilo das informações", "permite seu preenchimento por profissionais não médicos" e "não deixa claro, em nenhum momento, a finalidade do uso dos dados preenchidos pelos médicos assistentes". Ao saber de todas essas falhas, o Conselho ao Ministério da Saúde que retirasse imediatamente do ar o app.

Figura 23: Página do Ministério da Saúde que recomendava 'tratamento precoce' sai do ar no dia 21/01/2021



Fonte: Captura de tela do site do Ministério da Saúde

O órgão retirou o aplicativo do ar, e Eduardo Pazuello, ministro da Saúde do Brasil (entre 2020 e 2021), alegou que havia ocorrido um equívoco, que “a plataforma TrateCOV foi lançada como um projeto-piloto e não estava funcionando oficialmente, apenas como um simulador”, e que o aplicativo teria sido “invadido e ativado

indevidamente”. Porém, dias antes, na Casa Civil, foi lançado¹⁰⁹ o Tratecov, no dia 14/01/2021, e, na mesma data, no estado do Amazonas¹¹⁰, ou seja, sete dias antes da nota do Conselho Federal de Medicina e da suposta invasão.

Paralelamente, a Comissão Parlamentar de Inquérito da Pandemia de Covid-19, através do Requerimento 680/2021 – CPIPANDEMIA – pediu ao Tribunal de Contas da União (TCU) uma fiscalização para avaliar aspectos do TrateCov. O TCU elaborou o Relatório nº. 015.749/2021-5, e a respeito da “invasão” ao sistema, declarou:

Não foram identificados indícios de que tenha havido violação do código-fonte do TrateCov, sendo que qualquer pessoa que tivesse conhecimento do link (URL) poderia acessá-lo (e copiá-lo), pelo menos, entre 7 e 22/1/2021. A versão do TrateCov analisada pela equipe possui comportamento muito semelhante à versão que foi preservada no serviço Internet Archive em 20/1/2021, em especial no que concerne às regras de cálculo dos fatores de risco e do score da Covid-19, à lista de medicamentos utilizados para tratamento precoce e à posologia, e não foram observadas (pela equipe) diferenças quanto a esses aspectos. (RELATÓRIO TCU 015.749/2021-5)¹¹¹

Depois da publicação, só se pode acreditar que realmente não houve nenhuma invasão hacker e que o aplicativo só foi retirado do ar para apagar as ações errôneas do Ministério da Saúde.

Figura 24: Imagem da página TrateCOV no dia 21/01/2021, espaço que orientava a posologia dos fármacos

¹⁰⁹ TARDÁGUILA, C. Ministério, Casa Civil e TV Brasil celebraram lançamento do TrateCov. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/colunas/cristina-tardaguila/2021/05/19/pazuello-covid-cpi-pandemia-tratecov.htm>>. Acesso em: 1 set. 2022.

¹¹⁰ ESTADÃO Saúde lança aplicativo para estimular uso de medicamento sem eficácia comprovada contra covid-19. Disponível em: <<https://saude.estadao.com.br/noticias/geral,saude-lanca-aplicativo-para-estimular-uso-de-medicamento-sem-eficacia-comprovada-contracovid-19,70003580984>>. Acesso em: 1 set. 2022.

¹¹¹ DA UNIÃO, T. DE C. Aplicativo TrateCov recomendava tratamento precoce da covid-19. Disponível em: <<https://portal.tcu.gov.br/imprensa/noticias/aplicativo-tratecov-recomendava-tratamento-precoce-da-covid-19.htm>>. Acesso em: 31 ago. 2022.

PROVÁVEL DIAGNÓSTICO DE COVID-19 (ESCORE= 6 pontos ou mais)

Considerar a Indicação de Tratamento Precoce para COVID-19

Solicitar rt-PCR para pacientes com 5 dias ou menos de início dos sintomas

Orientar Isolamento do paciente

Incluir o paciente no Programa de Telemonitoramento

Recomendações TrateCov-Brasil

Principais critérios clínicos para a definição das condutas

Número de fatores de risco	3	Escore	60	Tempo de sintomas (dias)	7
----------------------------	---	--------	----	--------------------------	---

CONDUTA: Considerar a Indicação de Tratamento Precoce

Paciente receberá o tratamento precoce?

Não

Sim

reset

Difosfato de Cloroquina 500mg ----- 6 comprimidos. Tomar 1 comprimido de 12/12 horas no primeiro dia. Após, tomar 1 comprimido ao dia, até completar 5 dias.

reset

Hidroxicloroquina 200mg ----- 12 comprimidos. Tomar 2 comprimidos de 12/12 horas no primeiro dia. Após, tomar 2 comprimidos ao dia, até completar 5 dias.

reset

Ivermectina 6mg ----- Tomar 4 comprimidos ao dia por 5 dias.

reset

Azitromicina 500mg ----- 5 comprimidos. Tomar 1 comprimido ao dia, por 5 dias.

reset

Doxiciclina 100mg ----- 10 comprimidos. Tomar 1 comprimido 12/12 horas, por 5 dias.

reset

30mg

50mg

Sulfato de zinco ____ ----- 14 comprimidos. Tomar 1 comprimido de 12/12 horas por 7 dias.

reset

Fonte: App Tratecov

O Caderno de Saúde Pública da Fiocruz explica sobre a indicação de automedicação por parte do aplicativo (figura 22), como o fenômeno

surgiu durante a covid-19 e quais os riscos proporcionados pelo feito praticado pela população:

Durante a pandemia de covid-19, o padrão de consumo de medicamentos no Brasil chamou a atenção. Estava no centro dessa questão o denominado “tratamento precoce” ou “kit-covid”: uma combinação de medicamentos sem evidências científicas conclusivas para o uso com essa finalidade, que inclui a hidroxicloroquina ou cloroquina, associada à azitromicina, à ivermectina e à nitazoxanida, além dos suplementos de zinco e das vitaminas C e D. A prescrição e o uso desses medicamentos off label para tratar ou prevenir a COVID-19 receberam contornos de grande credibilidade, quando o “tratamento precoce” e o “kit-covid” foram divulgados através do TrateCov e o seu uso incentivado amplamente nas mídias sociais (WhatsApp, Facebook e Instagram) por profissionais médicos nas páginas oficiais de Internet de Secretarias de Saúde, Ministério da Saúde e Governo Federal do Brasil.” (MELO, J. R. R.; DUARTE, E. C., 2021)

Portanto, a automedicação, como um problema voltado apenas para os consumidores que se submeteram a utilizar esses medicamentos, é equivocada, porquanto são muitas as restrições, e muitos outros sujeitos são envolvidos, o que estimula a prática da automedicação, promovida pelas autoridades e pela mídia. No Brasil, a repercussão foi uma enxurrada de informações distorcidas, temor e dúvidas, que levaram a população a correr para os balcões das farmácias para comprar e estocar remédios.

Figura 25: Nota técnica nº. 53/2022-CGZV/DEIDT/SVS/MS – Sobre o desabastecimento de cloroquina



Ministério da Saúde
Secretaria de Vigilância em Saúde
Departamento de Imunização e Doenças Transmissíveis
Coordenação-Geral de Vigilância de Zoonoses e Doenças de Transmissão Vetorial

NOTA TÉCNICA Nº 53/2022-CGZV/DEIDT/SVS/MS

1. **ASSUNTO**
 - 1.1. Informar sobre o uso de artemeter+lumefantrina ou artesunato+mefloquina em substituição à cloroquina no tratamento de malária por *Plasmodium vivax* durante o desabastecimento de Cloroquina.
2. **DO TRATAMENTO PLASMODIUM**
 - 2.1. O objetivo do tratamento de malária por *P. vivax* é curar tanto a forma sanguínea quanto a forma hepática (cura radical) e assim prevenir recrudescência e recaída, respectivamente. Para isso, usa-se a combinação de dois medicamentos: cloroquina e primaquina. O tratamento é realizado com cloroquina por três dias e, para o tratamento radical, utiliza-se a primaquina por sete dias, conforme descrito no "Guia de Tratamento de Malária, 2021" (0027444542). Caso o paciente volte a apresentar malária por *P. vivax* até o dia 60 após início de tratamento, deverá ser tratado com artemeter/lumefantrina ou artesunato/ mefloquina durante três dias e primaquina por 14 dias. Gestantes com malária por *P. vivax* devem usar apenas a cloroquina.
 - 2.2. Devido ao atraso na produção e distribuição da cloroquina, enfrentamos desabastecimento temporário deste medicamento em alguns locais.
 - 2.3. Diante desta situação e buscando a melhor assistência aos pacientes que necessitam desta medicação no tratamento de malária por *P. vivax*, a Coordenação-Geral de Vigilância de Zoonoses e Doenças de Transmissão Vetorial (CGZV/DEIDT/SVS/MS) elaborou o presente documento.
3. **DA ALTERNATIVA DE TRATAMENTO DA MALÁRIA POR PLASMODIUM VIVAX NA INDISPONIBILIDADE DE CLOROQUINA**
 - 3.1. Em municípios e Distritos Sanitários Especiais Indígenas com desabastecimento de cloroquina e apenas enquanto não estiver regularizado o estoque deste medicamento o artemeter+lumefantrina (ou artesunato+mefloquina) poderá ser utilizado em sua substituição no tratamento da malária por *P. vivax* no primeiro episódio, conforme faixa etária e peso indicados nas tabelas 11 e 12 do "Guia de Tratamento de Malária, 2021".
 - 3.2. A primaquina deve nestes casos ser utilizada por 7 dias. Os tratamentos das recorrências (tabelas 4 e 5) e da malária mista (tabelas 11 e 12) permanecem conforme descrito no guia de tratamento de malária.
4. **CONCLUSÃO**
 - 4.1. Exclusivamente nos locais com desabastecimento de cloroquina, a CGZV recomenda a substituição no tratamento do primeiro episódio de malária por *Plasmodium vivax* a utilização de artemeter+lumefantrina ou artesunato+mefloquina por três dias em conjunto com a primaquina por 7 dias conforme a faixa etária e o peso do paciente. As pacientes gestantes não devem fazer uso de primaquina.
 - 4.2. Após a normalização do abastecimento da cloroquina, o esquema recomendado pelo "Guia de Tratamento de Malária no Brasil" publicado em 2021 deverá ser adotado.

Atenciosamente,

MARCELO YOSHITO WADA
Coordenador-Geral de Vigilância de Zoonoses e Doenças de Transmissão Vetorial

Fonte: Ministério da Saúde

Além dos riscos à saúde de quem usou esses fármacos sem pensar nas consequências, outros também causaram grande prejuízo a uma

comunidade indígena, na Amazônia, com malária. O coordenador-geral de Vigilância de Zoonoses e Doenças de Transmissão Vetorial, Marcelo Yoshito Wada, por meio do próprio Ministério da Saúde, emitiu a Nota Técnica nº. 53/2022-CGZV/DEIDT/SVS/MS de 20/07/2022 (figura 25), que, por motivo desconhecido, foi retirada do site do Ministério Saúde¹¹², com potencial de virar uma pseudomemória. O documento fala sobre o deficit de produção e distribuição, que causou o desabastecimento da cloroquina nas aldeias para o tratamento de malária, terapêutica realmente eficaz para doença na região e comprovada por vários estudos científicos durante anos: “Devido ao atraso na produção e distribuição da cloroquina, enfrentamos desabastecimento temporário desse medicamento em alguns locais”. Embora esse caso não tenha sido conectado diretamente ao covid-19, é uma seqüela das ações desmedidas de desinformação e ficará na história do Brasil.

6.2.2.1 *Análise do Caso II*

De acordo com o paradigma indiciário de Carlo Ginzburg (1990), não há como não perceber os indicadores da tentativa de desinformação por parte dos criadores/administradores do aplicativo, nesse caso, o Ministério da Saúde, principalmente no que diz respeito ao diagnóstico controverso que recomenda e prescreve medicamentos e substâncias sem nenhuma comprovação científica e sem nenhum atendimento individualizado para o paciente. Além disso, depois da avalanche de desaprovação de diversos órgãos da sociedade médica e acadêmica (por

¹¹² Ministério da Saúde - Centrais de Conteúdo. Publicações. Notas técnicas <<https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/notas-tecnicas/2022>>. Acesso em: 31 ago. 2022.

volta do dia 20 e 21/07/2020), para se esquivar da “culpa,” justificaram que o aplicativo foi ao ar depois de uma eventual invasão hacker.

Ressalte-se, entretanto, que, no dia 14/07/2020, sucederam dois eventos oficiais do Governo Federal para lançar o serviço, praticamente uma semana antes da alegação da “invasão”, que foi desmentida pelo Relatório nº. 015.749/2021-5 do Tribunal de Contas da União - TCU. Portanto os indícios só demonstram que a situação flerta com a dissimulação e a desinformação.

No quadro 13, apresentamos os critérios taxonômicos de Júlio Aróstegui (2006) em que o caso se enquadra:

Quadro 13: Análise do Caso II

Critérios taxonômicos - Fontes				
Júlio Aróstegui - A Pesquisa Histórica (2006)				
Caso II	Posicional (diretas e/ou indiretas)	Intencionalidade (voluntárias e/ou não voluntárias)	Quantitativo (seriáveis e singularizadas)	Qualitativo (culturais e/ou materiais)
Aplicativo TrateCov recomendava tratamento precoce para covid-19	Direta	Voluntária	Seriável	Cultural

Fonte: Elaborado pela pesquisadora com base em Arostegui (2006)

É posicional direta, porque Eduardo Pazuello, Ministro da Saúde, na época, e a secretária da mesma pasta, Mayra Pinheiro, dispunham de total consciência do que o aplicativo poderia fazer e desservir a sociedade; trata-se de intencionalidade voluntária, porque, apesar de ser médica, a secretária Mayra Pinheiro permitiu a indicação do ‘kit covid’ para a população sem nenhuma comprovação científica, o que

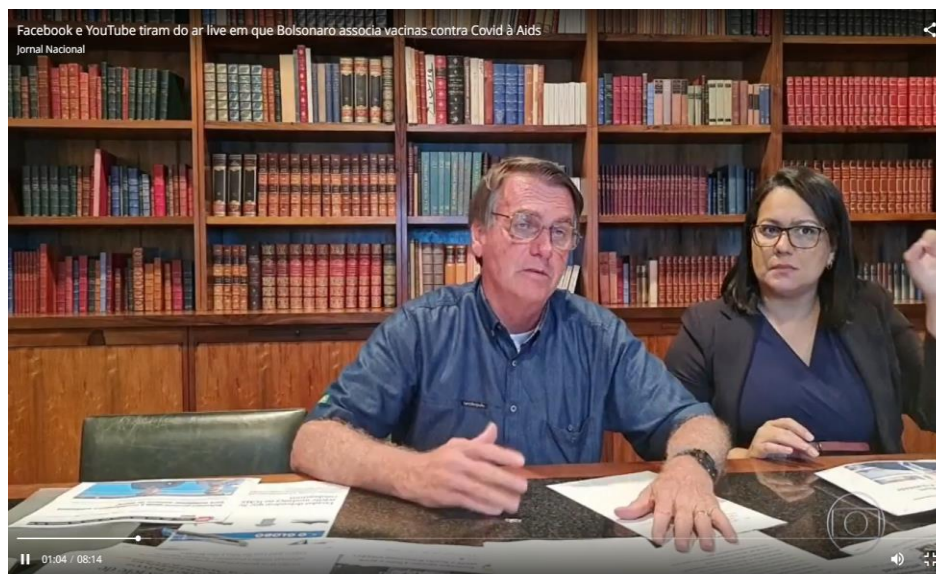
confirmou sua posição ideológica; quantitativo seriável, por se tratar de um aplicativo constituído de um conjunto de dados e informações; e qualitativo cultural, em que o que interessa é a mensagem, e não, o suporte.

6.2.3 Desinformação sobre imunizantes contra covid-19 relacionada à transmissão de HIV

No dia 21 de outubro de 2021, em uma transmissão ao vivo de seu Facebook e do canal do Youtube, o presidente Jair Bolsonaro reproduziu trechos da notícia falsa. Na ocasião, imagem apresentada na Figura 26, a maior autoridade do país e com grande influência sobre a população brasileira, declarou:

Só vou dar notícia, não vou comentar. Já falei sobre isso no passado, apanhei muito... vamos lá: relatórios oficiais do Governo do Reino Unido sugerem que os totalmente vacinados... quem são os totalmente vacinados? Aqueles que depois da segunda dose, né... 15 dias depois, 15 dias após a segunda dose... totalmente vacinados... estão desenvolvendo Síndrome da Imunodeficiência Adquirida muito mais rápido do que o previsto. Portanto, leiam a matéria, não vou ler aqui porque posso ter problema com a minha live (BOLSONARO, 2021)

Figura 26: Captura de tela da transmissão ao vivo do Presidente Jair Bolsonaro do dia 21 de outubro de 2021



Fonte: Captura de tela de vídeo transmitido no Jornal Nacional do dia 25/10/2021 ¹¹³

O artigo citado na transmissão afirma que estudos realizados geraram informações de que a vacina para combater a covid-19, no Reino Unido, apresentava uma "degradação do sistema imunológico" dos vacinados, ao longo do tempo, que poderiam simplesmente desenvolver AIDS. Pouco tempo depois, as conclusões atribuídas aos relatórios citados de vigilância dos imunizantes logicamente foram declaradas falsas por autoridades britânicas de saúde. O boato começou pelo website canadense *Civilian Intelligence Network*, que publicou diversas teorias da conspiração e fez uma interpretação totalmente distorcida do artigo publicado pelo Centro de Controle e Prevenção de Doenças dos Estados Unidos (CDC). Na figura 27, afixamos alguns *tweets* que compartilharam as fake news.

¹¹³ Facebook e YouTube tiram do ar *live* em que Bolsonaro faz relação falsa entre vacinas contra covid e Aids. Disponível em: <<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2021/10/25/facebook-e-youtube-tiram-do-ar-live-em-que-bolsonaro-faz-relacao-falsa-entre-vacinas-contra-covid-e-aids.ghtml>>. Acesso em: 31 ago. 2022.

Figura 27: Tela capturada de publicações no Twitter em 24 de outubro de 2021



Fonte: Twitter

A desinformação foi republicada centenas de vezes por usuários nas redes sociais, e como já mencionado, reproduzida pelo presidente Jair Bolsonaro na transmissão ao vivo. Devido à repercussão de sua fala, a gravação da transmissão foi retirada do ar pelo Facebook (no dia 24/10/2021) e pelo Youtube (no dia 24/10/2021), onde o vídeo estava hospedado.

Dias depois, em entrevista¹¹⁴, Jair Bolsonaro (2021) tentou se justificar dizendo “A revista Exame fez uma matéria sobre vacina e AIDS. Eu apenas repeti essa matéria na minha live” e “quando eu erro, como já errei, peço desculpa... agora comigo não, eu sempre ajo com a verdade”. Dessa forma, transmitiu a culpa de suas ações para a revista,

¹¹⁴ UOL. Bolsonaro diz que leu o texto que relaciona a vacina ao HIV na Exame. A matéria foi publicada em 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=pE-SMOs-41M>>. Acesso em: 31 ago. 2022.

desconsiderando sua posição de presidente de uma nação e que poderia ter checado a notícia antes de compartilhá-la.

A respeito das declarações, o Joint United Nations Program on HIV/AIDS – UNAIDS, um programa das Nações Unidas criado em 1996, com o objetivo de criar soluções e ajudar nações no combate à AIDS e na prevenção dos avanços do HIV pelo mundo, veio a público para esclarecer:

As vacinas aprovadas pela ANVISA e disponíveis no Sistema Único de Saúde (SUS) são a forma mais eficaz de controle da pandemia de COVID-19. Aconselhamos a todas as pessoas que vivem com HIV e tenham tomado a 2ª dose em 28 dias ou mais a buscar a dose de reforço, disponível em um posto de saúde mais próximo à sua residência, segundo Nota Técnica do Ministério da Saúde N043/2021-SECOVID/GAB/SECOVID/MS. Também asseguramos que não há evidência científica de associação entre receber a imunização completa e ter mais risco para adoecer em decorrência da AIDS. As formas de transmissão do HIV são bem conhecidas e detalhadas em literatura médica disponível e a vacina não é uma forma de transmissão possível. Reforçamos que o estigma e a discriminação relacionados ao HIV são um dos combustíveis da desigualdade e ainda hoje são a maior barreira de acesso a todas as tecnologias biomédicas disponíveis em território nacional (UNAIDS, 2021).

A cientista e pesquisadora em saúde pública, Sylvia Lopes Maia Teixeira (2021), que desenvolve suas pesquisas no Laboratório de AIDS e Imunologia Molecular do Instituto Oswaldo Cruz (IOC/Fiocruz), esclareceu que não existe uma conexão entre o vírus e as vacinas. “Não há nenhum fundamento científico em se falar que a vacina da covid-19 ou qualquer outra vá desenvolver HIV. A vacina não tem nada na sua composição que possa explicar o fato de ela transmitir HIV”.

A desinformação por parte do governo federal e de seus representantes é negativa, porque leva a população a não acreditar nas vacinas. Isso vai de encontro ao que sempre ocorreu no Brasil. Em nossa história, sempre fomos uma nação que acreditou bastante em imunizantes. Além disso, relacionar a vacina à AIDS, com base em afirmações equivocadas e sem nenhum embasamento científico amplia o estigma e o preconceito em oposição às pessoas portadoras do HIV. Esse é um caso de sorofobia por parte de Jair Bolsonaro, nome dado ao conjunto de crenças irracionais, discriminatórias e medos infundados sobre o HIV/Aids que resultam em episódios de violência institucional, física, psicológica e política (BARBOSA FILHO; VIEIRA, 2021).

6.2.3.1 *Análise do Caso III*

De acordo com o paradigma indiciário de Carlo Ginzburg (1990), afirmar, em uma transmissão online, que, ao usar um imunizante, o vacinado pode desenvolver a síndrome da imunodeficiência, só comprova a intenção de desinformar. Quando essa fala é produzida pelo presidente da República, principal representante do Brasil, é potencializada de forma desmedida.

No quadro 14, apresentamos os critérios taxonômicos de Júlio Aróstegui (2006) em que o caso se enquadra:

Quadro 14: Análise do Caso III

Critérios taxonômicos - Fontes				
Júlio Aróstegui - A Pesquisa Histórica (2006)				
Caso III	Posicional (diretas e/ou indiretas)	Intencionalidade (voluntárias e/ou não voluntárias)	Quantitativo (seriáveis e singularizadas)	Qualitativo (culturais e/ou materiais)

Desinformação sobre imunizantes contra covid-19 relacionada à transmissão de HIV	Direta e indireta	Voluntária	Seriável	Material
--	-------------------	------------	----------	----------

Fonte: Elaborado pela pesquisadora com base em Arostegui (2006)

A posicional direta se justifica porque Jair Bolsonaro, presidente da República, ser a voz ativa da notícia; a posicional indireta, porque a fala foi oriunda de uma cadeia documental e informativa; a intencionalidade voluntária é devido ao fato de a notícia ter sido compartilhada sem nenhuma checagem de veracidade e com o objetivo de marcar uma posição ideológica; quantitativo seriável, por se tratar de um conjunto de dados e informações; e qualitativo material, por ser proveniente de um discurso intelectual, com procedência da criatividade humana, que infere algo acerca de certa circunstância social.

6.2.4 Governo do Brasil oculta dados sobre crise de coronavírus

Em junho de 2020, aproximadamente quatro meses após o primeiro caso de covid-19 no Brasil, na gestão de Eduardo Pazuello como Ministro da Saúde, quanto tudo era incerto e os casos só aumentavam, o Governo Federal, junto com o Ministério da Saúde, resolveu mudar o modo de divulgar os dados sobre a pandemia, o que causou repercussão nacional e internacional.

Figura 28: Jornal britânico The Guardian disse que governo brasileiro foi acusado de totalitarismo e censura ao mudar metodologia de números de covid-19



Fonte: The Gardian

No dia 08/06/2020, Michael Ryan, que ocupa o cargo de diretor do Programa de Emergências em Saúde da Organização Mundial da Saúde, em que lidera a equipe responsável pela contenção e pelo tratamento internacional da covid-19, manifestou sua apreensão com a situação do Brasil.

É muito importante, ao mesmo tempo, que as mensagens sobre transparência e divulgação de informações sejam consistentes, e que nós possamos contar com os nossos parceiros no Brasil para fornecer essa informação para nós, mas, mais importante, aos seus cidadãos. Eles precisam saber o que está acontecendo (BBC, 2020).

Figura 29: Jornal espanhol EL PAÍS



Fonte: El País

O Ministério da Saúde suprimiu do seu website oficial os números já estabelecidos no início da infecção e que revelavam a dimensão e a gravidade do covid-19 no Brasil. Essa mudança repentina provocou críticas imediatas por parte dos outros Poderes e da sociedade civil organizada.

Figura 30: Print da página covid.saude.gov.br/ fora do ar



Fonte: Tela capturada do portal covid.saude.gov.br

Depois de ficar várias horas fora (05/06/2020) do ar, o site retornou no dia seguinte (06/06/2020) e voltou a republicar somente os dados das 24h anteriores - 904 óbitos e 27.075 casos confirmados de infecção pela doença. No entanto, ao somar com os números computados até a o dia 05/05/2020, os números somaram 35.930 óbitos e 672.846 casos de infecção em todo o Brasil. Por meio de comunicado, o Ministério explicou como seria feita a nova metodologia para divulgar os dados da covid-19:

O uso da data de ocorrência (e não da data de registro) auxiliará a se ter um panorama mais realista do que ocorre em nível nacional e favorecerá a predição, criando condições para a adoção de medidas mais adequadas para o enfrentamento da covid-19, nos âmbitos regional e nacional (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020)

Da mesma forma, apagaram do portal as tabelas que demonstravam a curva de evolução da doença no Brasil, desde o primeiro caso registrado, no final de fevereiro, assim como os gráficos a respeito de infecções e as mortes por cada estado. Antes desse episódio, o governo já vinha, aos poucos, deixando de apresentar determinados dados e alterando alguns procedimentos de divulgação.

Em paralelo, em 08/06/2020, o Consórcio de Veículos de Imprensa - um grupo formado pela parceria entre seis veículos de imprensa brasileiros: O Estado de S. Paulo, G1, O Globo, Extra, Folha de S. Paulo e UOL - passou a divulgar diariamente o que o Ministério da Saúde estava deixando de fazer: os números de casos e de mortes totais da covid-19 no Brasil, dados levantados pelas Secretarias de Saúde dos Estados e do Distrito Federal, escapando da cortina de fumaça organizada pelo

Governo Federal e oferecendo transparência aos dados da pandemia para o Brasil e o mundo.

A Fundação Oswaldo Cruz criou duas plataformas: Monitora Covid-19¹¹⁵ Observatório Covid-19¹¹⁶. A Monitora Covid-19 é um website que foi criado para oferecer, em um só lugar, dados sobre o combate à covid-19, sem que o usuário/paciente precise ficar procurando diferentes fontes de informações. Na aba “Sobre o projeto” do portal, a Fiocruz faz a seguinte descrição:

Essas informações possibilitam desenvolver modelos preditivos adequados à realidade nacional, capazes de informar ações de contenção e tratamento. Permitindo o monitoramento da epidemia por gestores da saúde pública, sociedade civil e imprensa e análises para o fortalecimento da capacidade do estado brasileiro, de acordo com a realidade das suas distintas unidades espaciais. Esse Painel apresenta uma estimativa da situação do Brasil e Unidades Federativas baseada no número de casos e óbitos notificados e em cenários baseados no comportamento da doença em outros países (FIOCRUZ, 2020).

O portal MonitoraCovid-19 usa mais de dez fontes de dados para captar informações do Brasil e do exterior e é atualizado diariamente.

- Observatório Covid-19¹¹⁷

O Observatório Covid-19: Informação para ação, relacionados aos seus quatro eixos temáticos de atuação. Entre os arquivos disponibilizados, estão notas técnicas, artigos científicos, relatórios técnicos, ensaios e outras produções importantes para o entendimento e o enfrentamento da pandemia de Covid-19 em suas múltiplas facetas. (FIOCRUZ, 2020)

O observatório é organizado de modo colaborativo, o que possibilita as iniciativas de ação e os trabalhos já desenvolvidos,

¹¹⁵ <https://bigdata-covid19.iciet.fiocruz.br/>

¹¹⁶ <https://portal.fiocruz.br/observatorio-covid-19>

¹¹⁷ <https://portal.fiocruz.br/observatorio-covid-19>

científicos ou não, nos diversos laboratórios, em grupos de pesquisas pelo Brasil e nos setores da sociedade e da Fiocruz para o enfrentamento da pandemia causada pela covid-19.

Além das iniciativas mencionadas, várias outras foram executadas com a intenção de dar informações verdadeiras e esclarecer a população, ao contrário das práticas do Governo Federal, que deveriam descomplicadas e transparentes, em uma fase tão sofrida para a população.

6.2.4.1 Análise do Caso IV

De acordo com o paradigma indiciário de Carlo Ginzburg (1990), quando o Governo Federal, junto com o Ministério da Saúde, arquivou o números de mortos e modificou a metodologia da contagem dos dados da covid-19 no Brasil, revelou a intenção de camuflar informações. Isso impossibilitou que a sociedade compreendesse e fiscalizasse a atividade estatal durante a pandemia. Então, além de subestimar a gravidade da covid-19, dissimulou os dados na severa crise de saúde pública no Brasil causada pelo vírus.

No quadro 15, apresentamos os critérios taxonômicos de Júlio Aróstegui (2006) em que o caso se enquadra:

Quadro 15: Análise do Caso IV

Critérios taxonômicos - Fontes				
Júlio Aróstegui - A Pesquisa Histórica (2006)				
Caso IV	Posicional (diretas e/ou indiretas)	Intencionalidade (voluntárias e/ou não voluntárias)	Quantitativo (seriáveis e singularizadas)	Qualitativo (culturais e/ou materiais)
Governo do Brasil oculta dados sobre crise de coronavírus	Direta	Voluntária	Seriável	Material e cultural

Fonte: Elaborado pela pesquisadora com base em Arostegui (2006)

É posicional direta porque o Ministério da Saúde foi o responsável pela mudança da metodologia de contagem e pelo fornecimento de dados; intencionalidade voluntária, porquanto o Governo Federal pretendeu deturpar a realidade da crise do Brasil, com o objetivo de marcar uma posição ideológica e negacionista em relação à covid-19; quantitativo seriável, por ser um conjunto de dados e informações reunidas; qualitativo material, por ser proveniente de um discurso intelectual, com procedência da criatividade humana e que infere algo acerca de certa circunstância social; e qualitativo cultural, porque o que interessa é a mensagem, e não, o suporte.

6.4 MEMÓRIA COMUNICACIONAL FALHA E A CONTRIBUIÇÃO PARA PSEUDOMEMÓRIAS

No Estado democrático, uma comunicação transparente contribui para a perceptibilidade de um governo e de seus agentes e possibilita

visibilizar e influenciar a voz de quem produz as mensagens ofertadas aos seus cidadãos. O teor das comunicações deve ser de interesse público e estar disponível para qualquer cidadão consultar. Em sua análise sobre a comunicação pública, Jaramillo López (2011) aponta como fundamentos essenciais: os princípios democráticos, a causa pública e o interesse público. Na visão desse autor, existem algumas circunstâncias para que a comunicação seja considerada pública:

1. Que resulte de sujeitos coletivos, ainda que estejam representados ou se expressem por meio de indivíduos; 2. que esteja referida à construção do que é público. Portanto, é uma comunicação inclusiva e participativa, cuja vocação não poderia ser estar a serviço da manipulação de vontades ou da eliminação da individualidade, característica da comunicação fascista. Trata-se de uma comunicação eminentemente democrática, pela profundidade de sua natureza e por vocação. (López, 2011, p.64-65)

A comunicação pública simboliza algo complexo, pois possibilita extrair diversas reflexões e perspectivas teóricas sobre a prática do campo comunicacional. Ainda em busca de consolidar o conceito, amparamo-nos em Ângela Marques e Heloiza Matos (2011):

O conceito de comunicação pública tem sido invocado como sinônimo de comunicação governamental, referindo-se a normas, princípios e rotinas a comunicação social do governo, explicitadas ou não em suportes legais que regulamentam as comunicações internas externas do serviço público. [...] a comunicação pública deve ser pensada como um processo político de interação no qual prevalecem a expressão, a interpretação e o diálogo. [...] como dinâmica voltada para as trocas comunicativas ente instituições e a sociedade é relativamente recente". (MARQUES; MATOS, 2011, pp. 44 -45)

Múltiplas são as formas como um governo pode se comunicar com seus cidadãos, sobretudo depois da revolução digital, quando tudo é instantaneamente compartilhado. As assessorias de imprensa obviamente ainda são importantes como órgãos oficiais, porém, no que refere à ampla divulgação, as redes sociais conseguem transmitir, de forma imediata, o que antes precisaria de dias com os antigos meios de comunicação, antes do avanço digital e suas mídias. De acordo com Ana Javes da Luz (2021), as assessorias de imprensa, como órgãos oficiais do Estado,

[...] informam e registram a gestão na forma de discursos, eventos, notícias, campanhas publicitárias, além de farta produção audiovisual sobre as ações governamentais. Esses produtos são fontes históricas de caráter singular. Juntos compõem um acervo que, quando preservado e publicamente acessível, permitem a conformação de uma memória política, administrativa, social, cultural e comunicacional. Essa memória multifacetada é o que denominamos Memória Comunicacional. (DA LUZ, 2021, p. 206)

Em muitas circunstâncias, as comunicações são divulgadas pelas autoridades com algumas inconsistências, intencionais ou não, que desinformam quem as recebe. Mesmo que apagadas em um curto espaço de tempo, as mensagens divulgadas são compartilhadas rapidamente por qualquer um que possua um dispositivo com Internet e de qualquer lugar do mundo. Sistemáticamente, sem nenhuma checagem, esses são sintomas da infodemia que o Brasil vivencia. Por ser uma fonte oficial, uma memória comunicacional (DALUZ, 2021), a mensagem carregada de desinformação acaba se fixando como uma verdade e, com o passar do tempo, na memória de uma sociedade, transforma-se em uma pseudomemória, escrevendo uma história dissimulada através da comunicação pública.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa tese surgiu a partir da necessidade de responder a questão: Como as notícias falsas afetam o movimento cíclico da construção da memória individual e da coletiva? Aqui chegamos, depois de percorrer um longo caminho na estrada das pseudomemórias, com o fim de entender sua origem e as razões de existir.

Começamos pela mitologia grega e a mnemosyne. Pulamos alguns séculos até chegar à origem da Internet e da Sociedade em Rede de Castells, à Cibercultura de Pierre Lévy e ao conceito de comunidade virtual de Rheingold. A partir de Fragoso, de Recuero e de Amaral, procuramos entender os processos informacionais e desvelar o sentido das memórias individuais e coletivas, de Tempo x Identidade x Memória e Memória Comunicacional, sob a ótica de Jacques Le Goff, Assmann, Bosi, Halbwachs e vários outros. Com Wardle e Derakhshan, compreendemos bem mais a desordem informacional e a desinformação, a assimetria das informações, por meio de Akerlof (1970), e a Teoria do Agir Comunicativo, em sua validação discursiva, com o auxílio de Habermas.

Para validar a metodologia, recorremos à taxonomia arosteguiana e ao paradigma indiciário de Carlo Ginzburg. Apresentamos as diferenças entre Web 1.0, Web 2.0 e Web 3.0, os 6Ds do rompimento tecnológico e fizemos um histórico das redes sociais e dos mensageiros instantâneos. Apresentamos técnicas como Astroturfing, fazendas de likes e bolhas nas redes sociais, procuramos compreender a verdade e a pseudoverdade e construímos uma síntese histórica do surgimento das notícias falsas, pois sabemos que a mentira não é uma novidade.

Construímos o ciclo da desinformação e suas particularidades e, no percurso da análise, amparamo-nos na Fundação Oswaldo Cruz, nas comunicações por parte do Governo Federal: Ministério da Saúde, nos sites e nas redes sociais. Assim, acreditamos ter conseguido demonstrar as estratégias e os elementos que contribuem com sua gênese.

O conceito de pseudomemória foi lapidado na área da Ciência da Informação, especificamente no campo da Memória. Diferentemente das falsas memórias, a pseudomemória não emerge somente de pensamentos inconscientes, mas também, em muitas circunstâncias, de relatos conscientes e intencionais, embutidas de fatores ideológicos e interesses políticos. Os motivos para isso são os mais variados. As pseudomemórias são usadas como um grande trunfo para maquiagem a verdade ao longo da história, porquanto tratam de uma memória que não aconteceu, algo ocorrido e/ou pensado no passado, o que não ocorreu nem foi pensado como relatamos, algo que não experienciamos. Apenas absorvemos a informação e tomamos como uma memória.

Nos capítulos ‘Em meio à pandemia, encontrando o objeto’ e ‘Portas metodológicas’, delimitamos o tema e apresentamos os objetivos, a metodologia e a seleção dos documentos.

No capítulo Sociedade em Rede e as *Fake News*, mostramos a diferença entre comunidade e sociedade e tecemos algumas considerações sobre o surgimento da Internet, sua evolução e as tecnologias, as redes sociais e suas características particulares e as formas como os usuários manipulam os algoritmos. Arrematamos o capítulo com os conceitos de verdade e alguns fatos históricos em que ela foi questionada e o conceito de pseudomemória.

No capítulo ‘Desvelando o Sentido das Memórias Individuais e Coletivas’, definimos as memórias coletivas e individuais e suas inferências na sociedade ao longo da história, principalmente quando resultam em pseudomemórias. No final, apresentamos a Memória Comunicacional, que envolve as memórias políticas, sociais e culturais de um país, validando a escolha dos documentos escolhidos para análise.

Em ‘O Ciclo da Desinformação: a gênese das pseudomemórias’, mostramos como as *fake news* são capazes de se firmar e interferir na memória e na história, apresentamos os conceitos de negacionismo e revisionismo e suas consequências para a construção da memória e buscamos compreender o ciclo da desinformação, seu funcionamento e de que forma surgem as pseudomemórias.

No capítulo ‘Impactos e Análises’, analisamos casos concretos e apuramos os impactos negativos promovidos pela veiculação de *fake news* e pela desinformação por parte de autoridades durante a pandemia do covid-19. Preliminarmente, elucidamos o conceito de ‘estelionato medicinal’, que ocorreu durante a crise sanitária, devido ao compartilhamento de *fake News*, e analisamos os casos concretos à luz da metodologia apresentada.

Vivemos tempos muito incertos em relação à desinformação, e o Brasil foi um dos líderes, em todo o mundo, nos últimos anos. É bem verdade que a mentira e a desinformação sempre existiram, e isso foi verificado ao longo do texto. Porém, tendo em vista os novos contornos sociais e informacionais, a intensificação ocorreu de forma jamais imaginada há alguns anos.

Nos casos apresentados e analisados no capítulo 6, o Governo do Brasil expôs uma comunicação pública completamente equivocada e se

ausentou do seu dever para com o interesse público e dos direitos humanos fundamentais, da vida, que foi constantemente ameaçada no auge da crise sanitária do covid-19. A responsabilização dos crimes da pandemia é uma necessidade, pois diversas mortes poderiam ter sido evitadas. Investigações precisam ser feitas sobre os crimes que ocorreram na pandemia, obviamente com direito a defesa e o devido processo legal.

No Brasil, de fevereiro de 2020, quando foi verificado o primeiro caso dessa doença, até setembro de 2022, 684 mil pessoas morreram. A explicação para a mortalidade da Covid-19 no Brasil ser cinco vezes maior que da média mundial¹¹⁸, foi a atitude equivocada do Governo do Brasil de ignorar a ciência, fazer a promoção de tratamento ineficazes, não oferecer a devida importância ao uso de máscaras e etc. A emergência da covid-19 não gerou apenas uma pandemia, mas também uma crise nas comunicações, a infodemia. Ambas, prejudiciais à sociedade, expandiram-se juntas, interferiram na resposta global e comprometeram as medidas de prevenção e controle da infecção. Nesse contexto, não há dúvidas que a falta de informação correta ceifou a vida de muitos.

A verdade e a memória nos expõem às feridas e apresentam-nos ao incontendível, pois nosso presente está edificado em diversas injustiças. Por conseguinte, é fato que a memória não resolve problemas, ao contrário, normalmente ele expõe chagas que estavam cobertas, e ao expor que nosso presente encontra-se erguido sobre diversas injustiças, incomoda o que produz as memórias falsas e a sociedade que foi enganada por todo o tempo. Um povo sem memória verdadeira, construída sobre pseudomemórias, não conhece seu passado e constrói

¹¹⁸ <https://ourworldindata.org/explorers/coronavirus-data-explorer>

seu futuro em uma espécie de areia movediça de injustiças passadas por aquela coletividade. O contrário da censura à verdade é a liberdade de expressão, um direito garantido no artigo 5º de nossa Constituição Federal, quando autoridades que ocupam cargos para representar o povo intencionalmente impedem a viabilidade de rememorar determinado período ou acontecimento histórico no Brasil vai contra a Carta Magna vigente no país.

Isso não faz nenhum sentido, além da ilegalidade e da imoralidade com esse tipo de comportamento contra os que os elegeram por meio do sufrágio universal, estabelecido pela democracia e amparado pela Constituição Federal. A pessoa que não tem educação nem informação sequer pode exercer plenamente a liberdade e a igualdade de condições com os outros. Aproveitar-se da confiança de um povo criando pseudomemórias em sua história é um absurdo, porque ninguém reivindica um direito que não conhece, razão por que o conhecimento é o dado da libertação. Uma sociedade cuja memória é constituída na verdade tem soberania. A informação é necessária para o exercício das liberdades, e todo cidadão tem de fazer valer seus direitos para que a Constituição não seja uma lei em uma prateleira, mas faça parte da vida de todos, e que cada um lute por sua vida e pela dos outros. Nesse sentido, é necessário o conhecimento que decorre da educação formal, deriva da construção memorial de um país e deve estar disponível para todos os cidadãos, a fim de lhes garantir os direitos à informação e à memória.

O Brasil não é exatamente um exemplo em termos de relação com o seu passado, ao olhar para trás, a ditadura militar nos mostra isso. Os casos de anistia oferecidos pelo Estado brasileiros são complexos,

quando de fato ninguém realmente pede desculpas e quem perdoa não é quem foi ofendido ou violado, mas o Estado. Olhando para a crise da covid-19 no Brasil, verificamos que a memória da pandemia não pode ser deixada de lado justamente pelas consequências éticas. Isso não se pode ser continuado no Brasil, pois a impunidade é a semente das violações, isso precisa ser rompido. Quando as pseudomemórias são fundamentadas na preservação e no acesso aos arquivos advindos de comunicação governamental, tornam-se o principal agente de informações oficiais de uma nação e de sua memória, e seu efeito interferirá profundamente na condição histórica de uma sociedade.

Assim, consideramos que a informação, com sua característica mutável, inconclusa e camaleônica, é a matéria-prima que alimenta as memórias individual e coletiva, por meio de um movimento cíclico, que envolve diversas interferências sociais, econômicas e históricas, e pode multiplicar-se e alimentar-se de modos diversos, como as informações falsas, que contribuem para impulsionar e fortalecer o surgimento das pseudomemórias cuja natureza se manifesta visivelmente na construção de uma falsa memória cujo efeito interferirá na condição histórica.

Muito ainda precisa ser estudado a respeito do tema, por isso deixamos aberta a porta para que novas pesquisas sejam desenvolvidas sobre as pseudomemórias.

REFERÊNCIAS

- AFONSO, Carlos Alberto. Internet no Brasil: o acesso para todos é possível? Rio de Janeiro: [s.n.], 2000. 37 p. Disponível em: <<http://anid.org.br/pvb/181>>. Acesso em: 20 abr. 2022.
- AGUIAR, Sônia. Redes sociais e tecnologias digitais de informação e comunicação. Nupef, 2006.
- AKERLOF, George A. The market for lemons: quality uncertainty and the market mechanism. *Quarterly Journal of Economics*, [S.l.], v. 84, n. 3, p. 488-500, 1970.
- ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo F. "BIBLIOTECONOMIA GUERRILHEIRA". InfoHome, 30 de janeiro de 2021. <http://www.ofaj.com.br/colunas_conteudo.php?cod=813> Acesso em: 20 abr. 2022.
- ARENDT, Hannah. Between past and future: truth and politics. New York: Penguin Books, 2006.
- ARENDT, Hannah. Entre o passado e o futuro. São Paulo: Perspectiva, 2009.
- ARISTÓTELES. Metafísica. Moscou-Leningrado: Editorial Progreso, 1934.
- ARÓSTEGUI, Júlio. A pesquisa histórica. Teoria e método. Bauru: Edusc, 2006.
- ASSMANN, Aleida. Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural. Campinas: Unicamp, 2011.
- ASSMANN, Jan. Collective memory and cultural identity. *New German Critique*, n. 65, p. 125-133, 1995.
- ASSMANN, Jan. Religión y memoria cultural. Buenos Aires: Lilmod, 2008b.
- BARATA, Rita de Cássia Barradas. Meningite, uma doença sob censura? São Paulo; Cortez; 1988.
- BARBOSA FILHO, E. A.; VIEIRA, A. C. DE S. A expansão da sorofobia no discurso político brasileiro. **Argumentum**, v. 13, n. 3, p. 134-147, 2021.

BARNES, J. A. Redes sociais e processo político. In: A antropologia das sociedades contemporâneas. Organização e introdução de Bela Feldman-Bianco. São Paulo, Global, 1987, pp. 159-192.

BARROS, José. Fontes históricas: introdução ao seu uso historiográfico. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

BARTHES, R. *O rumor da língua*. São Paulo: Braziliense, 1988.

BAUMAN, Zygmunt. Comunidade: a busca por segurança no mundo atual. Editora Zahar, Rio de Janeiro, 2003.

BAUMAN, Zygmunt. Modernidade líquida. Tradução: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BAUMAN, Zygmunt. Vida líquida. Zahar, Rio de Janeiro, 2009.

BBC NEWS BRASIL. Brasil é destaque no mundo por não divulgar dados de mortes por covid-19. BBC, 8 jun. 2020.

BERGER, Peter L. LUCKMANN, Thomas. A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2004.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. A construção social da realidade. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1999.

BERKELEY, George. A treatise concerning the principles of human knowledge [Oxford Philosophical Texts, ed. Jonathan Dancy]. Oxford, U.P., 1998.

BLOCH, Marc. Apologia da História. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOORSTIN, D. J. The image: a guide to pseudo-events in America. [s.l.] Vintage Books, 1962.

BOSI, E. (1994). Memória e sociedade: lembranças de velhos (3a ed.). São Paulo: Companhia das Letras.

BRANDÃO, Junito de Souza. Mitologia grega. Vol. I. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

BRAVO, R. S. Técnicas de investigação social: teoria e exercícios. 7. ed. Madrid: Paraninfo, 1991.

BUFREM, L. S.; COSTA, F. D. O.; GABRIEL JUNIOR, R. F.; PINTO, J. S. P. Modelizando práticas para a socialização de informações: a construção de saberes no ensino superior. *Perspectivas em Ciência da Informação*, v. 15, n. 2, p. 22-41, 2010. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/35867>> Acesso em: 20 jun. 2022.

CANDAU, Joël. *Antropologia da memória*; tradução Miriam Lopes. Lisboa: Instituto Piaget, 2005.

CANDAU, Joel. *Memória e identidade*. Tradução: Maria Letícia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2012.

CASTELLS, Manuel. *A galáxia da Internet: reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. Tradução Klauss Brandini Gerhardt. 9. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

CASTELLS, Manuel. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da Internet*. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CASTELLS, Manuel. *Ruptura: a crise da democracia liberal*. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis, Vozes, 2008.

CHIZZOTTI, A. *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. São Paulo: Cortez, 1995.

CHO, Charles. et al. Astroturfing global warming: it isn't always green on the other side of the fence. In: *Journal of Business Ethics*. N. 104, vol. 4, p. 571-587. 2011.

COELHO, André. FELDHAUS, Charles. LIMA, Clóvis. *Patologias da razão e direitos sociais na pandemia*. In: *Colóquio Habermas e VIII*

Colóquio Filosofia da Informação, 2021, Rio de Janeiro. Editora Salute, 2021. 5-7.

COSTA, H. H. F. G. Memória é ferramenta para se construir o futuro. TOUTAIN. Lídia M. B. B. A. (Organizadora). Ciência da Informação em movimento: memória, esquecimento e preservação digital. Salvador: EDUFBA, p. 25 – 42, 2021.

CRIOLO. Esquiva da Esgrima. OLOKO RECORDS: 2014 MP3: 4:29 min. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=-1cI4nYIQqs>> Acesso em: 24 jun. 2022.

CUNHA, Máгда Rodrigues da. A resignificação das memórias nas redes sociais na Internet. SOPCOM: Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação, p. 355-360, 2016.

CUNHA, Rogério Sanches. Manual de direito penal: parte especial (arts. 121 ao 361). 11.ed. rev., ampl. e atual. Salvador: JusPODIVM, 2019.

DEMENTSHUK, Márcia; HENRIQUES, Percival. Pássaros voam em bando: a história da Internet do século XVIII ao século XXI. João Pessoa, PB: ANID, 2019.

DERRIDA, J. História da mentira: prolegômenos. Estudos Avançados, [S. l.], v. 10, n. 27, p. 7-39, 1996. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/8934>> Acesso em: 30 abr. 2022.

DEUZE, M.; WITSCHGE, T. O que o jornalismo está se tornando. Parágrafo, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 6-21, 2016.

DI FÁTIMA, Branco. Dias de tormenta: os movimentos de indignação que derrubaram ditaduras, minaram democracias e levaram a extrema direita ao poder no Brasil. Lisboa. Geração Editorial, 2019.

DIEHL, Astor Antônio. Cultura historiográfica: memória, identidade e representação. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

ELIAS, N. O processo civilizador: uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994, v I.

ELZA SOARES. Pequena memória para um tempo sem memória. DECK: 2019 MP3: 4:17 min. Disponível em:

<<https://www.youtube.com/watch?v=7LUMzQjEF8o>> Acesso em: 04 jun. 2022.

FIGUEIREDO, N.M.A. Método e metodologia na pesquisa científica. 2a ed. São Caetano do Sul, São Paulo, Yendis Editora, 2007.

FIOCRUZ. Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (ICICT). Monitora Covid-19. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <<https://bigdata-covid19.icict.fiocruz.br/>>. Acesso em: 11 jul. 2022.

FIOCRUZ. Observatório Covid-19. Informação para ação. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <<https://portal.fiocruz.br/observatorio-covid-19>>. Acesso em: 11 jul. 2022.

FRAGOSO, S.; RECUERO, R.; AMARAL, A. Métodos de pesquisa para Internet. Porto Alegre: Sulina, 2011.

FREY, Klaus et al. O acesso à informação. In: SPECK, Bruno (org.). Caminhos da transparência: análise dos componentes de um sistema nacional de integridade. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2002. p. 169-183.

FROHMANN, B. O caráter social, material e público da informação. In: FUJITA, M. S. L.; MARTELETO, R. M.; LARA, M. L. G. A dimensão epistemológica da Ciência da Informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Fundepe, 2008. p. 17-34.

GABRIEL, O pensador. Um Só. HIPHOP:2018. MP3: 3:55min. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=xEHn1S0oOXQ>> Acesso em: 15 jul. 2022.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GINZBURG, Carlo. “Sinais: raízes de um paradigma indiciário” IN Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história. 1ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

GOMES, Ângela de Castro (org.). Escrita de si, escrita da História. Rio de Janeiro:

GÓMEZ, Maria Nélida GONZÁLEZ DE. O objeto de estudo da Ciência da Informação: paradoxos e desafios. *Ciência da Informação*, n. 2, v. 19, 1990.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *Antropologia dos objetos: coleções, museus, patrimônios*. Rio de Janeiro: 2007 (Coleção Museu, Memória e Cidadania).

HABERMAS, Jürgen. *Teoria de la acción comunicativa: complementos y estudios previos*. Madrid: Catedra, 1997.

HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. Trad. de Laurent Léon Schaffter. São Paulo, Vértice/Revista dos Tribunais, 1990. Tradução de: *La mémoire collective*.

HAUAISS, A. *Minidicionário Hauaiss*. 3a ed. Rio de Janeiro, Objetiva, 2008.

HESIODO. *Teogonia: a origem dos deuses*. Estudo e tradução Jaa Torrano. São Paulo: Iluminuras, 2007.

HOLIDAY, Ryan. *Acredite, estou mentindo: confissões de um manipulador das mídias*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2014.

HOWLETT, Michael. Government communication as a policy tool: a framework for analysis. *Canadian Political Science Review*, v. 3, n. 2, p. 23-37, 2009. Disponível em: <https://ojs.unbc.ca/index.php/cpsr/article/view/134>. Acesso em: 16 jun. 2022.

JENKINS, Henry. *Cultura da convergência*. 2. ed. São Paulo. 2009.

JOUTARD, P. Reconciliar história e memória. *Escritos: revista da Casa de Rui Barbosa - Fundação Casa de Rui Barbosa*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, p. 223-235, 2007. Disponível em: http://escritos.rb.gov.br/numero01/FCRB_Escritos_1_9_Philippe_Joutard.pdf. Acesso em: 17 out. 2021.

KANT, Immanuel. *Crítica da razão pura*. Trad. Alexandre Fradique Morujão. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1985.

KANT, Immanuel. *Lógica de Immanuel Kant. Um manual para preleções*. Trad. Guido Antônio de Almeida. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1992.

KIRKPATRICK, David T. *The facebook effect: the real inside story of Mark Zuckerberg and the World's Fastest-growing Company*. Virgin Books, 2011

LAGAZZI, S. O recorte significante da memória. In: INDURSKY, F.; FERREIRA, M. C. L.; MITTMANN, S. (orgs.). *O discurso na contemporaneidade: materialidades e fronteiras*. São Carlos: Claraluz, 2009.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Maina de Andrade. *Técnicas de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2012.

LE GOFF, Jacques. *Memória*. In: *História e memória*. 5. ed. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 2003.

LEANDRO, E. G.; PASSOS, C. L. B. O paradigma indiciário para análise de narrativas. *Educar em Revista*, v. 37, 2021.

LÉVY, Pierre. *Ciberdemocracia*. Lisboa: Editions Odile Jacob, 2002.

LÉVY, Pierre. *O que é virtual?* Trad. Paulo Neves. São Paulo, Ed. 34, 1996.

LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo: Ed. 34, 1999.

LINASCHEKE, J. *Getting the most from Instagram*, Berkeley: Peachpit Press. 2011.

LONGO, Walter. TAVARES, Flávio. *Metaverso: onde você vai viver e trabalhar em breve* (1ª. ed). Alta Books, 2022.

LÓPEZ, Juan Camilo Jamarillo. *Advocacy: uma estratégia de comunicação pública*. Comunicação pública, sociedade e cidadania. São Caetano do Sul: Difusão Editora, 2011.

LUZ, Ana Javes Andrade. *Comunicação pública e memória comunicacional: revelações e apagamentos sobre o governo da presidenta Dilma Rousseff*. Tese (Doutorado em Comunicação e

Informação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2021.

LYON, T. P.; MAXWELL, J. W. Astroturf: interest group lobbying and corporate strategy. *Journal of Economics & Management Strategy*, v. 13, n. 4, p. 561–597, 2004.

MARCELO D2. A verdade não rima. Pupila Dilatada: 2020 MP3: 2:30min. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=DAu_V0C6wTQ> Acesso em: 16 jun. 2022.

MARISA MONTE. Portas. Sony Music: 2021 MP3: 3:15min. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=n_b0v9cjAQw> Acesso em: 16 jun. 2022.

MARQUES, Ângela; MATOS, Heloiza. Comunicação e política: capital social, reconhecimento e deliberação pública. São Paulo: Summus, 2011.

MARX, K. Contribuição à crítica da economia política. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. O Manifesto do Partido Comunista. São Paulo: Ed. Anita Garibaldi, 2001.

MATTINGLY, James. Radar screens, Astroturf and dirty work: a qualitative exploration of process in corporate political action. In: *Business and Society Review*, 111(2), 193-221, 2006.

MELLO, Patrícia Campos. A máquina do ódio: notas de uma repórter sobre *fake news* e violência digital. São Paulo: Companhia das Letras. 2020.

MELO, J. R. R.; DUARTE, E. C. TrateCov - Automedicação e uso indiscriminado de medicamentos durante a pandemia da covid-19. *Cadernos de Saúde Pública*, 2021. Disponível em: <<http://cadernos.ensp.fiocruz.br/csp/artigo/1350/automedicacao-e-uso-indiscriminado-de-medicamentos-durante-a-pandemia-da-covid-19>>. Acesso em: 31 ago. 2022.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, dez. 1993.

NTOULAS, Alexandros; CHO, Junghoo; OLSTON, Christopher. What's new on the web?: the evolution of the web from a search engine perspective. In: Proceedings of the 13th international conference on World Wide Web. ACM, 2004. p. 1-12.

OLIVEIRA, Marcos de. Primórdios da rede. Revista Fapesp. São Paulo: Fapesp, [Fev. 2011]. 16-25 p.

OLIVEIRA, Sílvio Luiz de. Metodologia científica aplicada ao Direito. São Paulo: Thomson, 2002.

OPAS. Organização Pan-Americana da Saúde. Entenda a infodemia e a desinformação na luta contra a covid-19. Kit de ferramentas de transformação digital, 2020.

ORLANDI, P. E. *Análise do Discurso*. Campinas: Pontes, 2002.

PACHECO, L. M. S. A informação enquanto artefato. Informare: Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, v. 1, n. 1, 1995. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/40801>. Acesso em: 17 out. 2021.

PÁDUA, E. M. M. de. O processo de pesquisa. In: _____. Metodologia da pesquisa: abordagem teórico-prática. Campinas: Papirus, 1997. p. 29 – 89. (Coleção Práxis).

PÁDUA, Elisabete Matallo Marchezine de. Metodologia da pesquisa: abordagem teórico-prática. 2. ed. Campinas: Papiros, 1997.

PARISER, Eli. The Filter Bubble: What the Internet is Hidding from You. Kindle Edition, 2011.

PINTO, J. M. R. Administração e liberdade: um estudo do conselho de escola à luz da teoria da ação comunicativa de Jürgen Habermas. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v.2, nº 3, 1989. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/43.pdf>>. Acesso em 14 jul. 2017.

POSETI, J.; MATHEWS, A. A short guide to the history of “*fake news*” and disinformation. International Center for Journalists, 2018.

RAIS, Diogo. *Fake news* - Conexão entre a desinformação e o Direito. Editora, Revista dos Tribunais. Ano de Edição, 2018.

RHEINGOLD, Howard. The Virtual Community: homesteading at the Electronic Frontier, 1993. Disponível em:
<<http://www.rheingold.com/vc/book>> Acesso em: 31 ago. 2022

RICHARDSON, R. J. Pesquisa social: métodos e técnicas. São Paulo: Editora Atlas, 1999.

RICŒUR, Paul. A memória, a história, o esquecimento. Trad. Alain François [et al.]. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

ROBIN, Régine. A memória saturada. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2016.

SANTOS, B. S. A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2000.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A cruel pedagogia do vírus. Coimbra: Almedina, 2020.

SCHUELER, P. A pandemia da desinformação. Disponível em:
<<https://www.bio.fiocruz.br/index.php/br/noticias/1883-a-pandemia-da-desinformacao>>. Acesso em: 30 ago. 2022.

SEIXAS, Jacy Alves de. Percursos de memórias em terras de história: problemáticas atuais. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (Orgs.). Memória e (res)sentimento. Indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Ed. Unicamp, 2004. p. 37-55.

SILVA, Hélio. A ameaça vermelha: o Plano Cohen. Porto Alegre, L&PM, 1980.

SOUSA, A. C. M. DE; OLIVEIRA, B. M. J. F.; OLIVEIRA, T. O. DE. As pseudomemórias em tempos de covid-19. Revista Fontes Documentais; v. 3 (2020): Revista Fontes Documentais - Edição especial MEDINFOR VINTE; 753-762, v. 24, n. 2, p. 762-753, 2018.

SPONHOLZ, Liriam. *Jornalismo, conhecimento e objetividade: além do espelho e das construções*. Florianópolis: Insular, 2009.

Stern, W. Abstracts of lectures on the psychology of testimony and on the study of individuality. *The American Journal of Psychology*, 21(2), 270-282. 1990.

TEIXEIRA, S. L. M. Covid-19: como nosso corpo se defende? Disponível em: <<https://portal.fiocruz.br/en/node/135902>>. Acesso em: 31 ago. 2022.

UNAIDS. Vacina para covid-19 não causa AIDS. Disponível em: <<https://unaids.org.br/2021/10/nota-de-esclarecimento-vacina-contracovid19-e-aids/>>. Acesso em: 31 ago. 2022.

UNA-SUS. Coronavírus: Brasil confirma primeiro caso da doença, 2020. Disponível em: <<https://www.unasus.gov.br/noticia/coronavirus-brasil-confirma-primeiro-caso-da-doenca>>. Acesso em: 17 ago. 2022.

WARDLE, Claire. *Fake news*. It's complicated. First Draft, [S.l.], 16 Feb. 2017. Disponível em: <<https://firstdraftnews.org:443/latest/fakenews-complicated/>>. Acesso em: 21 mai. 2022

WARDLE, Claire; DERAKHSHAN, Hossein. *Information Disorder: toward an interdisciplinary framework for research and policymaking*. Strasbourg Cedex: Council of Europe, 2017. Disponível em: <<https://edoc.coe.int/en/media/7495-information-disorder-toward-aninterdisciplinary-frameworkfor-research-and-policy-making.html>>. Acesso em: 20 abr. 2022.

WEBER, Max. *Sobre a Teoria das Ciências Sociais*. Tradução: Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Moraes, 1991.